



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS - CCSA PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

RODRIGO MOREIRA RODRIGUES

**O CENTRO PÚBLICO E SEU PAPEL NA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO
PÚBLICO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – ECO PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA - PB
2024**

RODRIGO MOREIRA RODRIGUES

**O CENTRO PÚBLICO E SEU PAPEL NA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO
PÚBLICO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – ECO PARAÍBA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional pelo Programa de Pós Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro

Coorientador:

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R696c Rodrigues, Rodrigo Moreira.

O centro público e seu papel na política de economia solidária : um estudo de caso do processo de implantação do Centro Público Estadual de Economia Solidária - Eco Paraíba / Rodrigo Moreira Rodrigues. - João Pessoa, 2024.

162 f. : il.

Orientação: Vanderson Gonçalves Carneiro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Economia Solidária - Políticas públicas. 2. Economia Solidária - Implementação. 3. Centro Público de Economia Solidária. I. Gonçalves Carneiro, Vanderson. II. Título.

UFPB/BC

CDU 330.873(043)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação do
Mestrando **RODRIGO MOREIRA
RODRIGUES** como requisito para obtenção do
grau de Mestre em Gestão Pública e Cooperação
Internacional, área de concentração em Gestão
Pública e Cooperação Internacional, linha de
pesquisa em **POLÍTICAS PÚBLICAS**.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 18:00 horas, reuniu-se Plataforma Google Meet <https://meet.google.com/zve-quyg-osi>, a Banca Examinadora composta pelos membros: Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro (Orientador), Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco (Membro Interno) e Dr. Maurício Sardá de Farias (Membro Externo), para julgar a dissertação de RODRIGO MOREIRA RODRIGUES intitulada: **“O Centro Público e seu papel na política de economia solidária: Um estudo de caso do processo de implantação do Centro Público Estadual de Economia solidária -Eco Paraíba.”**, para obtenção do grau de mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa realizado pelo(a) presidente Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o candidato, os membros da Banca Examinadora deliberaram por unanimidade e atribuíram o conceito: (x) aprovado, () insuficiente, () reprovado.

Observações da Banca:

Fazer os ajustes indicados; revisão de referências bibliográficas

Proclamado o resultado, o presidente da banca examinadora encerrou os trabalhos, e para constar, assinou a presente ata, em duas vias, juntamente com os demais membros da banca examinadora e o mestrando.

João Pessoa, 31 de janeiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **VANDERSON GONCALVES CARNEIRO**
Data: 01/02/2024 14:39:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro
Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PGPCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **MARCO ANTONIO DE CASTILHOS ACCO**
Data: 01/02/2024 08:47:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marco Antônio de Castilho Acco
Examinador Interno- PGPCI/UFPB


Dr. Mauricio Sardá de Farias
Examinador Externo-DECISO/UFRPE

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO MOREIRA RODRIGUES**
Data: 01/02/2024 10:33:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rodrigo Moreira Rodrigues
Discente

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação ao meu pai, que apesar de não estar mais fisicamente entre nós, está sempre comigo e é meu grande companheiro. Nossas diversas conversas quando estou diante de uma decisão, me conectam com seus ensinamentos e, de alguma forma, me apontam o caminho. Suas ponderações me ajudam a seguir em frente, tendo como inspiração os seus exemplos, dos quais busco estar à altura.

Te amo, parceiro!!!

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão aos meus pais por terem me proporcionado uma educação profundamente enraizada em valores republicanos. Para eles, o caminho do vil metal nunca foi uma opção viável, considerando toda a desgraça que a incessante busca pela fortuna e dinheiro tem infligido à humanidade.

Suas orientações e exemplos pessoais moldaram meu caráter de forma a ser guiado por valores mais nobres e humanos. Através do apoio e encorajamento deles, fui inspirado a acreditar na capacidade de fazer a diferença e contribuir positivamente para um mundo onde a justiça social é mais do que um ideal, é uma realidade tangível.

“Medo nós tem, mas não usa”.

(Margarida Alves)

Dentro do capitalismo não há solução para a vida; fora do capitalismo há incerteza, mas tudo é possibilidade. Nada pode ser pior que a certeza da extinção. É tempo de inventar, é tempo de ser livre, é tempo de viver bem.

(Ana Esther Ceceña)

Fica a mágoa nessa gente conservadora, porque o melhor do Brasil é o que o povo fez. A Casa Grande produziu muito, mas o mais significativo veio da Senzala. Isso é insuportável pra muita gente. Isso tem impedido a abolição completa da escravatura.”

(Gilberto Gil)

“A autogestão é a pedagogia do socialismo e de si mesma”

(Michel Raptis)

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo analisar o processo de implantação do Centro Público Estadual de Economia Solidária da Paraíba e sua inserção e papel na implementação da política pública no Estado. A economia solidária é uma abordagem econômica inovadora que busca promover uma abordagem mais colaborativa e justa na esfera econômica, com base na cooperação, solidariedade e centrada na busca pela realização humana. A pesquisa toma como referência teórica e conceitual os fundamentos e as práticas da economia solidária, conceituada por Paul Singer como uma criação dos trabalhadores em luta contra o capitalismo, uma opção econômica e político-ideológica que vai de encontro aos valores dominantes da competição individual e da supremacia do capital sobre o trabalho. Nesse sentido, a economia solidária representa um conjunto de experiências alternativas de geração de trabalho e renda, que surgiram como resposta à crise econômica dos anos 80 e têm como objetivo superar a concentração de riqueza, a exclusão social, a destruição dos ecossistemas e a exploração dos seres humanos. Essas experiências são apoiadas por políticas públicas que visam o fortalecimento dessas práticas e a experimentação de programas, projetos, ações e equipamentos que tenham correspondência aos princípios e valores da economia solidária. A pesquisa se baseou em um estudo de caso e pode ser classificada como qualitativa, descritiva e explicativa. A análise procurou elementos relacionais e causais que buscaram descrever no processo de implantação do Centro Público a inserção e o papel desempenhado por este equipamento na implementação da política pública no Estado. A análise realizada nos permitiu compreender sua posição na Política Estadual, mas também identificar o papel estruturante desempenhado, considerando o modelo de gestão adotado e a interação com os diversos agentes envolvidos.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Políticas Públicas. Implementação. Centro Público de Economia Solidária.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the implementation process of the Public State Center for Solidarity Economy of Paraíba and its role in the implementation of public policy in the State. Solidarity economy is an innovative economic approach that seeks to promote a more collaborative and fair approach in the economic sphere, based on cooperation, solidarity, and centered on the pursuit of human fulfillment. The research takes as theoretical and conceptual reference the foundations and practices of the solidarity economy, conceptualized by Paul Singer as a creation of workers in struggle against capitalism, an economic and political-ideological option that goes against the dominant values of individual competition and the supremacy of capital over labor. In this sense, the solidarity economy represents a set of alternative experiences of work and income generation, which emerged as a response to the economic crisis of the 80s and aim to overcome wealth concentration, social exclusion, ecosystem destruction, and human exploitation. These experiences are supported by public policies that aim to strengthen these practices and the experimentation of programs, projects, actions, and equipment that correspond to the principles and values of the solidarity economy. The research was based on a case study and can be classified as qualitative, descriptive, and explanatory. The analysis sought relational and causal elements that sought to describe in the implementation process of the Public Center the insertion and the role played by this equipment in the implementation of public policy in the State. The analysis allowed us to understand its position in the State Policy, but also to identify the structuring role played, considering the management model adopted and the interaction with the various agents involved.

Key words: Solidarity Economy. Public Policies. Implementation. Public Center for Solidarity Economy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Ação Pública e Economia Solidária – Uma Perspectiva Internacional.....	55
FIGURA 2: Ciclo de Políticas Públicas.....	75
FIGURA 3: Municípios com ações de Economia Solidária no Plano Brasil sem Miséria	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Formas de organizações empresariais convencionais.....	58
QUADRO 2: Entidades de representação e/ou assessoria a EES	59
QUADRO 3: Síntese dos modelos de administração pública.....	72
QUADRO 4: Esquema geral do processo político-administrativo da política pública.....	74
QUADRO 5: Programa Economia Solidária em Desenvolvimento 2004 - ações sob a gestão da SENAES.....	87
QUADRO 6: Eixos de ações integradas e instrumentos da política de economia solidária.....	95
QUADRO 7: Modelo Básico de Tipos de Gestão.....	110
QUADRO 8: Sistematização das informações sobre gestão.....	115
QUADRO 9: Principais características dos Centros Públicos de Londrina, Lauro de Freitas e Estadual da Paraíba.....	116
QUADRO 10: Resultado da Chamada Pública nº 02/2011 SENAES/MTE.....	121
QUADRO 11: Relação dos EES contemplados no PAIES na Paraíba.....	123
QUADRO 12: Espaços Públicos de Economia Solidária na PB	126
QUADRO 13: Cidades, Locais e dias das Feiras agroecológicas no Estado da Paraíba.....	127
QUADRO 14: Bancos Comunitários na Paraíba.....	128
QUADRO 15: Associações e Cooperativas que receberam os triciclos da SEDH.....	133

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Distribuição regional dos EES – 2013.....	43
TABELA 2: Principais motivações para a constituição dos EES – 2006.....	44
TABELA 3: Distribuição dos EES por número de sócios(as) – 2006.....	45
TABELA 4: Distribuição dos EES por tipo de formalização – 2013.....	45
TABELA 5: Distribuição dos EES por atividade econômica e seleção amostral – 2023.....	46
TABELA 6: Distribuição dos EES por predominância da atividade econômica dos sócios – 2013.....	46
TABELA 7: Resultado para 2016 das metas estabelecidas pela SENAES para o PPA 2016 – 2019.....	91
TABELA 8: Indicadores orçamentários da Política Nacional de Economia Solidária por PPA: 2004 – 2019 (médias dos valores anuais; valores corrigidos para dez./2019).....	92
TABELA.9: Distribuição dos EES por tipo de formalização na Paraíba.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Distribuição dos EES por localização.....	43
GRÁFICO 2: Distribuição dos EES por data de fundação.....	44
GRÁFICO 3: Pessoas apoiadas em ações de economia solidária no BSM por região	97
GRÁFICO 4: Investimento em ações de economia solidária do BSM (R\$ milhões)	98
GRÁFICO 5: Distribuição dos centros públicos por Estados	112
GRÁFICO 6: Período de Criação dos Centros Públicos de Economia Solidária	113
GRÁFICO 7: Distribuição dos casos identificados.....	114
GRÁFICO 8: Indicadores da comparação de valores no ano de 2022 e 2023.....	148

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CARITAS	Caritas Internationalis
CESOL	Centro Público de Economia Solidária
CFES	Centros de Formação em Economia Solidária
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CRESOL	Cooperativas de Crédito com Interação Solidária Ltda
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DCSOL	Declaração de Empreendimento Econômico Solidário
ECO PARAÍBA	Centro Público Estadual de Economia Solidária
EAF	Entidades de Apoio e Fomento
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FENAFES	Feira Nordestina da Agricultura Familiar e Economia Solidária
FRS	Fundos Rotativos Solidários
FSM	Fórum Social Mundial
GT BRASILEIRO	Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

IDP	Instituições de deliberação participativa
IFETs	Institutos Federais de Educação Tecnológica
IS	Inovação Social
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organizações Não Governamentais
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PAIES	Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária
PLANSEQ ECOSOL	Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PRONACOOP	Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RECM	Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul
S.A.	Sociedade Anônima
SEAFDS	Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido
SEDH	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária

SESAES	Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SNCJS	Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
UNICAFES	União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Problema e Objetivos da Pesquisa	20
Percurso Metodológico	21
Estrutura do Trabalho	23
1. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	25
1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA	25
1.2 OS SEGMENTOS DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	32
1.3 O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	47
1.3.1 Entidades de Apoio e Fomento – EAF	55
1.3.2 Gestores Públicos	62
2. POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: IMPLEMENTAÇÃO DE MODELOS	65
2.1 PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA	65
2.2 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	72
2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGENDA PÚBLICA GOVERNAMENTAL	80
2.4 PROJETO AÇÕES INTEGRADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	91
2.5 CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	99
2.6 INSERÇÃO DOS CENTROS PÚBLICOS NA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA .	106
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO PARAIBANO	118
3.1 CENÁRIO PARAIBANO	118
3.2 CENTRO PÚBLICO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – ECO PARAÍBA	132
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153

INTRODUÇÃO

Esta dissertação procura estabelecer um diálogo com a construção de um pensamento utópico e de resistência, que visa combater a exploração dos injustiçados sociais e promover a concretização de um projeto de sociedade fundamentado na distribuição de renda e no combate à pobreza. Busca-se, assim, um caminho para efetivar a equação desses fatores que são ocasionados pela terceirização e precariedade do trabalho, agravando a desigualdade social na classe trabalhadora, onde no período de uma década de pesquisa e dedicação à compreensão desse fenômeno, tenho testemunhado a evolução e a importância crescente da economia solidária como um contraponto às abordagens convencionais do sistema econômico.

Para alcançar esse objetivo, o presente estudo enfatizará a importância de um trabalho baseado na cooperação, solidariedade e centrado na busca pela realização humana. Tal abordagem tem ganhado força nas últimas décadas como um método contemporâneo de inclusão econômica, capaz de fortalecer uma estruturação moderna do trabalho. Nessa conjuntura, torna-se evidente a necessidade do surgimento de uma possibilidade que supere a concentração de riquezas, a exclusão social, a destruição dos ecossistemas e a exploração dos seres humanos.

Ao longo desta dissertação, serão explorados os fundamentos e as práticas da economia solidária, conceituada por Paul Singer como uma criação dos trabalhadores em luta contra o capitalismo, uma opção econômica e político-ideológica que vai de encontro aos valores dominantes da competição individual e da supremacia do capital sobre o trabalho. Ela representa um conjunto de experiências alternativas de geração de trabalho e renda, que surgiram como resposta à crise econômica dos anos 80 e têm como objetivo superar a concentração de riqueza, a exclusão social, a destruição dos ecossistemas e a exploração dos seres humanos.

Estas realizações foram estruturadas a partir das realizações de governos com orientação progressista, entidades populares, ativistas e intelectuais, que estiveram em torno de iniciativas de combate à exclusão social, que ganharam espaço na agenda política, tendo como maior mote, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no ano de 2003, com vínculo no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e que marcou um importante avanço no reconhecimento e fortalecimento da economia solidária no Brasil. Essa iniciativa governamental evidenciou o reconhecimento da importância da economia solidária como uma

estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a SENAES desempenhou um papel fundamental na promoção da economia solidária enquanto objeto de política pública. Muitos programas, ações e projetos foram realizados em prol da visibilidade, disseminação e fortalecimento da prática da economia solidária. As ações, projetos e programas foram, por vezes, subdivididos em eixos de ação que tinham o foco na produção, comercialização e consumo; no acesso a créditos e finanças; na formação e qualificação; e no desenvolvimento de aspectos legais e institucionais, incluindo a criação de equipamentos públicos que pudessem absorver esses diferentes eixos e se constituírem como espaços multifuncionais a favor da promoção da política de economia solidária. Um desses equipamentos são os Centros Públicos de Economia Solidária.

O Centro Público Estadual de Economia Solidária da Paraíba é o produto resultante de uma das metas do Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária - PAIES para o Desenvolvimento Local e Territorial, visando à Superação da Extrema Pobreza no Estado da Paraíba. Esse projeto é oriundo do convênio federal 759.555/2011 realizado entre o Governo do Estado da Paraíba e a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com o objetivo de promover ações integradas de economia solidária voltadas para o desenvolvimento territorial local e a superação da extrema pobreza.

O PAIES foi um programa abrangente e estruturado que buscou enfrentar os desafios da extrema pobreza por meio da promoção e fortalecimento da economia solidária. Localmente, o projeto teve sua execução sob responsabilidade da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH, e conferiu destaque ao Estado da Paraíba no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a economia solidária, criando um ambiente favorável ao surgimento e ao crescimento de empreendimentos, além de estimular a articulação entre os diversos atores envolvidos no ecossistema da economia solidária na Paraíba.

A partir do quadro de referência sobre a desigualdade global, a economia solidária acumula diversas experiências exitosas como perspectiva de progresso econômico. Em vista disso, estabelece viabilidade para que seus praticantes obtenham êxito na luta contra a pobreza e a desigualdade, como consequência dos princípios de solidariedade e da valorização social do trabalho humano, se valendo de uma metodologia própria e não subordinada às contradições do modelo vigente e predominante.

Desse modo, será traçado um paralelo a respeito do fortalecimento da política pública de economia solidária na Paraíba, concebendo a decorrência do fortalecimento do Centro Público Estadual de Economia Solidária, com seus apoios aos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES na comercialização de produtos e serviços, assim como no fortalecimento das bases de serviço, acompanhamento sob a forma da assistência técnica, incubação e formação dos EES. Isso proporcionará formação e assessoria técnica para consolidar os processos contínuos de articulação dos sujeitos envolvidos.

Problema e Objetivos da Pesquisa

Diante do contexto exposto, esta pesquisa procura responder a seguinte problemática: Que papel desempenhou o Centro Público na implementação da Política pública de economia solidária na Paraíba? De que forma a análise sobre o modelo adotado de gestão do Centro Público elucida aspectos dessa implementação?

Nessa perspectiva, será elaborada uma avaliação das fases de formulação e implementação das ações desenvolvidas pelo Centro Público Estadual de Economia Solidária, buscando levantar o processo de constituição deste espaço de comercialização, o lugar que ele ocupa na política estadual e o papel que desempenha. Com isso, o objetivo geral dessa pesquisa busca analisar o processo de implantação do Centro Público Estadual de Economia Solidária da Paraíba, sua inserção e papel na implementação da política pública no Estado.

Logo, pretende-se alcançar os objetivos específicos da pesquisa da seguinte forma:

- Contextualizar o Centro Público na Política Pública de Economia Solidária;
- Analisar o processo de constituição deste equipamento na Paraíba levando em consideração o contexto local (político, social e econômico), a coprodução e principais desafios em sua execução;
- Identificar o papel desempenhado pelo Centro Público Estadual de Economia Solidária na política Estadual (estruturação da política ou aspectos marginais).

Assim, será tratado se o Centro Público Estadual de Economia Solidária, como equipamento público da política de economia solidária, tem, por um lado, esse papel fundamental na organização e apoio aos EES, e, por outro, constituir-se como equipamento que possui características próprias da economia solidária. A análise do seu processo de implementação poderá evidenciar características inerentes desse campo, tanto relacionadas aos princípios solidários quanto às atividades realizadas de apoio aos EES.

Com o objetivo de promover uma análise abrangente e precisa, busca-se construir um quadro analítico que não apenas evidencie a posição ocupada pelo Centro Público Estadual de Economia Solidária na Política Estadual, mas também identifique o papel desempenhado por ele, seja de forma estruturante, marginal ou complementar. Além disso, é fundamental compreender a característica do modelo de gestão adotado pelo equipamento público, considerando o contexto local em termos político, social e econômico.

Desse modo, é necessário levar em consideração a interação entre o Centro Público Estadual de Economia Solidária e os demais atores envolvidos na implementação da Política Estadual. Assim como a característica da coprodução como modelo de gestão adotado, ou seja, a participação conjunta de diferentes agentes, como organizações da sociedade civil, empreendimentos econômicos solidários, universidades e órgãos administrativos, desempenhando um papel fundamental no fortalecimento e na eficácia das ações desenvolvidas no sentido de superar as desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por ser um processo de implementação, a pesquisa tem um lastro temporal que permite analisar elementos no percurso da implementação que contribuíram para o desenho atual da política estadual, bem como características que permanecem e estão presentes na gestão do Eco Paraíba. Além disso, esse percurso permitirá destacar os momentos de participação (no momento de desenho e no momento da implementação), suas incidências na política e os principais atores envolvidos.

Percurso Metodológico

A pesquisa realizada pode ser classificada como qualitativa, descritiva e explicativa. A abordagem qualitativa permite compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, profundidade e singularidade, sem reduzi-los a números ou categorias pré-definidas (MINAYO, 2010). A pesquisa descritiva visa descrever as características de uma população, um fenômeno ou uma situação, sem manipular ou interferir nas variáveis estudadas (GIL, 2008). A pesquisa explicativa busca identificar as causas ou os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, estabelecendo relações entre as variáveis envolvidas (GIL, 2008).

Neste sentido, a pesquisa realizada busca descrever e explicar o processo de implementação do Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba, considerando os aspectos históricos, políticos, institucionais, organizacionais e sociais que influenciaram o

seu desenvolvimento. Além disso, busca compreender as percepções, as experiências e as avaliações dos atores envolvidos, tanto do poder público quanto da sociedade civil, sobre o referido equipamento público de economia solidária e a política pública de economia solidária.

Sendo assim, adotamos o estudo de caso como método de pesquisa, levando em consideração que esse investiga a manifestação do fenômeno localizado temporal e espacialmente, em profundidade e no seu contexto, e possibilita mobilizar um conjunto amplo de variáveis que possa dar conta do caso analisado. A utilização da observação participante, também conhecida como observação ativa, foi essencial como uma técnica adicional de coleta de dados neste estudo.

Por meio da prática da observação participante, surge uma abordagem específica de escrita, na qual os resultados dos estudos são apresentados por meio de uma estrutura linguística narrativa, projetada para alcançar uma compreensão abrangente de toda a totalidade sociocultural. Este modelo é desenvolvido utilizando uma narrativa que busca manter uma neutralidade do autor, apesar de sua participação no contexto sociocultural.

O autor é, simultaneamente, o seu próprio cronista e historiador; e embora as suas fontes sejam, sem dúvida, facilmente acessíveis, elas são também altamente dúbias e complexas; não estão materializadas em documentos fixos e concretos, mas sim no comportamento e na memória dos homens vivos (MALINOWSKI, 1978, p.19).

A análise do percurso do Centro Público e da política pública de economia solidária na Paraíba é feita com base em um lastro temporal, buscando elementos causais que ajudam a entender o desenho da política. Esta análise é embasada em uma variedade de fontes de dados, incluindo relatórios oficiais, notícias e estudos acadêmicos, bem como a experiência pessoal do autor.

As técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa foram a pesquisa documental, que consiste na análise de documentos que registram fatos, fenômenos ou situações relacionados ao objeto de estudo (GIL, 2008). A pesquisa documental foi realizada por meio da consulta a documentos oficiais, relatórios, notícias, artigos, teses, dissertações e outros materiais que abordam o tema da economia solidária e da implementação do Centro Público Estadual de Economia Solidária, tanto no nível nacional quanto estadual. A análise dos documentos foi realizada por meio da leitura crítica e esses documentos foram obtidos por meio de pesquisa na internet, em bibliotecas, em arquivos públicos e em arquivos pessoais dos atores envolvidos.

O universo da pesquisa é composto pela participação do autor desde 2014 no processo de implantação e gestão do Projeto Ações Integradas de Economia Solidária - PAIES, da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária - SESAES e do Centro Público Estadual de Economia Solidária, fornece uma perspectiva única e valiosa sobre a implementação da política pública de economia solidária. Através de sua participação em reuniões, formações, capacitações, intercâmbios, feiras, e da elaboração de planejamentos, relatórios e projetos, o autor foi capaz de coletar uma riqueza de informações que foram fundamentais para a construção desta dissertação.

Na análise dos dados presentes nesta dissertação, destaco meu envolvimento ativo na implementação do Projeto Ações Integradas de Economia Solidária – PAIES na Paraíba e do Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba. Como participante direto dessas iniciativas, pude não apenas coletar dados de maneira empírica, mas também compreender as nuances práticas e desafios enfrentados na promoção da economia solidária. Essa experiência prática acrescenta uma dimensão singular à minha análise, conferindo-lhe uma perspectiva aprofundada e concreta.

Para assegurar uma abordagem crítica, busquei distanciamento ao analisar os eventos de forma geral e relacional, visando identificar conexões causais relevantes. Essa metodologia reflexiva permitiu-me explorar além dos aspectos superficiais, desvendando dinâmicas complexas e interações subjacentes. Utilizando anotações pessoais, relatórios de gestão e diálogos não sistemáticos com os diversos atores envolvidos, construí uma análise robusta e abrangente, fundamentada em evidências contextuais.

Toda essa riqueza de informações e reflexões encontra-se sistematizada no capítulo 3 desta dissertação, proporcionando uma visão estruturada e aprofundada das experiências vivenciadas na implementação do PAIES e do Eco Paraíba, objetivando enriquecer o conteúdo do trabalho e também fortalecer a credibilidade das conclusões apresentadas, ao ancorá-las em uma compreensão prática e contextualizada da economia solidária na Paraíba.

Estrutura do Trabalho

No primeiro capítulo desta dissertação, procuramos contextualizar a temática da economia solidária em seus aspectos conceituais, históricos e como experiências práticas presentes no atual contexto. Para isso será realizada uma discussão aprofundada sobre os

princípios e fundamentos da economia solidária, destacando sua importância como uma alternativa viável e sustentável para enfrentar os desafios socioeconômicos contemporâneos. Serão examinadas as diferentes estratégias de inclusão social utilizadas pela economia solidária, enfatizando a criação e o fortalecimento de cooperativas, associações e empreendimentos coletivos. Bem como as características dessas práticas colaborativas, tais como a participação igualitária, a valorização do trabalho e a busca pelo desenvolvimento local.

Além disso, serão abordadas as novas estratégias emergentes na economia solidária, que buscam superar as desigualdades sociais e promover a justiça econômica. Que são iniciativas pautadas na busca pela democratização do acesso aos recursos produtivos, a promoção da autonomia dos trabalhadores e a valorização dos recursos individuais e coletivos.

Sendo assim, adotamos uma abordagem metodológica que combina pesquisa qualitativa, descritiva e explicativa. A escolha pela pesquisa qualitativa permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais e das experiências dos envolvidos, proporcionando uma análise mais rica e contextualizada. A abordagem descritiva permite a caracterização detalhada dos elementos envolvidos no processo, enquanto a pesquisa explicativa busca compreender as relações de causa e efeito, contribuindo para uma análise mais abrangente e fundamentada do papel desempenhado pelo Centro Público Estadual de Economia Solidária.

No segundo capítulo, voltaremos a atenção para os fundamentos essenciais que norteiam a Gestão Pública, destacando os princípios que regem a eficácia e a transparência na administração governamental. Na sequência, iremos adentrar na complexa dinâmica da implementação de políticas públicas, examinando de que forma essas estratégias se desdobram no contexto da economia solidária. Será enfatizada a inserção da economia solidária na agenda pública governamental, considerando como os princípios da gestão pública podem ser aplicados para impulsionar e fortalecer iniciativas solidárias. Investigaremos ainda os Centros Públicos de Economia Solidária, analisando seu papel crucial na promoção e apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários. Além disso, exploraremos modelos de gestão que têm se destacado na integração eficaz da economia solidária nas políticas públicas, proporcionando uma compreensão aprofundada das práticas exitosas que podem orientar o avanço dessa abordagem na esfera governamental.

Por fim, o terceiro capítulo apresentará o olhar em torno do cenário paraibano da economia solidária, examinando de maneira detalhada o Projeto Ações Integradas de Economia Solidária - PAIES e o papel central desempenhado pelo Centro Público Estadual de Economia

Solidária - Eco Paraíba. Este capítulo busca lançar luz sobre as características singulares do ambiente econômico na Paraíba, analisando como o PAIES tem sido implementado como uma iniciativa estratégica para fomentar e fortalecer a economia solidária no estado.

Destacaremos também o papel proeminente desempenhado pelo Eco Paraíba como um importante agente de promoção e suporte aos empreendimentos econômicos solidários locais. Aprofundaremos nossa investigação, examinando as práticas, desafios e conquistas específicas que surgem da interseção entre o projeto PAIES, o Eco Paraíba e a dinâmica da economia solidária na Paraíba.

1. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

O flagrante insucesso das políticas neoliberais empreendidas nas últimas décadas, mostram que o atual sistema econômico sobre o qual a sociedade moderna está consolidada, tem falhado constantemente, tendo crises econômicas como consequência, que são manifestadas nos âmbitos sociais, políticos, institucionais e ambientais. Essas crises ocorrem desde a gênese dos modos de produção pré-capitalistas, gerando rupturas com os elementos dos quais davam sustentação a esses sistemas, com conseqüente degradação do trabalho.

“Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais e desestatizadas. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou enorme êxito, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos têm de adaptar-se a suas normas” (ANDERSON, 1995, p. 23).

Os esforços em apresentar possibilidades de enfrentamento ao modelo socioeconômico dominante atualmente no mundo são cada vez mais constantes, adotando diferentes terminologias e práticas para manifestar suas proposições e seus planos de ação. No Brasil, o termo Economia Solidária é utilizada mais frequentemente, mas também são aplicados termos como socioeconomia, economia social, redes de colaboração solidária, empresas autogestionárias, além de inúmeras outras, que, embora tenham diferenças, apresentam especificidades que unem e reforçam o seu arcabouço.

Segundo França Filho e Laville (2004), o termo economia solidária “identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica em torno das chamadas novas formas de solidariedade”. É possível observarmos a necessidade e desenvolvimento de um fenômeno da difusão de diversas iniciativas e práticas socioeconômicas. As experiências características da economia solidária, para esses autores, abrangem três dimensões, plurais e híbridas: econômica, social e política:

...“Importa salientar que, sobre este termo, parece repousar um valor heurístico fundamental: aquele de pretender refletir uma tendência atual, verificada em diferentes partes do mundo, de proliferação de iniciativas autônomas de grupos organizados na sociedade civil, com o intuito de produção de atividades econômicas de modo distinto daquela praticada no mercado...um traço comum que mais parece caracterizar tais iniciativas é o fato de elas incorporarem a solidariedade no centro da elaboração das elaborações econômicas, e ainda, considerarem tais atividades apenas como um meio para a realização de outros objetivos, sejam eles de natureza social, política ou cultural.” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.16)

Diante desse panorama, os primeiros pontos de convergência de pensamentos centrados na perspectiva da economia solidária são identificados na Europa, durante o alvorecer do Século XIX, oriundos do impacto significativo da Revolução Francesa sobre o pensamento político e social da época, onde pensadores e ativistas passaram a questionar as desigualdades e injustiças sociais decorrentes do sistema econômico dominante da época. A luta pela liberdade, igualdade e fraternidade inspirou os precursores do socialismo utópico.

Dos escombros da Revolução Francesa e da Restauração posterior ao Congresso de Viena (1815) surgiram várias propostas e projetos visando à construção de relações sociais mais dignas e equitativas. Os assim chamados socialistas utópicos – Fourier, R. Owen e Saint Simon, seguidos pelo cooperativismo de Proudhon refletiram os esforços de seus protagonistas em corrigir as assimetrias sociais e as injustiças cometidas contra os trabalhadores e suas famílias no sistema industrial emergente. (RATTNER, 2002).

Surgiu desse contexto, o desencadeamento de transformações radicais na sociedade francesa, evidenciada com a derrubada do antigo regime e a difusão das ideias de direitos individuais, soberania popular e igualdade perante a lei. Esses ideais tiveram um forte impacto sobre os pensadores acima citados, inspirando-os a repensar a organização da sociedade, criticar as desigualdades e injustiças existentes e propor alternativas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e promover uma maior igualdade social.

A partir desse período de efervescência, várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos. Entretanto, essas iniciativas enfrentaram dificuldades significativas e não conseguiram perdurar por mais do que alguns anos. Desse modo, emerge o primeiro esboço da Economia Solidária sob o formato da Economia Social, designado por alguns pesquisadores como “associativismo pioneiro” (ALEIXO, 2015, p. 5).

As diversificadas experiências de cooperativas operárias sob liderança do movimento sindical inglês, mesmo com histórico de experiências exitosas e avanços democráticos, terminaram sendo dissolvidas em decorrência da devastadora reação da classe patronal e pelo declarado combate do governo. A Cooperativa dos Pioneiros Eqüitativos de Rochedale, foi a cooperativa de consumo mais notável e deliberou uma carta de princípios que atualmente ainda inspira mundialmente o cooperativismo e sua legislação.

O espaço de tempo que permeia esse período, passou por uma rápida transformação econômica e social que ocorreu principalmente na Inglaterra durante o final do século XVIII e início do século XIX. E assim, a Europa da segunda metade do Século XVIII apresentou ao mundo a Revolução Industrial, que se caracterizou pelas profundas transformações na humanidade e no cenário urbano europeu, causadas através da transição do sistema de produção artesanal para o sistema fabril, efetivando o surgimento da indústria e a consolidação do capitalismo moderno.

Para Dobb (1980), a premissa do advento do capitalismo moderno pode ser estabelecida quando os setores produtivos foram subordinados a esta nova ordem econômica, fundamentada na dimensão da remuneração do capital. Subordinação esta, que se deu principalmente pelo produtor direto ter perdido o comando da produção. Cabe destacar ainda, que a industrialização não foi a causa dos sistemas de capitalismo moderno, muito menos o contrário, contudo, estes processos se estabeleceram de maneira cotidiana, e que possuem elementos primordiais e indissociáveis do sistema institucional que caracteriza as sociedades modernas.

Nesse cenário desfavorável da Revolução Industrial, não havia leis trabalhistas que amparassem a classe trabalhadora. Esse período foi classificado por Singer (2002), como sendo o início do processo de crises e misérias sintomáticas na condição de vida dos proletariados, tais como exploração demasiada da classe operária através de jornadas de trabalho excessiva, utilização de mão de obra infantil e condições de trabalho insalubre e, claro, aumento crescente de desemprego.

Isso gerou fortes impactos nas relações de trabalho, constituindo uma reação dos trabalhadores, cada vez mais explorados no contexto industrial. Essa realidade ocorreu de modo silenciosa, no que Bourdieu (1989) apresenta como sendo muitas vezes despercebido até mesmo por suas vítimas - em um processo de violência simbólica.

Toda a história da humanidade, desde que esta ultrapassou as sociedades tribais primitivas, tem sido a história das lutas de classe, conflitos entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos. Além disso, o “Manifesto comunista” afirma que só o proletariado poderia livrar a sociedade de toda a exploração, opressão, distinções e lutas de classes (DOWNS, 1969, p.188).

No aspecto temporal, inúmeros movimentos sociais e étnicos surgiram e trouxeram como consequência uma nova visão do social a partir de sua relação com o econômico, com o político e com a relação do homem com o meio ecológico. Esses movimentos coincidiram em muitos aspectos com as demandas do movimento dos trabalhadores, criando um ambiente propício para unirem-se nessa “nova” economia solidária, e assim afirmar o caráter multidimensional do movimento.

Para Marx, as condições econômicas e a luta das classes são o motor da História. O triunfo do proletariado e o surgimento da sociedade sem classes seriam alcançados pela união da classe trabalhadora organizada em torno do partido revolucionário. A obra de Marx marca a ruptura no pensamento socialista. Ao elaborar a teoria sobre as desigualdades e propor a forma de superá-las, criou o que chamou de socialismo científico, em contraste com o socialismo utópico. (ARRUDA; PILETTI, 2000, p.272).

Buscando uma compreensão sobre o conceito de economia solidária Noëlle Marie Paule Lechat (2002) realça outros momentos em que esse paradigma começa a emergir na Europa com a fundação das sociedades de socorro mútuo, balcões alimentícios e cooperativas de produção no decurso de 1830 a 1840; a idealização das cooperativas agrícolas e de poupança (1873-1895) e o reconhecimento das associações de trocas não monetárias pelo Governo Francês no mesmo período; assim como o fomento de cooperativas de consumo e de habitação, como resposta à Crise de 29; tal como o começo, entre 1977 a 1984, de empresas geridas coletivamente pelos próprios funcionários; e a criação massiva de cooperativas de trabalhadores em toda a Europa no período de 1980 a 1985.

Nesse enquadramento, a chegada da Economia Social ao continente americano é definida pelo avanço da teoria econômica da autogestão, concebida por Yaroslav Vaneck na década de 80, desempenhando um papel crucial na introdução de princípios econômicos autogestionários e pautados na cooperação. A partir desse marco, acontece sua difusão tanto na América do Norte como na América Latina (LECHAT, 2002, p. 6).

No Brasil, a economia solidária está intrinsecamente ligada ao marco da chegada do neoliberalismo econômico no final dos anos 80 e início dos anos 90, que foi trazida a reboque pelas regras do Consenso de Washington, que trouxe uma forte pauta no Estado-mínimo, visando o superávit primário, a não-reserva de mercado e outras commodities que nos levaram a revisitar o conceito de gestão pública. Por conseguinte, a frágil rede de proteção social e a presença numerosa de informalidade nas relações de trabalho, precarizou ainda mais as relações de trabalho, passando a ser motivo para a redução salarial, aumento do desemprego e da informalidade, decorrendo como resultados o crescimento da exploração da classe trabalhadora e sua fragmentação.

Economia Solidária é um termo que surgiu no meio acadêmico nacional no final da década de 1990. Concebida como um “conjunto de iniciativas econômicas autogestionárias que visam à garantia de trabalho e renda aos seus associados”. Possui como princípios básicos: posse coletiva dos meios de produção; gestão democrática do empreendimento; e repartição da receita líquida entre os associados (SINGER, 2002 apud SILVA; NAGEM, 2011, p.08).

Em vista dessas questões, diversas formas econômicas solidárias foram desenvolvidas de maneira independente no decorrer da década de 1980, sendo vinculadas com organizações de trabalhadores do campo e das cidades, ou também com apoio da Igreja Católica, de sindicatos, de projetos universitários ou ONGs (CUNHA, 2012). Para tanto, o conceito de solidariedade é sinalizado como direção para as relações sociais de produção e distribuição de bens e serviços, lastreado na auto-organização do trabalho e democratização do espaço econômico e social.

A autogestão não é um objetivo da sociedade capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma livre-concorrencial, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmos suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar formas novas de organização do trabalho. Em suma, que podem colocar em prática a “democracia operária”. O predomínio da autogestão nos campos econômicos, social e político manifesta-se sempre que os trabalhadores aparecem como sujeitos revolucionários.

São os períodos de ascensão dos movimentos de massas que tomaram forma na Comuna de Paris de 1871, na Revolução Russa de 1917, na Guerra Civil Espanhola de 1936, nas rebeliões de 1918 na Hungria e na criação do sindicato Solidariedade (1978) na Polônia (TRAGTENBERG, 1986, p. 09).

Portanto, essas experiências surgiram em decorrência das condições socioeconômicas e políticas das últimas quatro décadas e se apoiaram de acordo com o autor Singer (2002), nas contradições do capitalismo, que acarretaram oportunidades de desenvolvimento de um significativo quantitativo de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante e que representam um movimento em constante transformação e adaptação aos anseios de uma sociedade em mudança.

Singer (2007) afirma que a abertura de novas formas de economia solidária revela ações de resistência e de contraponto ao sistema capitalista, por exemplo, associações econômicas, cooperativas, pré-cooperativas, grupos sociais e coletivos, empreendimentos, empresa' de autogestão e clube de trocas podem ser caracterizados como alternativa de desenvolvimento social e econômico. Alguns fatores contribuíram para fortalecer a economia solidária, como o elevado número de desempregados, o aumento do setor informal e a aumento das desigualdades sociais.

O papel da auto-organização social no mundo do trabalho e da produção é sua consequente ação coletiva, que apesar da dependência de iniciativas individuais para sua efetivação, prognostica a constatação da vulnerabilidade do indivíduo frente às mazelas da vida. E para a superação de fatalidades que os atingem, decorrentes de um sistema excludente, é necessário um esforço coletivo manifestado nos valores constituídos na solidariedade e fraternidade.

Atuando, portanto, em tecidos organizativos locais profundamente fragilizados, tais políticas buscam em primeiro lugar estimular processos de auto-organização coletiva. Elas induzem à organização dos grupos sociais nos territórios como primeiro passo para uma tentativa de construção de processos mais sustentáveis de desenvolvimento. É assim, por exemplo, através das ações de organização de grupos informais e redes sociais, além das iniciativas de apoio ao associativismo e cooperativismo (FRANÇA FILHO, 2006, p.266).

A autonomia é a elevação da consciência humana, sobre a condensação da ação coletiva a um nível e qualidade necessariamente superiores, tendo em vista que trata especificamente de

uma ruptura histórica, onde o indivíduo desenvolve a autonomia, como processo de individualização, do amplo movimento de autogestão, que é eminentemente coletiva.

A autonomia é o elemento ético da dignidade humana. É o fundamento do livre arbítrio dos indivíduos, que lhes permite buscar, da sua própria maneira, o ideal de viver bem e de ter uma vida boa. A noção central aqui é a de autodeterminação: uma pessoa autônoma define as regras que vão reger a sua vida. [...] A autonomia pressupõe o preenchimento de determinadas condições, como a razão (a capacidade mental de tomar decisões informadas), a independência (a ausência de coerção, de manipulação e de privações essenciais) e a escolha (a existência real de alternativas) (BARROSO, 2014, p. 81-82).

Neste sentido, é consumada a emancipação construída por estes indivíduos no processo de consciência por relações sociais e de trabalho mais justas e emancipatórias, no embate do humano frente ao desumano. Em síntese, a economia solidária abrange amplas experiências e iniciativas, que têm como denominador comum, o empenho em viabilizar respostas firmadas em um ideal emancipatório. Cattani (2003, p. 130) idealiza emancipação como “o processo ideológico e histórico de libertação de comunidades políticas ou grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais”.

Pontualmente, a economia solidária vem se tornando uma importante política pública, que está ganhando força, abrindo espaço no debate político e na esfera pública, para que seja possível o desenvolvimento em uma perspectiva coletiva, tendo em vista a urgência de se suprir as necessidades sociais, econômicas e políticas, bem como o acesso aos direitos e a realização das potencialidades humanas.

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária, instituídas como direitos perenes, torna-se parte da construção de um Estado republicano e democrático, pois este precisa reconhecer a existência desses novos sujeitos sociais, de novos direitos de cidadania e novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é dar-lhe propulsão e suporte por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados ao reconhecimento e ao fomento desse segmento. (GUIMARÃES; SCHWENGBER, 2004, p. 84).

Dessa forma, essa “outra economia” abarca princípios como cooperação, autogestão, equidade e solidariedade. Essa abordagem econômica humanizada, se opõe ao modelo capitalista tradicional, que se baseia na competição, na hierarquia e na busca incessante pelo

lucro. Em contrapartida, a economia solidária busca criar uma alternativa que seja mais justa e inclusiva frente à construção de um modelo que contraria as noções convencionais de crescimento econômico e sucesso, apresentando como proposta, uma visão de prosperidade compartilhada e sustentável.

Agora pense em uma outra economia, onde em vez de individualismo, há união; em vez de competição, há cooperação; em vez de indiferença, há solidariedade; onde, no lugar da devastação do ambiente, há o cuidado com a natureza; e no lugar do autoritarismo de chefes ou patrões, há democracia com todos decidindo juntos e compartilhando igualmente o que se ganha ou se perde (BRASIL, 2007, p5).

Sendo assim, a economia solidária se apresenta como capaz de oportunizar bem-estar social e sobrevivência digna para seus associados, oportunizando assim, condições para viabilização e efetivação de políticas públicas em uma sociedade regada de colaboração e solidariedade, marcada pela igualdade de direitos. Essa prática voltada aos novos sujeitos no mundo do trabalho, valida a atuação direta da sociedade na construção de um Estado que os garantam trabalho e proteção social.

Esta constitui a origem histórica da economia solidária, um período caracterizado pela convergência dos princípios solidários com o pensamento socialista dos trabalhadores à lógica capitalista. Várias das empreitadas cooperativistas lideradas por trabalhadores sem emprego ou insatisfeitos exerceram impacto considerável no pensamento de Robert Owen: “a figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvidas Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação que inspiraria os seus sucessores” (SINGER, 2002, p.35).

1.2 OS SEGMENTOS DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A realidade brasileira sobre as intensas mudanças no cenário sócio-político como resultado do processo de redemocratização e do retorno da garantia de livre associação no país, emergiu no cenário político o surgimento de diversos coletivos populares fundamentados em laços organizativos, cooperativistas, associativistas e de valorização do ser humano em suas relações econômicas.

Elaborando uma síntese das diversas obras de Paul Singer ou uma interpretação de seu pensamento, avistamos o delineamento de uma interpretação abrangente dos segmentos que compõem o movimento de economia solidária, centrado na compreensão de que a mesma

transcende o mero âmbito econômico, assumindo contornos sociais e políticos intrínsecos. Esses elementos convergem para a concretização de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária, em que a economia não é meramente um meio de produção, mas um instrumento de transformação social.

O pensamento de Singer é amparado na percepção de que a solidariedade deve permear todas as esferas da vida econômica, desde a produção até o consumo, proporcionando uma transformação estrutural na sociedade. Dentro desse contexto, existem diferentes segmentos que se entrelaçam na construção desse paradigma, que Silva (2018) conceitua como aglutinador e mobilizador dessas iniciativas econômicas populares, tanto no meio urbano, como no meio rural, representando uma unidade em meio à diversidade.

Na busca por alcançar conquistas em relação ao trabalho associado, deve haver o percurso no sentido de promover o desenvolvimento local nos aspectos econômico e social, em que Singer (2002) define como o processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade local, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Dessa forma, os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES estão fortemente ligados ao conceito de desenvolvimento local.

Para maior compreensão sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, estes são conceituados por (GAIGER, 1999, p. 97), como sendo “organizações coletivas, de trabalho e renda, de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade”.

De acordo com Coraggio (2007), o termo empreendimento refere-se à aquisição e organização de recursos para alcançar resultados específicos. As orientações operacionais básicas que os caracterizam são: a propriedade coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir, a gestão democrática através da participação direta ou, no caso de empresas de maior dimensão, através da representação, a distribuição da receita líquida entre os associados; e distribuição do excedente anual com base em critérios acordados entre todos os funcionários envolvidos (SINGER, 2002).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES são nesse delineamento, representações de atividades econômicas que, em termos técnicos, não buscam o lucro, uma vez que consistem em associações de indivíduos e não em espaços debruçados na acumulação de capital. Seu objetivo principal é proporcionar aos seus membros uma oportunidade de superar as limitações do trabalho individualizado, especialmente em circunstâncias de grupos

com limitação de recursos, que dependem do próprio trabalho para investirem na comercialização. Entretanto, é importante observar que os membros desses EES não têm a mesma proteção legal e os benefícios associados ao trabalho assalariado. Portanto, cabe aos próprios trabalhadores cooperados, realizarem de forma autônoma as suas contribuições ao sistema de segurança social, com o objetivo de serem elegíveis aos benefícios previdenciários.

Conforme apontado por Gaiger (2001), esses grupos são caracterizados por duas abordagens distintas (empresarial e solidária). No aspecto empresarial, é possível afirmar que eles enfrentaram desafios semelhantes às de microempresas convencionais, uma vez que possuem estruturas de produção comparáveis e enfrentam problemas análogos, tais como “padrão tecnológico modesto, atuação em pequena escala, carência de recursos para modernização, atrelamento a empresas maiores e outros agentes econômicos etc.” (GAIGER, 2001, p. 197). Por outro lado, o elemento solidário é apontado como o principal fator que diferencia outras empresas, que se baseiam na propriedade privada dos meios de produção (bens de capital) e na organização do trabalho em regime assalariado.

Dessa forma, quando a colaboração no âmbito laboral se torna uma parte integrante da rotina, ela pode trazer elementos suplementares de eficiência que favorecem a sustentabilidade do empreendimento. Entretanto, possibilidade de harmonização entre o solidarismo e o empreendedorismo econômico é afetada quando se nota que, de modo geral, os setores onde os EES estão inseridos demandam mão de obra pouco especializada e, conseqüentemente, pouco valorizada. Desse modo, a interpretação de Gaiger (2001) versa quanto ao sucesso dessas iniciativas, que dependem da habilidade em unir e integrar suas lógicas internas, tanto no aspecto empresarial, que abrange a busca por resultados exitosos através de ações planejadas e otimização dos fatores de produção, seja eles humanos ou materiais, no que diz respeito ao aspecto solidário, por meio da colaboração entre os membros e da utilização coletiva dos recursos disponíveis em benefício de todo o grupo.

Um outro elemento distintivo desses empreendimentos é a presença de laços sociais preexistentes que fazem com que seus membros estejam conectados, seja devido ao compartilhamento de experiências em outros contextos de trabalho, à proximidade geográfica, às relações familiares ou, em alguns casos, à identidade comum em grupos étnicos. Por essa razão, a motivação econômica subjacente a essas iniciativas tende a se mesclar com outras relações sociais que geram um senso de solidariedade baseado na proximidade, que vai além das formas naturais de solidariedade presentes na esfera doméstica. Esse aspecto se manifesta tanto no maior engajamento dos participantes em relação às questões relacionadas ao

empreendimento quanto na sua conexão com as questões locais e comunitárias que os cercam, como discutido por França Filho (2006) e Leite (2009).

Essa solidariedade também pode se estender para além dos limites territoriais, resultando na criação de diversas formas de redes de cooperação e parcerias entre os EES, com o objetivo de superar o isolamento e a marginalização que frequentemente enfrentam em suas respectivas áreas de atuação, em busca de objetivos econômicos (como a comercialização, o financiamento e o desenvolvimento de capacidades) e políticos (participação em políticas públicas e representação) em comum.

No que se refere à implementação efetiva da autogestão nos Empreendimentos Econômicos Solidários, uma das singularidades fundamentais que diferenciam essas experiências descritas como economia solidária, é a criação de métodos internos que estimulam os membros a participarem ativamente das decisões do dia a dia nos empreendimentos. Isso se torna um desafio significativo, uma vez que a concepção de membros que são simultaneamente proprietários e trabalhadores, acarretando responsabilidades distintas em comparação com uma empresa convencional, não é algo de fácil compreensão em uma sociedade que tradicionalmente se baseia na relação de trabalho assalariado, mesmo quando essa abordagem está em crise. Nos grupos menores, as informações circulam mais facilmente, e a participação é menos onerosa, no entanto, em grupos com muitos sócios, é necessário desenvolver estratégias para garantir a eficácia da gestão democrática.

Quanto à personalidade jurídica desses empreendimentos, o modelo que é majoritariamente considerado como o mais adequado a ser utilizado, é o formato de uma organização cooperativa, a qual é regulamentada no Brasil por meio de dois instrumentos legais primordiais:

I. Lei nº 5.764/1971:

A Lei nº 5.764/1971 é um marco na legislação brasileira relativa às cooperativas e é conhecida como a "Lei das Cooperativas". Ela estabelece as diretrizes para a constituição, organização e funcionamento das cooperativas no Brasil.

Essa legislação define como cooperativas as sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica própria, baseadas nos princípios da participação voluntária, da gestão democrática, da participação econômica dos membros, da autonomia e independência, da educação, formação e informação, da cooperação entre cooperativas e do interesse pela comunidade.

Dessa maneira, ela estabelece os requisitos para a constituição e registro de cooperativas, bem como as normas relativas à sua estrutura e funcionamento. Dentre os principais aspectos regulamentados pela Lei, podemos destacar:

1. Requisitos para constituição:

A Lei determina os requisitos necessários para a criação de uma cooperativa, incluindo o número mínimo de membros de constituição, a elaboração do estatuto social e a realização de assembleias de constituição;

2. Princípios cooperativistas:

A legislação consagra os princípios cooperativistas, mencionadas acima, que devem ser aplicadas pelas cooperativas em sua atuação;

3. Funcionamento democrático:

A Lei estabelece que as cooperativas devem ser geridas de forma democrática, com a participação ativa dos cooperados nas decisões importantes por meio de assembleias;

4. Natureza jurídica:

As cooperativas possuem uma natureza jurídica própria, distinta de outros tipos de sociedades empresariais, sendo regidas pelas disposições específicas da Lei;

5. Benefícios fiscais:

A Lei 5.764/1971 também prevê benefícios fiscais para as cooperativas, como a isenção de alguns impostos, desde que atendam aos requisitos estabelecidos.

No contexto da economia solidária, essa lei além de ser fundamental para o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, promove a geração de emprego e renda, e a melhoria da qualidade de vida de seus membros. Ela também oferece um arcabouço legal que permite às cooperativas atuarem de forma eficaz e responsável no mercado, fortalecendo, assim, a economia do país.

II. Lei nº 12.690/2012:

A Lei nº 12.690, denominada de “Lei do Cooperativismo de Trabalho”, é uma legislação brasileira que estabelece diretrizes para a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho. Ela também instituiu o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho, conhecido como PRONACOOOP.

De acordo com Pinho (2004), o PRONACOOOP foi instituído objetivando a estimulação da criação de cooperativas, para racionalizar o cooperativismo, em especial na agricultura, e criar estratégias de modernização e aumento de produtividade. Esta legislação define que uma Cooperativa de Trabalho é uma sociedade formada por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão, visando obter melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

A lei estabelece que a Cooperativa de Trabalho pode ser de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a

cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

Além disso, a Lei nº 12.690 estabelece uma série de princípios e valores que regem as Cooperativas de Trabalho, incluindo adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação, interesse pela comunidade, preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa, não precarização do trabalho, respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nesta Lei, e participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social.

A Lei nº 12.690 também revogou o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Entretanto, as obrigações burocráticas e fiscais envolvidas na legalização desse tipo de organização fazem com que muitos Empreendimentos Econômicos Solidários EES optem por outras formas de formalização, como associações, ou até mesmo operem de maneira informal. A informalidade nesse contexto resulta em uma série de desafios e restrições no que diz respeito às suas atividades econômicas, a exemplo, de não poderem efetuar emissão de nota fiscal ao comercializar suas produções e serviços, o que os limita a atuar em circuitos de consumo restritos. Além disso, a informalidade impede o acesso às já limitadas linhas de crédito e programas de apoio do governo destinados a pequenos empreendimentos no país. Portanto, a ausência de formalização aprofunda as dificuldades concretas dos EES em relação aos “três principais gargalos para se desenvolverem: comercialização, crédito e formação” (SANCHEZ, 2011, p. 344).

Apesar de existirem muitas pesquisas e ferramentas que tratam da gestão no campo da administração tradicional voltados aos empreendimentos capitalistas, é significativo destacar que esse referencial não é aplicável aos EES, porque elas têm necessidades e estruturas distintas (RUTKOWSKI, 2008). Essa compreensão pode ser embasada com a afirmação de Costa (2003), Pinheiro e Paula (2015) ao constatarem uma necessidade de estudos relativos às questões de cunho administrativo e gerencial nos empreendimentos de economia solidária.

O modelo de gestão para os EES na perspectiva de Rutkowski (2008), demanda um entendimento embasado, em que a eficiência é baseada na predileção do trabalho sobre o capital, e que a organização do trabalho está comprometida com a coletividade, de maneira oposta a uma racionalidade instrumental, que “resulta na vigência dos processos tradicionais de

fragmentação do trabalho” (RUTKOWSKI, 2008). Essas organizações coletivas, são caracterizadas por Pinheiro (2015), através de suas “relações cooperativas, democráticas e equitativas”.

Até o ano de 2003, os estudos sobre economia solidária eram realizados por entidades de apoio e fomento aos movimentos populares, com suas conclusões sendo divulgadas por meio de boletins, revistas informativas e publicações acadêmicas. A multiplicidade desses conteúdos apresentava informações incompletas ou imprecisas, muito em razão da falta de padronização nos métodos de coleta de dados e na participação limitada dos empreendimentos no processo de mapeamento, ocasionando falta de confiabilidade sobre a realidade dessas experiências.

A posse de dados através de instrumentos metodológicos, possibilita a compreensão mais precisas e abrangentes sobre os empreendimentos econômicos solidários existentes no país. Com base nessas informações, é possível realizar um planejamento mais robusto de programas, estratégias e formas de intervir e capacitar para otimização desse potencial, seja através de ações diretas entre grupos na sociedade comprometida com a economia solidária, seja por meio de ações governamentais, através de políticas públicas.

Nesse quadro de referência, a partir da iniciativa da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, a Economia Solidária deu início ao levantamento e diagnóstico de informações que passaram a compor o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES, o banco de dados dos empreendimentos de economia solidária, alimentado por meio da realização do Mapeamento da economia solidária no Brasil.

Antiga ambição do movimento de economia solidária, o primeiro mapeamento foi realizado desde o início da SENAES em 2003, tendo sido finalizado em 2007. Esse levantamento foi, portanto, a grande amostragem dos EES, representando a primeira tentativa de identificar esses empreendimentos e sua extensão em todo o território nacional. De acordo com Carneiro (2012), a base de dados dessa pesquisa identificou 21.855 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.831 municípios dos 26 Estados, além do Distrito Federal.

Nestes EES mapeados foi constatada a participação de mais de 1 milhão e 600 mil pessoas, sendo 63% homens e 37% mulheres, em todas as regiões do país, tendo maior presença, no entanto na região Nordeste com 43,5% dos EES, seguida da região sudeste com 17,9% e da região sul com 16,4%. Em relação aos Estados de modo particular, o destaque vai para o Rio Grande do Sul, que possui 9,5% do total de EES, sendo o estado com a maior proporção, seguido pelo estado do Ceará com 8,5% e do estado da Bahia com 7,4% (CARNEIRO, 2012, p. 24).

A sua concretização foi viabilizada por meio da colaboração entre o poder público, organizações civis e os fóruns de economia solidária. As informações obtidas abordaram as condições iniciais dos EES, suas estratégias de desenvolvimento e os benefícios que seus membros alcançaram, bem como às comunidades circundantes. Este conjunto de dados constitui uma base empírica propícia para a aplicação de análise quantitativa e a exploração de hipóteses, ao oferecer uma visão abrangente do perfil socioeconômico e das práticas de gestão desses grupos autogestionários.

Sobre os empreendimentos, Dagnino (2018) aborda que estes são passíveis de sofrer influência das políticas públicas. O direcionamento dos valores para a economia solidária seria articulado por meio de financiamento para a compra de insumos, máquinas e equipamentos, mediante suporte técnico à gestão e produção, adoção de tecnologias sócias ou de forma indireta com a obtenção de sua produção e serviços por meio de compras públicas. E para tanto, ainda trata que:

Caso as diferentes esferas de governo orientassem a parcela de seu gasto passível de ser atendida por cooperativas e empreendimentos solidários [...] como já ocorre com a compra da agricultura familiar dos alimentos para merenda escolar, não poderíamos diminuir a corrupção? (DAGNINO, 2018, p.192).

Em um exercício de análise do mapeamento por Carneiro (2012), a zona rural é predominante enquanto área de atuação desses EES, representando 48,3% enquanto na área urbana esse percentual é de 34,6%. Aqueles que atuam em ambas as áreas, rural e urbana, o percentual é de 17%. Devido à forte presença na área rural, a atividade econômica preponderante da EES é agropecuária, abrangendo 42,4%. Entretanto, as atividades relacionadas à indústria de transformação compreendem 39,2% das operações dos EES. No detalhamento dessas atividades, é possível observar que os principais produtos e serviços oferecidos pela EES incluem a produção agropecuária, extrativismo e pesca, totalizando 39,2%, seguidos pela produção artesanal e serviços de alimentos e bebidas, com 16,9% e 16,7%, respectivamente.

Se os dados acima nos permitem um panorama geral dos EES (distribuição regional, área de atuação e principal atividade), outros dados nos possibilitam analisá-los a partir do estado de funcionamento desses EES. Uma primeira informação importante, é que esses EES tiveram sua criação/fundação principalmente a partir da década de 1990, correspondendo esta década com 39,7% dos EES criados. Este crescimento no número de EES parece ser contínuo, como podemos observar no período compreendido entre os anos de 2001 e 2007, no qual a porcentagem de EES criados foi de 49,4% do total dos empreendimentos mapeados. Ou seja, quase metade dos EES mapeados entre 2003 em 2007 corresponde a iniciativas econômicas recentes. Um

dato que qualifica essa informação é referente aos triênios de início dos EES. Neste caso, os triênios de 1999-2001 e 2002-2004 são aqueles com maior número de EES criados, sendo 20,8% e 26% respectivamente (CARNEIRO, 2012, p. 25).

Ainda sobre as análises do autor, no que tange à estrutura organizacional desses EES, é possível afirmar que as associações predominam como o principal modelo organizacional, representando 51,8%. Em seguida, encontramos uma presença significativa de grupos informais, correspondendo a 36,5%, enquanto as cooperativas detêm uma parcela de 9,7%. No que diz respeito ao tamanho do EES e ao número de sócios, há uma concentração notável nas faixas que abrangem de 06 a 30 sócios, correspondendo a 44,6%, seguida pela faixa entre 31 a 65 sócios, representando 23,6%.

Já em relação a origem dos recursos para iniciar as atividades, os próprios sócios (capitalizações ou cotas) proveram em 60% dos EES. Em seguida, a utilização de doações, representa 21%, e empréstimos e/ou financiamentos com 12%. É relevante ressaltar que majoritariamente esses EES estão plenamente operacionais, sendo que 41,9% deles possuem sede própria, enquanto em 39,8% a sede é cedida ou emprestada. Além disso, destaca-se que 75,6% dos EES utilizam equipamentos próprios em seus processos produtivos.

Quanto à abrangência dos EES, parece estarem concentrados em níveis municipais e comunitários. Destaca-se que o destino dos produtos originados no EES tem foco na comercialização, representando 66% dos casos, sendo que em 29% dos casos os produtos são parcialmente vendidos e parcialmente destinados ao autoconsumo. Em relação à origem da matéria prima ou insumos para suas atividades, 52% provêm de empresas privadas, com ênfase nos que originam dos próprios associados (18,5%), doações (8,6%) e coleta (materiais recicláveis ou matéria prima para artesanato) com 4,7%. No que diz respeito à venda, isso ocorre prioritariamente diretamente ao consumidor (65%), tendo o comércio local e comunitário (52,9%) como principal destino de seus produtos e serviços. A principal modalidade de comercialização é, nesse caso, o contato direto com os clientes (34,6%), seguido por negociações em feiras livres (22,5%) e lojas ou espaços próprios (18,8%).

No que diz respeito à remuneração dos trabalhadores e à prestação de benefícios sociais oferecidos pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), os dados indicam que, de maneira geral, o EES concedeu uma contribuição por produto (45,5%), em contraponto a uma remuneração fixa (5,3%), apresentando uma média de ganhos com variação de meio salário-mínimo até 1 salário-mínimo (78%). Em 59% dos EES, observa-se a inexistência de benefícios sociais, tais como férias remuneradas, 13º salário, entre outros.

Ainda sobre essa sequência de análises, embora os dados evidenciem algumas limitações desses EES, eles também revelam indicadores que confirmam sua viabilidade econômica. A exemplo, os dados indicam que 72,2% dos EES obtiveram resultados econômicos que cobriram suas despesas, sendo que em 53% deles foi possível o pagamento das despesas e ainda ter sobras ou excedentes. Não se refere às sobras/excedentes, parte foi distribuída entre os trabalhadores (15,3%), enquanto outra parte foi destinada a fundos de investimento (14,9%) e fundos de reserva (15%).

Se estes dados dão uma idéia da abrangência e estado de funcionamento, outros dados apontam para características específicas destes empreendimentos na gestão democrática e na relação e cooperação entre si e com a comunidade, ou seja, destaca os princípios da autogestão, cooperação e solidariedade presente na prática dos EES. No que se refere à gestão, por exemplo, a maioria dos empreendimentos realiza assembleias e reuniões em um período de até três meses (74%), sendo que 48% dessas assembleias são realizadas mensalmente. Quanto ao processo decisório, na maioria dos empreendimentos existem mecanismos de participação nas decisões cotidianas, inclusive na eleição da diretoria e na prestação de contas (60%) e no acesso a registros e informações dos empreendimentos (59%) (CARNEIRO, 2012, p. 26).

Assim, no que se refere à cooperação, grande parte dos EES destaca atividades realizadas de forma coletiva, como a produção (64%), a comercialização ou venda (60%), o compartilhamento de equipamentos (50%) e o uso de infraestrutura, como prédios e armazéns (48%). Quanto ao compromisso social, observamos nos empreendimentos uma preocupação marcada com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços (70%). Além disso, há uma atenção especial aos aspectos ambientais, como a oferta de produtos orgânicos (28%) e a prática de reaproveitamento de resíduos (26%). Os EES também se envolvem em ações sociais e comunitárias (57%), participam de movimentos sociais (58%) e integram redes e fóruns de articulação (46%).

A transição entre primeiro e o segundo mapeamento da economia solidária, resultou em uma nova base de dados para integrar o SIES. Uma Comissão Gestora Nacional (CGN) foi estabelecida para desenvolver a metodologia e supervisionar suas fases, contando com representantes da SENAES e de outros órgãos importantes para apoiar as equipes estaduais de pesquisadores, incluindo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A experiência adquirida no mapeamento anterior foi utilizada para definir a estratégia de articulação institucional, preparar os instrumentos e realizar o trabalho de campo, permitindo aprimorar os novos procedimentos de coleta de informações. No final, foi escolhido um questionário padronizado com um total de 171 perguntas, além das informações cadastrais dos empreendimentos, objetivando caracterizar as diversas manifestações da economia solidária no país.

A unidade fundamental para a formação do banco de dados é o Empreendimento Econômico Solidário (EES), que teve a sua definição aplicada conforme o manual do SIES, caracterizando-se como aquelas organizações:

1. Coletivas – organizações suprafamiliares, singulares e complexas (tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes etc.) cujos participantes ou sócios exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
2. Permanentes – que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e
3. Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização e de consumo solidário (BRASIL, 2005).

De acordo com o segundo mapeamento de economia solidária no Brasil, realizado entre o final de 2009 e início de 2013 e que forneceu uma nova base de dados para compor o Atlas Digital da Economia Solidária, existem 19.708 EES organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros. Sendo a grande incidência deles, encontrada na região Nordeste, que é responsável por 40,80% do total. Esses empreendimentos possuem experiências coletivas de produção e de comercialização que empreendem na concepção da geração de renda e são definidos por diferenças basilares das mais diversas ordens, tais como econômica, social, cultural e territorial, conforme Tabela 1:

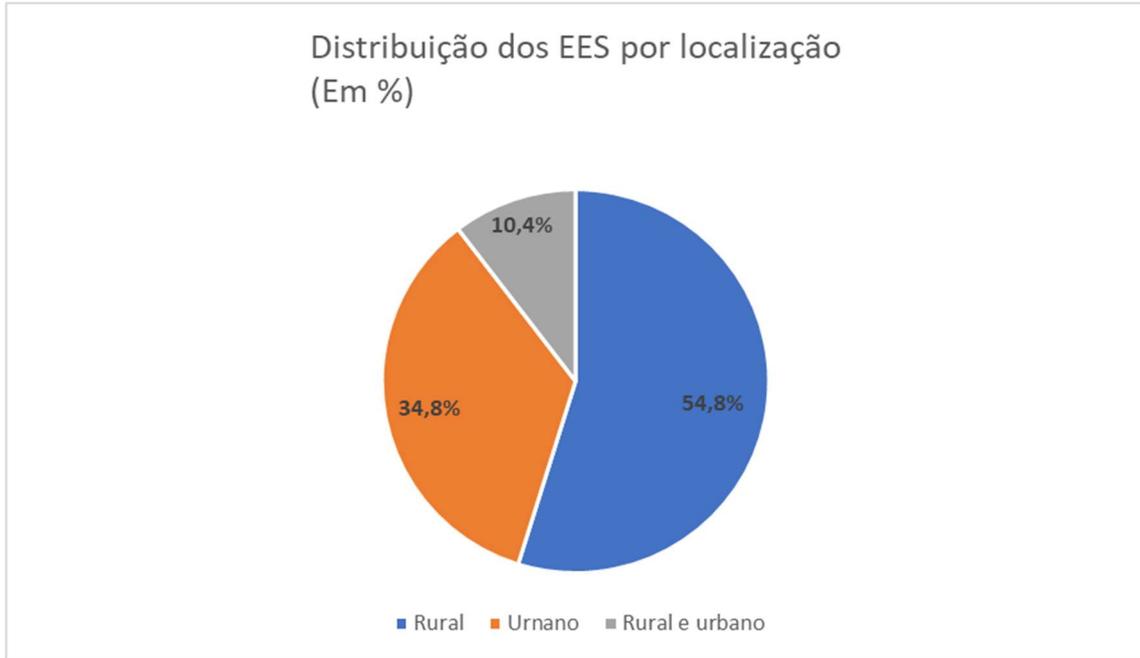
Tabela 1 - Distribuição regional dos EES - 2013

Regiões	Total	%
Centro-oeste	2.021	10,25
Nordeste	8.040	40,80
Norte	3.127	15,87
Sudeste	3.228	16,38
Sul	3.292	16,70
Brasil	19.708	100

Fonte: Adaptado pelo autor com base no Atlas Digital da Economia Solidária, (2023).

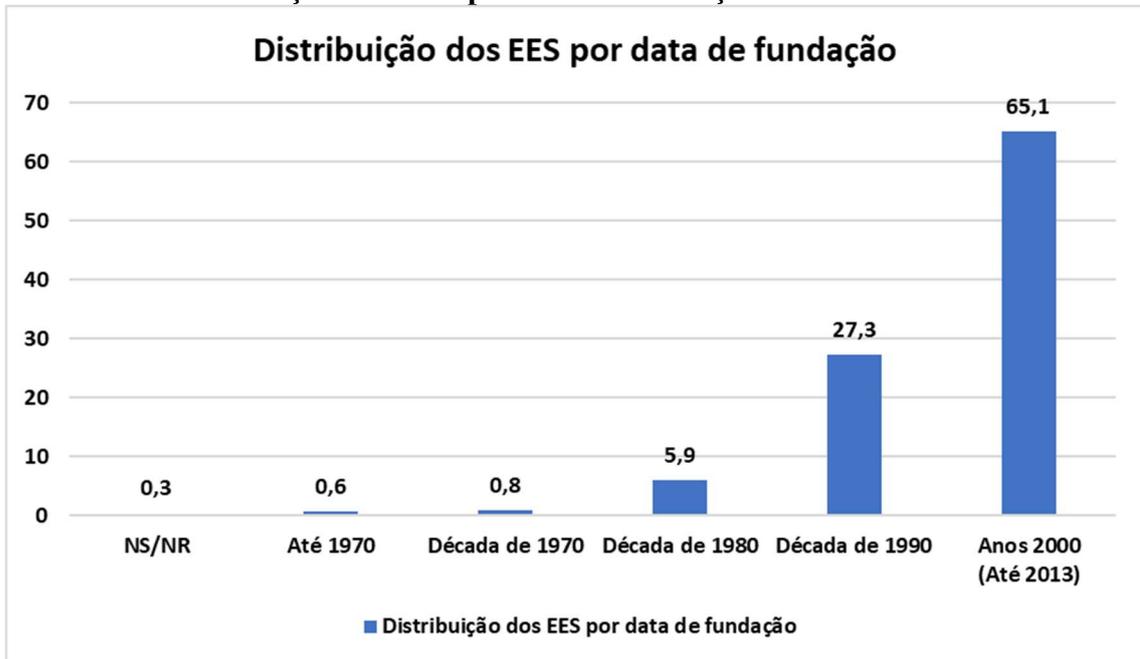
É admissível a afirmação, também, de que esses empreendimentos são relativamente recentes, uma vez que aproximadamente dois terços desse total foram estabelecidos a partir do início da década de 2000. Quanto à distribuição geográfica dos Empreendimentos Econômicos Solidários nos municípios, mais da metade está localizado em áreas rurais (54,8%), em comparação com 34,8% de EES urbanos, e 10,4% que se identificaram como atuantes tanto em áreas rurais quanto urbanas. Os gráficos 1 e 2 apresentam visualmente esses resultados.

Gráfico 1 – Distribuição dos EES por localização



Fonte: Adaptado pelo autor com base no Banco de dados do SIES, (2023).

Gráfico 2 – Distribuição dos EES por data de fundação



Fonte: Adaptado pelo autor com base no Banco de dados do SIES, (2023).

A notável heterogeneidade estrutural desses empreendimentos, fundamenta suas particularidades. As disparidades estruturais entre eles abrangem diversas dimensões, tais como económicas, sociais, culturais e territoriais. Além disso, são caracterizadas por motivações distintas para sua constituição. Os dados coletados pela SIES apresentam essa variedade de motivações, conforme indicado pelos próprios sócios entrevistados. As razões mais

frequentemente citadas incluem: obter uma fonte complementar à renda da família; alternativa ao desemprego; obter maiores ganhos com um empreendimento coletivo; estar em uma atividade em que todos são donos; e auxiliar no desenvolvimento comunitário, mencionados na Tabela 2:

Tabela 2 - Principais motivações para a constituição dos EES - 2006

Motivações	N	%
Fonte complementar de renda	9.624	48,8
Alternativa ao desemprego	9.106	46,2
Maiores ganhos em empreendimento associativo	8.471	43,1
Atividade na qual todos são donos	8.024	40,7
Desenvolvimento comunitário	5.646	28,6
Condição para ter acesso a financiamentos e apoios	4.130	21,2
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3.801	19,3
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160	16,1
Incentivo de política pública	3.113	15,8
Atuação profissional em atividade específica	2.828	14,3
Fortalecimento grupo étnico	1.912	9,7
Produção/comercialização de produtos orgânicos	1.607	8,2
Organização de beneficiários de políticas públicas	1.510	7,7
Recuperação de empresa privada	601	3,1
Outro	1.890	9,6

Fonte: Adaptado pelo autor com base no Banco de dados do SIES, (2023).

No total, participam desses EES 1.423.631 indivíduos associados, sendo que a maioria é do sexo masculino, totalizando 803.373 (56,4% do total), em comparação com 620.258 do sexo feminino (43,6%). A média é de 73 associados(as) por EES, no entanto, a maioria dos EES é composta por menos de 20 sócios(as) (41,7%), enquanto outros 32,6% possuem entre 21 e 50 sócios(as), conforme ilustrado na Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Distribuição dos EES por número de sócios (as) - 2006

	Total	%
Até 20 sócios(as)	8.217	41,7
Entre 21 e 50	6.419	32,6
Entre 51 e 100	2.873	14,6
Entre 101 e 500	1.759	8,9
Mais de 500 sócios(as)	345	1,8
NS/NR	95	0,5
Total	19.708	100

Fonte: Adaptado pelo autor com base no Banco de dados do SIES, (2023).

Nesse viés, um dado nacional significativamente importante do Mapeamento, é que os Empreendimentos Econômicos Solidários estão organizados de maneira prevalecente enquanto associação, com 59,99% do total. Já os grupos informais representam 30,5% e, temos 8,8% formalizados como organização cooperativa. Esse fator resulta na fragilidade em relação ao fortalecimento de ações que desenham uma política pública para a economia solidária, que são amparadas na natureza de comercialização dos EES e conseqüentemente na relação direta com a remuneração e os impactos na vida dos trabalhadores, conforme segue a Tabela 4:

Tabela 4 - Distribuição dos EES por tipo de formalização - 2013

Forma organizacional	Total	%
Associação	11.823	59,99
Grupo informal	6.018	30,54
Cooperativa	1.740	8,83
Sociedade mercantil	127	0,64
Total	19.708	100

Fonte: Adaptado pelo autor com base no Atlas Digital da Economia Solidária, (2023).

Essa compreensão é definida, pelo fato de as associações constituírem um modelo organizacional demasiadamente limitado enquanto atividade comercial, ficando vedado, em concordância com o Código Civil brasileiro, de exercerem atividade econômica e emitirem nota fiscal de seus produtos. Já os grupos informais, que correspondem a segunda maior ocorrência, apresentam um alto estágio de fragilidade institucional, uma vez que o acesso a financiamentos e programas governamentais de apoio é limitado, além de reduzirem os benefícios contratuais de seus sócios no âmbito da atividade do empreendimento e garantia de seu trabalho.

A aplicação desse questionário para esses empreendimentos, foi elaborado considerando uma distinção entre eles de acordo com sua atividade econômica, podendo ser definida como:

- I.Troca;
- II.Produção;
- III.Comercialização;
- IV.Prestação de serviços;
- V.Crédito ou finanças;
- VI.Consumo/uso coletivo.

No contexto desta pesquisa, visando a abrangência do máximo de variáveis comuns às diversas atividades econômicas, as atividades de produção, comercialização e prestação de serviços, foram escolhidas para análise, enquanto os demais foram descartadas por não possuírem uma finalidade comercial e econômica propriamente dita. Dessa forma, o número total de empreendimentos selecionados foi de 15.005, conforme indicado na Tabela 5.

Tabela 5 - Distribuição dos EES por atividade econômica e seleção amostral - 2023

EES mapeados	19.708
(-) Atividade econômica	
Troca de produtos ou serviços	-430
Poupança, crédito ou finanças solidárias	-328
Consumo/uso coletivo de bens e serviços	-3.945
(=) Amostra final	15.005
Comercialização ou organização da comercialização	2.628
Prestação de serviço	1.296
Produção ou produção e comercialização	11.081

Fonte: Adaptado pelo autor com base no Atlas Digital da Economia Solidária, (2023).

Do conjunto selecionado para análises posteriores, a maioria dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) é composta por agricultores familiares/assentados de reforma agrária, representando conjuntamente 52,6%. Estes números evidenciam uma notável predominância desses empreendimentos associados às atividades econômicas no meio rural. Além disso, destaca-se a presença significativa da atividade de artesanato, alcançando 22,7%, de acordo com a Tabela 6.

Tabela 6 - Distribuição dos EES por predominância da atividade econômica dos sócios - 2013

Atividade	Total	%
Agricultores familiares	7.158	47,7
Artesãos	3.413	22,7
Outros trabalhadores autônomos/por conta própria	1.141	7,6
Não se aplica ou não há predominância	987	6,6
Assentados da reforma agrária	734	4,9
Desempregados (desocupados)	613	4,1
Catadores de material reciclável 591 3,9	591	3,9
Artistas	196	1,3
Técnicos, profissionais de nível superior	162	1,1
Garimpeiros ou mineiros	10	0,1
Total	15.005	100

Fonte: Adaptado pelo autor com base no Atlas Digital da Economia Solidária, (2023).

Singer (2008) apresenta, que o conhecimento da realidade da economia solidária a partir do Sistema Nacionais em Informações em Economia Solidária – SIES, possibilitou à SENAES uma atuação melhorada nos territórios, ressaltando a importância desse processo de investigação da realidade, em que esses dados subsidiaram a implementação de políticas públicas de ES em todo país, focalizando o desenvolvimento local e territorial, a organização econômica e solidária.

As informações elaboradas entre os anos de 2003-2007 e 2010-2013, representam um perfil da economia solidária no Brasil em que a CGN e a equipe da SENAES esperavam que ao fim de sua realização, fossem atingidos os seguintes objetivos:

- I. Identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil;
- II. Fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo;
- III. Promover o comércio justo e o consumo ético;
- IV. Subsidiar a formulação de políticas públicas; dar maior visibilidade à economia solidária, para fins de reconhecimento e apoio público; e facilitar a realização de estudos e pesquisas na área (SENAES, 2005).

Fundamentado em todo esse conjunto de informações construídas ao longo das duas extensas pesquisas realizadas, é possível afirmar que o banco de dados do SIES fornece uma extensa base de pesquisa, passível de ser comprovada por meio de diversos métodos e técnicas estatísticas, além de possibilitar uma discussão de hipóteses “a partir de uma visão empírica ampla do perfil dos membros dos empreendimentos econômicos solidários, das suas formas de gestão e atuação econômica, entre outros aspectos” (GAIGER, 2014, p. 18).

Desse ponto de vista, as informações e dados discutidos neste estudo reafirmam de maneira mais evidente as hipóteses da heterogeneidade estrutural que caracterizam esses empreendimentos. Além disso, destacamos os diversos níveis de fragilidade que muitos deles enfrentam em suas atividades diárias: alguns com desafios para gerar receitas suficientes para o pagamento dos trabalhadores coletivos e para acessar linhas de crédito desenvolvidas a novos investimentos ou capital de giro; ao passo que outros estão consolidados ou em processo de consolidação, com processos produtivos e canais de comercialização estabelecidos, proporcionando renda para a subsistência de muitas famílias no Brasil.

1.3 O CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao longo das últimas décadas, inúmeros pensamentos convergiram para a viabilização unificada da luta por direitos e legitimação, composta por uma pluralidade de instituições, entidades públicas e organizações da sociedade civil, universidades e iniciativas de políticas públicas governamentais nos âmbitos municipais e estaduais. Dessa forma, sendo uma frente de resistência ao capitalismo, que produz e concentra riquezas para um grupo minoritário, com conseqüente agravamento das desigualdades sociais, da miséria e da exclusão social.

Em decorrência do cenário de crise econômica e social que impacta diferentes nações, a emergência de organizações com orientação na igualdade e solidariedade se fez essencial,

como resposta ao declínio dos Estados Sociais e ao crescente desinteresse dos mercados em relação à sociedade. Esse fenômeno é fruto do aperfeiçoamento inequívoco amparado nas lutas e embates dos diversos movimentos referenciados na superação histórica das contradições do capital, que constituem o diversificado campo autogestionário da economia solidária, do qual Silva (2017) trata como alternativa de inserção no circuito econômico, com vistas à geração de renda para as pessoas envolvidas.

Historicamente, sempre subsistiram no Brasil práticas econômicas alicerçadas no trabalho e fundamentadas em laços de reciprocidade, nas quais, suas produções satisfazem as demandas coletivas e mantêm um caráter primordialmente social de vertente coletiva. Essas ações coletivas, cooperadas e associativas, são definidas por Quijano (2005) e Singer (2005) como formas de organização social vistas como possibilidades para relações mais justas e igualitárias na sociedade, possuem no cooperativismo suas primeiras atividades, com os trabalhadores vindos da Europa no Século XIX, que começaram aplicar a experiência europeia, que se deu, oriunda das desigualdades geradas pela consequência de Revolução Industrial.

[...] a diversidade desses atores, conjugada com os diferentes entendimentos da economia solidária, suas diferentes tradições e projetos políticos dão ao atual cenário um campo aberto de discussão que refletirá nas políticas públicas criadas para a promoção da economia solidária (CARNEIRO, 2012, p.73).

O protagonismo das instituições sociais, entre as quais associações e cooperativas, foi intensificado no último terço do Século XX, em consonância com o avanço da retração do Estado. Pode-se evidenciar entre elas, os Projetos Alternativos Comunitários - PACs, criado a partir de 1980 pela Caritas Internationalis - CARITAS, a idealização das cooperativas agropecuárias no âmbito dos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, no final dos anos 1980, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs, empreendidas pela Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria na metade dos anos 1990, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG, além da União e Solidariedade das Cooperativas – UNISOL, iniciativas estas promovidas por trabalhadores oriundos de empresas em crise falimentar transformadas em cooperativas (SINGER, 2006, p.20).

Dessa forma, os alicerces do movimento brasileiro de economia solidária foram estabelecidos. Isto posto, estas organizações passaram a demandar a urgência por um modelo econômico constituído no contexto de uma abordagem que permitisse a possibilidade da consolidação de um projeto alternativo de modernização da economia global. Tiriba (2001, p. 104), contribui direcionando que “sob a mesma denominação de economia popular ou

economia solidária, diferentes enfoques e propostas têm sido sugeridos por analistas de diversas correntes do pensamento”.

[...] assistimos à emergência de um novo modo de intervenção social visando desta vez, não mais aos 'esquecidos do progresso', mas às vítimas da nova ordem socioeconômica" (DONZELOT, 1998, p. 178).

Do ponto de vista histórico, a economia solidária englobou uma ampla categoria social e um diversificado campo de organizações, tais como grupos informais de geração de renda, coletivos de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autônomas e cooperativas, voltadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e acesso ao crédito.

A maneira que a economia solidária produz interação com os diversos atores sociopolíticos, dinamiza a compreensão sobre a variedade de reconhecimentos conferidos a essas experiências imbuídas no ideário autogestionário de trabalho coletivo, na partilha dos recursos de produção e na aplicação de princípios igualitários na partilha e nas deliberações. No sentido desta discussão, é possível a identificação de várias designações para estas características, que refletem tradições, ênfases e abordagens de desenvolvimento. Esta diversificação exemplifica de maneira eloquente o que a maioria das interpretações destacam, ou seja, sua natureza inovadora e alternativa.

Carneiro (2006) colabora sobre a abrangência da economia solidária, ao estabelecer que não podemos a considerar, somente em suas incidências econômicas, mas que devemos nos ater similarmente à vinculação e formação desta a um movimento político que sugere outros questionamentos em relação às suas características enquanto movimento. Não se trata, porém, de dar maior relevância a uma dimensão política em relação à dimensão econômica, uma vez que diante da extrema desigualdade material não se pode fazer sua análise, ignorando essas dimensões para superar a injustiça. Todavia, não podemos desprezar o fato de que, paralelamente à crescente e complexa tarefa econômica, há uma igual parcela do trabalho político.

A correlação da economia solidária com atores sociopolíticos, ocorre em virtude de seu desenvolvimento e da composição de um campo comum de discussão entre os diversos atores que a disseminam. Esta articulação se relaciona com a conceituação de redes de movimento social de SCHERER-WARREN (2006) que conjectura “uma identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores e as situações

sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006).

As organizações sociais têm trabalhado arduamente tanto na mudança dos padrões sociais quanto na capacidade de influência nas políticas governamentais. Com o intuito de ser possível distinguir esses movimentos dos atos de protestos pontuais, Melluci (1989) caracteriza os movimentos, de maneira que não possam ser confundidos multidões com reivindicações de movimentos articulados e organizados.

Eles não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por projetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar as vidas das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quanto lutamos por mudanças mais gerais na sociedade (MELLUCI, 1989, p. 59).

Tais movimentos são forjados com base em problemas de conflitos e disputas em uma sociedade. Esses processos resultam numa identidade coletiva socializada por um propósito comum. Esse é o elemento central do movimento, significando uma solidariedade estabelecida a partir de valores culturais e políticos, abordados em arenas coletivas e não institucionalizadas.

Em termos de origens da economia solidária contemporânea, cabe ressaltar que o seu ponto central é a organização das três primeiras edições do Fórum Social Mundial - FSM nos anos de 2001, 2002 e 2003 em Porto Alegre/RS, como manifestação contrária a globalização neoliberal e que teve a participação mundial nas tratativas sobre emancipação social. Esse movimento global de contestação estabeleceu em sua agenda o desenvolvimento democrático e sustentável em uma conjuntura econômica marcada por elevados índices de desemprego e pobreza.

A Economia Solidária se consolidou durante o período de realização dos três FSMs de Porto Alegre, conquistando espaço e articulando uma ampla gama mundial de redes e organizações. Seu ápice enquanto temática abordada e suas proposições, ocorreu no Fórum de 2003, sendo representação do tema central de 8 seminários e 120 oficinas.

Nesse âmbito, durante a 3ª edição do FSM, a III Plenária Nacional de Economia Solidária articulou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério de Trabalho e Emprego - MTE e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, que veio tornar mais compreensível uma organicidade no campo da economia solidária, o que nos remete a refletir sobre um “movimento da Economia Solidária” no Brasil, com pretensão de articular os diferentes atores envolvidos com ela na construção de uma plataforma política de Economia Solidária (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Na oportunidade, houve também a aprovação da a carta de princípios do FBES, um importante instrumento na articulação dos atores sociais que constroem o movimento e para o comprometimento de seus valores, afinidade de luta e eixos de mobilização. Os consensos quanto à economia solidária no país foram dinamizados nesse momento, onde apesar da diversidade de origem e de dinâmica cultural, o documento ostenta eixos gerais de convergências conforme os princípios da economia solidária:

[...] a valorização social do trabalho humano [...], a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica [...], o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade [...] a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza [...] e os valores da cooperação e da solidariedade [...] (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005, s/p).

A composição do FBES também foi estabelecida no decurso dessa Plenária, estruturada a partir de três segmentos: empreendimentos econômicos solidários, gestores públicos e entidades de assessoria e fomento, tópico este que suscitou controvérsia, sobretudo em relação à incorporação de gestores públicos como um dos segmentos do fórum (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005).

Definiu-se, ainda, que a função das iniciativas econômicas seria central no movimento de economia solidária no Brasil. Segundo a carta do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2005), para integrar o movimento, os empreendimentos econômicos solidários devem ser organizados de forma coletiva, autogestionária e suprafamiliar. Quanto as entidades de apoio e assessoria, via de regra, são organizações sem fins lucrativos, não governamentais ou universidades - Tais como Incubadoras Tecnológicas ou grupos de extensão com prestação de serviços de apoio e de fomento aos empreendimentos em diferentes níveis de atuação, como formação, assessoria técnica, crédito, dentre outros. Em relação ao segmento de gestores públicos, fazem parte os representantes de governos estaduais e municipais que atuam com os programas e projetos direcionados à economia solidária. Em nível nacional, esse segmento está representado pela Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária.

Assim, o novo século emergia na esteira de uma diversidade de lutas sociais em todo o mundo e confluía com o momento que de acordo com Cunha (2012), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária ocupava a função de interlocutores privilegiados junto à SENAES na construção dessas ações públicas. Em paralelo, a organização contou com o desafio de encarregar-se pela mobilização para a criação de fóruns regionais e estaduais, visando a manutenção e ampliação do diálogo com as bases do movimento.

A partir dessas circunstâncias, há o entendimento de que apesar da criação da SENAES ter representado um marco importante para o campo da economia solidária, não coube a ela desempenhar a função de implementação dos empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista que estes resultam da mobilização das pessoas em nível local. Sendo assim, coube a SENAES, a utilização dos instrumentos que abrangem o Governo Federal para a articulação das diversas experiências já existentes, viabilizando o funcionamento e a promoção da Economia Solidária, assim como da participação popular na formulação e avaliação da política.

O público-alvo das políticas de geração de trabalho e renda e inclusão social da SENAES, foi estabelecido no sentido de atender trabalhadores em risco de desemprego, autônomos ou informais, pequenos produtores familiares rurais e urbanos, redes, empreendimentos e agências fomento da economia solidária, fóruns municipais e regionais e beneficiários de programas de inclusão social (BARBOSA, 2007).

O ato que criou a SENAES deliberou sobre a composição do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES, que esteve durante um período em discussões até sua maturação e instituição em 2006 (CUNHA, 2012). Posteriormente, a SENAES passou a sintetizar suas políticas por meio do Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, implantado em 2004, assim que a Secretaria passou a dispor de orçamento próprio. Nesse sentido, o Programa passou a dialogar com a plataforma do FBES e com as resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária e do CNES na definição de suas demandas e ações.

A falta de dados representativos e sistematizados sobre a Economia Solidária, limitava a formulação e execução de políticas públicas, vistas pelo movimento como fundamentais. Assim, a SENAES apresentou em 2006 o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, buscando conhecer melhor a identidade e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio e Fomento.

Criada em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) está desenvolvendo um conjunto de ações para o fortalecimento dessa realidade. Dentre elas, destaca-se o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) que se constitui em iniciativa pioneira para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários, de Entidades de Apoio e Fomento à Economia e, mais recente, de Políticas Públicas de Economia Solidária. Essa iniciativa tem início em 2003, quando a SENAES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, recém-criados, assumiram conjuntamente a tarefa de realizar um Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. O objetivo era constituir uma base nacional de informações que contribuísse para a visibilidade e o fortalecimento e integração dos empreendimentos de economia solidária através do cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização. Além disso, deveria oferecer subsídios aos processos públicos de reconhecimento das iniciativas de economia solidária, para a formulação de políticas públicas e para a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária (CULTI; KOYAMA; TRINDADE, p. 8, 2010).

Houve integração do SIES ao governo, compreendendo o fortalecimento e confluência dos intervenientes relacionados com a visibilidade e a organização, contribuindo com os processos públicos de reconhecimento e certificação de experiências empreendidas, a exemplo da participação dos grupos em feiras, processos seletivos para atuação em programas, campanhas, estudos e conferências, conforme portaria publicada.

Além do trabalho realizado pelo SIES, foi constituído o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, com o propósito de possibilitar aos Empreendimentos Econômicos Solidários o acesso às políticas públicas nacionais voltadas para a economia solidária. Através do CADSOL, os Empreendimentos Econômicos Solidários passaram a obter declaração com validade, onde sua renovação era possível com a manutenção da atualização dos dados.

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) é a identidade da economia solidária. Os empreendimentos nele cadastrados passam pela análise de uma comissão local e, após esse processo, podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), um documento emitido via internet e que pode facilitar o reconhecimento dos empreendimentos para acesso às políticas de apoio à economia solidária, como programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços, assessoria e demais ações. Para se cadastrar no sistema, é necessário que o empreendimento se encaixe nos critérios, definidos na Portaria MTE 1780/2014 (BRASIL, 2015).

Uma série de outros avanços institucionais emergem durante esse período, tendo a título de ilustração a inclusão da economia solidária nos Planos Plurianuais, parcerias intersetoriais, com cooperativas, bancos comunitários, fundos rotativos e a constituição de bases legais, que metamorfosearam tal política pública em uma estratégia de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento.

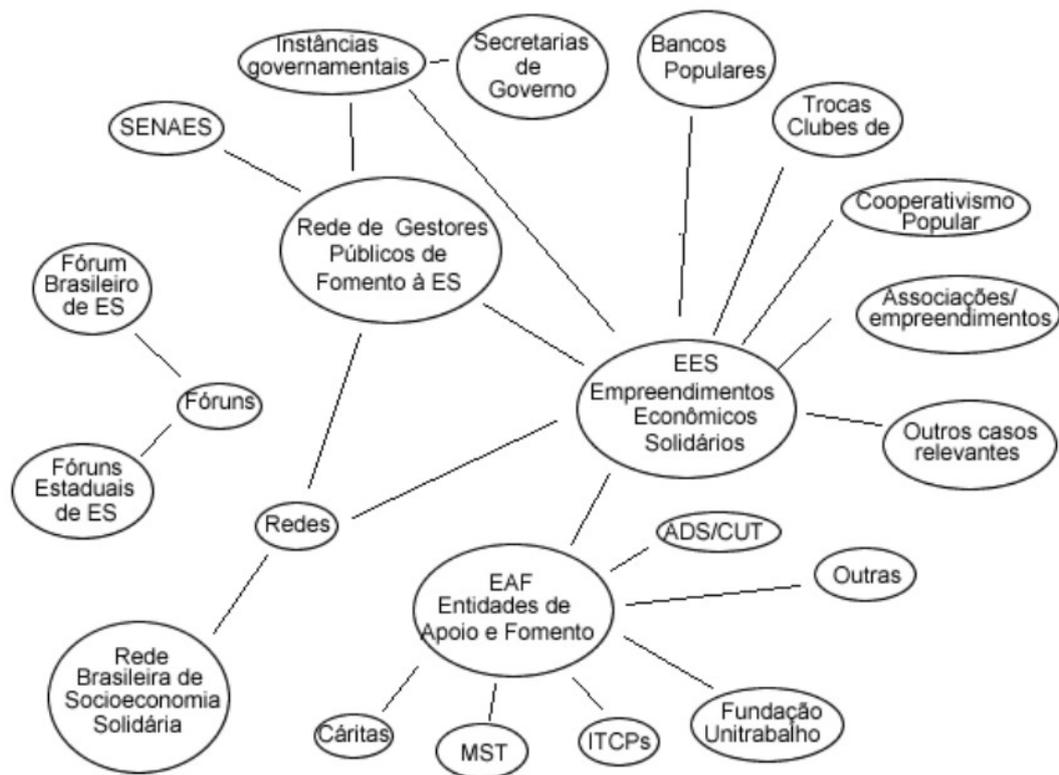
A estratégia voltada para o fortalecimento institucional foi implementada por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, inserido nos Planos Plurianuais (...); da criação de uma base legal que garantisse o reconhecimento das organizações de ES como sujeitos de direito, enquanto argumento fundamental para institucionalização das políticas públicas de ES na sociedade e no Estado; da participação cidadã e de controle social na institucionalização da ES (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017, p. 237).

Dentro dessa mesma perspectiva, a SENAES promoveu também as três primeiras Conferências Nacionais de Economia Solidária – CONAES, realizadas respectivamente nos anos de 2006, 2010 e 2014. Essas vivências, representaram ocasiões de engajamento da sociedade na elaboração de uma política nacional de Economia Solidária.

Em decorrência dessas conferências, emergiu o Plano Nacional de Economia Solidária, que se tornou o primeiro direcionamento desta política pública. Este plano representou um dispositivo de orientação para a elaboração e execução de políticas públicas de economia solidária, fundamentado no planejamento colaborativo e com perspectiva futura de desenvolvimento.

Sobre as práticas brasileiras relacionadas à economia solidária, França Filho (2006) discorre que essa dinâmica aparenta evolução de formas de auto-organização sócio-econômica para formas de auto-organização sócio-política, nos levando a assimilá-lo como um tipo de movimento social de natureza singular, em virtude das características dos atores que a compõem, como podemos observar na Figura 1:

Figura 1 - Ação Pública e Economia Solidária – Uma Perspectiva Internacional



Fonte: Ação Pública e Economia Solidária – Uma Perspectiva Internacional (2006).

Desse modo, relacionado ao processo de articulação no contexto da consolidação e fortalecimento do movimento de economia solidária através dos segmentos que a compõem, destacam-se ainda as Entidades de Apoio e Fomento – EAF.

1.3.1 Entidades de Apoio e Fomento – EAF

A presença de uma ampla pluralidade de empreendimentos, abrangendo diferentes participantes, estruturas organizacionais, motivações, setores da economia e interações com o ambiente circundante, torna inviável o estabelecimento de abordagens padronizadas de gestão ou trajetórias tecnológicas universais para ajudá-los a lidar com seus desafios cotidianos. Os coletivos populares que recorrem a associação produtiva como um caminho de subsistência econômica, se deparam com inúmeras barreiras, e a falta de políticas públicas direcionadas ainda é uma lacuna significativa, “somando-se ao fato de os trabalhadores que praticam a economia solidária não possuem, na maioria das vezes, capital próprio para investimento e de terem pouca experiência na gestão de negócios” (HENRIQUES, 2007, p. 1).

Para enfrentar esses e outros desafios práticos que surgem cotidianamente, diversas organizações desempenham um papel fundamental ao oferecer suporte e orientação a muitos EES no Brasil, abrangendo tanto áreas rurais como urbanas. Essas entidades têm suas origens em organizações não governamentais – ONGs, instituições de ensino superior, movimentos sociais, sindicatos, igrejas e outras instituições. E, muitas delas desempenharam um papel mais específico em momentos ou em segmentos econômicos específicos, à medida que outras continuam sendo importantes referenciais para a realidade atual da economia solidária no país, conforme abordam Silva e Carneiro (2016).

Sob esse prisma, a disponibilidade de serviços de assessoramento técnico e capacitação em uma ampla gama de áreas relacionadas às suas iniciativas é crucial para avaliar a capacidade organizativa e a viabilidade econômica desses empreendimentos. A capacidade de mobilização e o fortalecimento desses grupos de trabalhadores com o intuito de alcançar metas compartilhadas dependem invariavelmente desse tipo de suporte exterior, devido à presença de várias fragilidades com as quais eles precisam lidar.

O termo “assessoria” está relacionado de maneira mais abrangente a diversas áreas de especialização, como a assessoria de comunicação, jurídica, educacional, organizacional, econômica, entre muitas outras. Conforme destacado por Henriques, a utilização desse termo no contexto da educação popular começou nos primeiros anos da década de 1970 e envolvia o “apoio técnico realizado por militantes da causa social ou instituições da sociedade civil a organizações de base e movimentos sociais”, com o propósito de “subsidiar a reflexão mais crítica e qualificada de grupos e iniciativas populares nos campos de suas respectivas atuações” (HENRIQUES, 2007, p. 27). De acordo com esse enquadramento, o trabalho de assessoria sempre refletia um posicionamento político em sua execução.

As organizações pastorais da Igreja Católica desempenharam um papel significativo nesse desenvolvimento, dado ao fato que representavam “o único espaço de liberdade que se manteve relativamente intacto durante o período militar” (HENRIQUES, 2007, p. 78). Os religiosos que inicialmente estavam envolvidos com comunidades populares recebiam o título de assistentes eclesiásticos, mas com a emergência da Teologia da Libertação na década de 1970, essa designação foi convertida para assessores, com o propósito de “diferenciar a assessoria de ações assistencialistas” (HENRIQUES, 2007, p. 27).

No que diz respeito ao modelo de assessoria conforme essa visão incorpora um elemento significativo de interação e diálogo, onde a resolutividade de desafios práticos é concebida com a colaboração de todos os envolvidos, contrastando com atividades de assistência ou consultoria. Esse enfoque requer o uso de uma linguagem acessível que facilite a comunicação e promova a sincronia entre as formas distintas de conhecimento (técnico/acadêmico e tradicional/popular), com o intuito de alcançar a troca de saberes entre o assessor e aqueles que recebem a assessoria.

Com o restabelecimento da atividade política e o retorno do direito à livre associação, as organizações sociais passaram a atuar em um cenário completa novidade. Entretanto, é essencial destacar que o aumento acentuado do desemprego levou a um redirecionamento das ações, com um foco mais acentuado na criação de geração de trabalho e renda por intermédio da coletividade de grupos, materializando em uma maior ênfase nos aspectos econômicos em detrimento dos aspectos políticos.

Essa mudança de foco exige mudanças de método e de capacitação dos assessores, uma vez que passam a lidar com uma outra realidade – a de empreendimentos produtivos – e têm um novo objetivo, que é o de viabilizar economicamente esses empreendimentos. Termos como planejamento estratégico, plano de negócios, estudo de viabilidade técnica e econômica, estudo de mercado entre outros passam a fazer parte do referencial teórico do assessor organizacional (HENRIQUES, 2007, p. 34).

De acordo com Gaiger (2011), o envolvimento dos intermediários externos nesse campo de práticas assume grande relevância quando é realizado de forma constante e sistemática, com o intuito de promover ajustes estruturais graduais nos níveis de organização e coordenação das práticas coletivas. No entanto, essa atuação deve levar em consideração os “recursos de poder com que contam os trabalhadores, no plano material e cognitivo, de modo que sua relação com os agentes externos não seja conduzida unilateralmente”, viabilizando o estabelecimento de uma “uma transação social efetiva, na qual há negociação de ambas as partes”, evitando assim

que haja uma prevalência de “situações potenciais de tutela e dependência” (GAIGER, 2011, p. 254).

Nesse quadro de referência, a necessidade de serviços especializados de apoio e assessoramento demandada pelos grupos de economia solidária se baseia além da diversidade socioestrutural que eles enfrentam durante a sua criação e nas operações diárias, bem como nas particularidades essenciais que diferenciam os EES de outras formas de organizações empresariais convencionais e que estão dinamizadas no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Formas de organizações empresariais convencionais

Categorias	Empresa Convencional	EES
Forma de propriedade	Separação entre produtores diretos e proprietários.	Os produtores diretos são os proprietários.
Divisão do trabalho (concepção e execução)	Separação das funções, sobretudo em relação às decisões-chave no empreendimento.	Indistinção entre agentes de concepção e execução.
Relações de trabalho	Remuneração do trabalho por meio de salário ou contratação precária de serviços.	Distinções de rendimentos são admitidas apenas coletivamente, em função de critérios de mediação com o mercado.
Hierarquias	Decisões vinculadas à propriedade: alienação dos produtores.	Decisões vinculadas à propriedade-trabalho: implicação direta dos trabalhadores no processo de decisão.
Fator de produção estruturante	Capital.	Trabalho.
Controle das tecnologias e do conhecimento	Submetido ao sistema de hierarquias.	Tensões e sínteses conflitivas em torno do acesso e do fluxo das informações.
Motivação para empreender	Defesa de níveis de vida anteriores, busca de lucros e autorrealização individual pela competição.	Defesa do emprego, sobrevivência econômica e identidade grupal.
Financiamento do capital inicial	Por meio de capital previamente acumulado pelo(s) empreendedor(es), ou por intermédio do sistema bancário, mediante garantias patrimoniais.	I) inexistente; II) pela reunião das ferramentas de propriedade e uso dos empreendedores; III) por meio de créditos oriundos de fundos especiais (“solidários”).
Decisões sobre a distribuição dos resultados	Poder de decisão, e distribuição, de acordo com as quotas de capital dos proprietários ou acionistas.	De acordo com as decisões soberanas da assembleia de sócios, em que cada associado tem um voto.

Fonte: Cruz, (2006).

De acordo com as reflexões de Cruz, algumas destas características específicas resultam em despesas consideráveis relacionadas à integração em uma atividade econômica particular:

O funcionamento de uma iniciativa de economia solidária, por paradoxal que possa parecer ao senso comum, é mais complexo que o de uma firma convencional, resguardadas as proporções dos empreendimentos. Em outras palavras: quando nos deparamos com o funcionamento de duas empresas – uma convencional, outra solidária; de mesmas dimensões, operando num mesmo mercado – é coerente afirmar que o funcionamento da segunda é dotado de uma complexidade maior que o da primeira. Isto resulta de um elemento absolutamente desconfortável para o pensamento econômico ortodoxo: o fato de que as decisões, ali, são tomadas coletivamente e que, por isto, envolvem “elevados custos de decisão”. Isto quer dizer que a tomada de decisões – empreender/não empreender, investir/não investir, produzir/não produzir, ampliar o quadro de associados ou não, etc. – resulta de um processo interno complexo. Ainda que se admitisse que as opiniões e posições expressadas no debate interno ao empreendimento fossem portadas por agentes racionais e informados (com o quê não há, aqui, nenhuma concordância), seria imperioso admitir, também neste caso, que os interesses individuais de múltiplos atores, e que precisam expressar-se na forma de sínteses em relação ao empreendimento (não se pode tomar duas ou três decisões distintas sobre um mesmo tema, num mesmo empreendimento) trazem consigo um custo de tempo e de recursos (humanos e materiais, em certos casos) razoavelmente elevados (CRUZ, 2006, p. 70).

Esses fatores enfatizam ainda mais a importância da busca por assistência especializada demandada pelos trabalhadores cooperados na condução e administração de suas atividades de produção, com o objetivo de garantir a sustentabilidade e continuidade de seus empreendimentos econômicos solidários.

As EAFs assumem dessa forma, relevante destaque como agentes fundamentais no apoio aos empreendimentos. Algumas dessas entidades atuaram de maneira mais dinâmica em ocasiões específicas, uma parte concentrou seus esforços em determinados setores econômicos e outras permaneceram como importantes pontos de referência (SCHIOCHET, 2011; SILVA E CARNEIRO, 2016; SILVA, 2018). As entidades de apoio e fomento possuem tamanha importância na construção do paradigma de mobilização coletiva da economia solidária no Brasil, que compõem formalmente um dos três segmentos que integram o FBES (SILVA, 2018).

A análise histórica das redes nacionais de apoio e fomento à economia solidária, é possível de ser realizada no Quadro 2, organizadas conforme com suas áreas de representação.

Quadro 2 - Entidades de representação e/ou assessoria a EES

Entidade	Descrição
Projetos alternativos comunitários (PACs) apoiados pela Cáritas brasileira	A Igreja Católica, por meio de grupos internos de viés mais progressista, teve um papel preponderante na organização de trabalhadores

	<p>em sindicatos e cooperativas no Brasil. No caso dos PACs, com início nos anos 1980, a proposta era desenvolver projetos essencialmente assistenciais com grupos sociais em situação de exclusão. Com recursos próprios e parcerias com outras organizações internacionais, foram apoiados projetos econômicos coletivos de produção e prestação de serviços em todo o Brasil, no intuito de auxiliar na criação das condições para a geração de renda de forma associada e solidária entre pessoas de grupos sociais idênticos.</p>
<p>Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) – ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)</p>	<p>Criada em 1992, com o objetivo de articular diversos tipos de organizações econômicas dos movimentos de reforma agrária, tendo na cooperação seu eixo-base. Tal cooperação foi assumida como estratégia para dar viabilidade econômica aos assentamentos, por meio do fortalecimento da democracia participativa dos assentados na gestão dos próprios assentamentos e nos empreendimentos econômicos criados para gerir a produção, a comercialização e o consumo. A estratégia inicial seria congregiar cooperativas de produção agropecuária (CPAs), no nível local, com as cooperativas centrais de assentados (CCAs), no nível estadual, e a Concrab seria a representação nacional e responsável pela articulação de todo o sistema. Com o tempo, o MST foi repensando seu modelo de cooperativismo, abrindo espaço para outros formatos de organização.</p>
<p>Cooperativas de Crédito com Interação Solidária Ltda. (CRESOL)</p>	<p>A CRESOL foi constituída em 1995, a partir de experiências de fundos rotativos solidários existentes no sudeste do estado do Paraná. Com o tempo, o sistema conseguiu constituir, a partir de estratégia própria de organização, um amplo sistema de cooperativas de crédito pelos agricultores familiares. As cooperativas expandiram-se, inicialmente, para os demais estados da região Sul, e atualmente contam com unidades e sistemas descentralizados em outras regiões do país.</p>
<p>Banco Palmas (Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE)</p>	<p>Criado no fim dos anos 1990, é um caso emblemático de promoção da economia solidária articulada à luta urbana em busca da melhoria das condições de vida de uma comunidade pobre de Fortaleza-CE. Sua estratégia baseava-se na construção de uma rede solidária de produção e consumo local</p>

	envolvendo: microcrédito para a produção; cartão de crédito voltado para o consumo local; moeda social; loja solidária; e apoio a diversas unidades produtivas coletivas e familiares.
Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR)	Surgiu da organização política coletiva dos catadores de material reciclável no fim dos anos 1990. Promove a articulação desses trabalhadores para a conquista de direitos e melhores condições de trabalho, bem como a formação de cooperativas e associações. O MNCR compõe o Fórum Lixo e Cidadania, que congrega entidades governamentais e organizações e movimentos sociais.
Associação Nacional de Empresas de Autogestão (ANTEAG)	Foi criada em 1994, com o objetivo de apoiar e acompanhar as experiências de recuperação de empresas falidas realizadas pelos trabalhadores por meio da autogestão. Geralmente, as experiências de recuperação de empresas falidas são iniciativas de trabalhadores ligados ao movimento sindical, que encontraram na autogestão alternativa de ocupação para os trabalhadores diante do quadro de desemprego em massa. A Anteag participou diretamente da política estadual de economia solidária no governo do Rio Grande do Sul, no fim dos anos 1990, e chegou a assessorar e representar 365 empresas autogestionárias em 2002, mas foi perdendo espaço nos anos subsequentes.
Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)	Criada em 1999, com o objetivo de promover a constituição, o fortalecimento e a articulação de empreendimentos autogestionários. Surgiu como estratégia incorporada pelas instâncias da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para apoiar formas alternativas de organização dos trabalhadores em contexto de crise do próprio movimento sindical diante do desemprego e da informalização do trabalho.
Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)	As ITCPs são projetos que se desenvolvem por meio da extensão universitária voltada a apoiar iniciativas de trabalho coletivo, em geral, localizados em municípios próximos às unidades universitárias. Estas prestam assessoria de diversas naturezas a esses grupos, diretamente ou via parceria com outras organizações, envolvendo gestão, tecnologias de produção, comercialização, formação de redes, acesso a políticas, capacitação técnica, entre outras possibilidades. A primeira ITCP foi criada em 1998, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, são mais

	de sessenta unidades em todo o país, que se articulam em duas redes independentes: a Rede Universitária de ITCPs e a Rede Unitrabalho.
União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil (UNISOL)	Criada em 2000, também no âmbito da CUT. Inicialmente, sua abrangência era limitada ao ABC Paulista; a partir de 2004, passou a ter abrangência nacional. Seu objetivo é representar, organizar e articular EES no Brasil, promovendo uma ponte entre movimento sindical e cooperativismo.
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)	Criada em 2005, como uma organização nacional que objetiva representar os empreendimentos cooperativos de agricultores familiares e economia solidária. Estão associadas à UNICAFES cooperativas de crédito, produção, trabalho, comercialização e infraestrutura que atuam diretamente com a agricultura familiar.

Fonte: Silva; Carneiro (2016).

Vale aqui ressaltar, que das experiências empreendidas pelo Banco Palmas, emerge a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, quando a SENAES convidou o Banco Palmas em 2004 para estabelecer a metodologia dos Bancos Comunitários, com a finalidade de transformá-lo em um programa de âmbito nacional. No sentido de multiplicar as práticas dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil, os objetivos desse projeto desenvolvido em 2005 eram:

[...] formatar a metodologia dos Bancos Comunitários de modo conceitual e operacional; implementar a metodologia dos Bancos Comunitários em municípios do Estado do Ceará, como piloto; capacitar agentes e gerentes de crédito para a implantação dos Bancos Comunitários; fomentar a criação de uma Rede de Bancos Comunitários; e, incentivar a adesão de outras instituições que atuam com microfinanças para envolverem com o projeto (INSTITUTO BANCO PALMAS apud PASSOS, 2007, p.20).

O conjunto diversificado dessas instituições, com presença em todo o território nacional, oferece uma ampla gama de serviços destinados a apoiar e assessorar o desenvolvimento dos coletivos. Essas organizações trabalham nas relações sociais no âmbito laboral de forma solidária e coletiva, em oposição às relações tradicionais de empregador-empregado, tipificadas pela competição e individualismo, promovendo a restauração da cidadania para os membros desses grupos.

Em termos de seu engajamento na promoção, sustentação e manutenção das organizações de economia solidária, é de suma importância o envolvimento e participação ativa desse setor, em conjunto com outros segmentos da sociedade civil organizada, como sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais e outras categorias profissionais comprometidos na defesa dos direitos dos trabalhadores. Essa dedicação se manifesta nas batalhas políticas em prol de políticas públicas efetivas e eficazes, nas arenas coletivas de debate, como seminários, fóruns e conferências, bem como nas comunidades locais, como associações de moradores, grupos religiosos voltados para a geração de renda, grupos de trabalhadores desempregados, entre outros contextos.

1.3.2 Gestores Públicos

A economia solidária não se limita exclusivamente a iniciativas inovadoras para a geração de trabalho e renda por parte dos empreendimentos. Ela também deve estar associada a estratégias de desenvolvimento que visam combater as desigualdades regionais em conformidade com as diversidades culturais, contribuindo, desse modo, para o fortalecimento do Estado e o cumprimento dos princípios da Constituição Federal de 1988, a partir da perspectiva de autogestão, que denota princípios da Economia Solidária.

Desde os anos 1980, observamos a implementação de iniciativas de suporte à economia solidária. As primeiras incursões governamentais nesse sentido foram realizadas pelos municípios de Porto Alegre – RS, Belém – PA, Santo André – SP, e, posteriormente, Recife – PE e São Paulo – SP, destacando-se como exemplos emblemáticos. É relevante mencionar que o Governo do estado do Rio Grande do Sul, em duas gestões consecutivas nos anos 1990, foi pioneiro na adoção de políticas estaduais, conforme destacado por Schiochet (2008).

Em decorrência de ser uma política de desenvolvimento direcionada a um público notadamente marginalizado ou que, gradualmente, tem enfrentado o aumento da pobreza e exclusão social, a economia solidária exige não apenas a implementação de ações setoriais específicas, mas também a adoção de medidas transversais que integram instrumentos provenientes de diversas áreas do governo e do Estado. Essas áreas incluem educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, tecnologia, crédito, financiamento, entre outras, com o objetivo de estabelecer um contexto verdadeiramente propício à emancipação e à sustentabilidade. Sendo assim, é crucial que a economia solidária esteja incorporada no dia a dia do planejamento, execução e avaliação das diversas atividades nessas áreas.

O crescimento relativo das iniciativas e programas de economia solidária nos municípios e Estados, a partir das eleições de 2000, propiciou a formação da Rede de Gestores, composta por gestores municipais e estaduais em todo o país. Os objetivos centram-se em facilitar o intercâmbio, a interlocução, a interação, a sistematização, a proposição de políticas públicas governamentais e a implementação de projetos colaborativos voltados para o estímulo e desenvolvimento da economia solidária. A meta é aprimorar a formulação de ações provenientes dos órgãos governamentais destinados a esse setor.

Assimilar a economia solidária como uma estratégia e política de desenvolvimento solidário implica concebê-la como um conjunto de instrumentos e ferramentas estabelecidos como direitos duradouros dos trabalhadores, além de ser uma responsabilidade do Estado em uma sociedade republicana e democrática. Para a Rede de Gestores, incluir a economia solidária na agenda pública nessa perspectiva significa a validação de novos atores sociais e novos direitos de cidadania, o reconhecimento de formas inovadoras de produção, reprodução e distribuição social, proporcionando acesso aos bens e recursos públicos (PRAXEDES, 2009, p. 57).

A criação da rede teve origem na articulação de gestores e gestoras de políticas públicas de prefeituras, governos estaduais e do governo federal. A consolidação da rede ocorreu no ano subsequente à fundação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que foi anunciada durante a II Plenária Nacional de Economia Solidária - SENAES, realizada em janeiro de 2003, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS.

A entrada da Economia Solidária como uma política específica na agenda das políticas públicas institui o gestor público da política de economia solidária como um novo sujeito no campo da economia solidária. Assim, ao lado dos empreendimentos econômicos solidários, das organizações e entidades da sociedade civil de apoio e fomento, temos os gestores públicos atuando nos governos e espaços estatais.

Na busca pelo fortalecimento da economia solidária como opção de organização popular e luta emancipatória da classe trabalhadora e no sentido da consolidação de sua identidade política e social enquanto movimento, muito se debateu sobre os diversos sujeitos e iniciativas que estariam aptas para atuarem no enfrentamento e superação do modelo capitalista.

Refletindo sobre a identidade do movimento social de economia solidária no Brasil. Para tanto, é importante debater o significado de ser um movimento social, o que nos une, quais os nossos enfrentamentos, com quais movimentos e setores nos aliamos. Refletindo sobre o nosso projeto político para a sociedade. Buscando construir estratégias que nos ajudem a

identificar o que e quem contribui para o fortalecimento do nosso projeto político, bem como o que dele nos distancia (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2012).

Nesse sentido, os gestores públicos possibilitaram a ampliação de diálogos e firmaram laços estratégicos para convergirem em conjunto com outros atores, a construção efetiva de uma política pública que dela emane um corpo social justo, solidário, diverso, autogestionário e sustentável. Essas políticas governamentais direcionadas à economia solidária, são capazes de constituir uma frente significativa na disputa pela democratização e na construção de um Estado republicano no Brasil, assim como outras lutas históricas e contemporâneas, como a reforma agrária e a promoção da educação pública de qualidade.

O segmento dos gestores públicos é representado no âmbito nacional pela Rede de Gestores, que tem assento na Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Sua participação no movimento de economia solidária evidencia a sinergia entre os segmentos, potencializando a promoção e implementação da política pública. Essa articulação tríplice, ao unir gestores, empreendedores e pesquisadores, reforça a abordagem holística necessária para o avanço eficaz da economia solidária no Brasil.

A implementação de métodos mais sistemáticos de oficinas e treinamentos para gestores, que foram expandidos com o suporte da Secretaria Nacional de Economia Solidária, possibilitou a compilação de documentos e declarações sobre os princípios, diretrizes, características, ferramentas e institucionalidade das políticas públicas de economia solidária. Este acervo de práticas e reflexões foi crucial para a criação do fundamento textual da I CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006. Com as decisões tomadas na conferência, as políticas públicas de economia solidária passaram a ser, de maneira definitiva, o foco da estratégia política do movimento de economia solidária no país (SCHIOCHET, 2008, p. 57).

Sobre as políticas públicas de economia solidária, Schwengber (2005) trata que elas podem ser democratizadoras e de construção de um Estado republicano, em razão de partirem do reconhecimento de um novo ator social e político. Que podem ser democratizadoras e republicanas, dado ao fato de irem na contramão da privatização do “público” no Brasil. E que podem ser democráticas também porque, para serem exitosas, necessitam ser realizadas em parceria com a sociedade organizada ou estimulando a organização das pessoas, dos cidadãos e cidadãs.

Dentro desse contexto, a formação da Rede de Gestores representou um avanço significativo para a discussão e práticas das agora reconhecidas como "políticas públicas de

economia solidária". Isso se deve ao fato de que a iniciativa dos gestores de se envolver em diálogos, compartilhar em experiências, acompanhar as implementações em diversos municípios e estados, e conduzir em avaliações obtidas para consolidar a compreensão de que havia uma unidade subjacente à diversidade. A formação da Rede de Gestores desempenhou um papel fundamental na construção de uma identidade para o que atualmente se entende como política pública de economia solidária.

No que diz respeito à abordagem econômica em questão, a colaboração sinérgica desses dois atores-chave, emerge como um elemento vital para a construção de uma base econômica capaz de enfrentar os desafios contemporâneos e promover a equidade socioeconômica. E desse modo, promovem o surgimento de iniciativas econômicas solidárias, que pautem o fomento do desenvolvimento local e regional.

2. POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: IMPLEMENTAÇÃO DE MODELOS

2.1 PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA

A partir de um cenário mundial de recessão econômica e social, com conseqüente transformações no mundo do trabalho e o intenso aumento da precarização das relações de trabalho e desemprego, as práticas coletivas do campo da economia solidária se consolidaram como oportunidade viáveis aos trabalhadores e trabalhadoras. Alicerçada na cooperação do trabalho, na propriedade coletiva, na autogestão da produção e conseqüente socialização dos resultados entre os trabalhadores, a economia solidária é uma relevante experiência de produção direta, que passou a fazer parte da agenda do Estado, como uma política pública de geração de trabalho e renda, frente ao desemprego estrutural.

A necessidade de ações públicas voltadas ao público alvo em situação de vulnerabilidade social, remonta o espaço de compreensão social, de convocação à solidariedade, investindo na produção e comercialização solidária, mediante atuação de Estado e Sociedade Civil na concretização de políticas públicas firmadas na cooperação igualitária, no fortalecimento das relações familiares e comunitários, substanciais à sobrelevação das desigualdades e dificuldades de se acessar o mercado de trabalho. Nesse contexto, a economia solidária desponta vinculada a novos modelos alternativos de desenvolvimento, que de certa forma constituem um novo capítulo da economia social (Laville, 2014).

Apresentando uma perspectiva histórica sobre a evolução da Administração Pública no Brasil, Bresser-Pereira (1995) delinea três modelos distintos que foram empregados em diversos países ao longo do tempo: o modelo patrimonialista, o modelo burocrático e o modelo gerencial. Esses modelos representam diferentes formas de organização e funcionamento do aparato estatal, refletindo mudanças nas concepções sobre o papel do Estado e na busca por eficiência na gestão pública.

A modernização e burocratização da Administração Pública brasileira começaram a se concretizar principalmente durante os anos 1930. No entanto, suas origens remontam ao período colonial brasileiro, quando o modelo administrativo adotado refletia amplamente as práticas comuns na Europa e foi introduzido no Brasil pela Coroa Portuguesa.

Em princípio, tanto o Reino como a Colônia ressentiram-se do caráter privatístico e centralizador da concepção de poder que foi implementada pelos monarcas lusitanos e depois incorporada à ação administrativa pelos burocratas de Sua Majestade. Marcado por um etos fortemente carregado de antivalores morais, o Estado Patrimonial português permitiu o surgimento e a sedimentação no seio da Nação lusa de uma série de predisposições morais de caráter anti-social, entre as quais se destaca a tendência à corrupção político-administrativa (ZANCANARO, 1994, p. 14).

No período colonial brasileiro, as estruturas e organizações estabelecidas pela Coroa Portuguesa eram rudimentares e a colonização ainda estava em seus estágios iniciais. No entanto, a reputação da região como sendo rica em recursos naturais e bens atraía indivíduos em busca de fama, influência e fortuna. Nesse ambiente, práticas como contrabando, desvio de recursos e apropriações indevidas eram comuns e frequentes, muitas vezes perpetradas por autoridades eclesiásticas e cobradores de impostos que, embora agissem em nome da Coroa, priorizavam seus próprios interesses. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, a colônia passou por mudanças significativas em sua administração, tornando-se mais sofisticada e elaborada, e os casos de corrupção assumiram proporções ainda maiores (HABIB, 1994).

Nesse sentido, o modelo ou fase patrimonialista tem seu início marcado neste período e é caracterizado pela falta de distinção entre os interesses públicos e privados do soberano. Isso significa que há uma fusão do poder político e do controle sobre os recursos estatais por parte do governante, refletindo o modelo comum nos estados absolutistas. Este modelo se destaca pelo nepotismo, clientelismo e favorecimento de interesses pessoais.

A característica mais evidente desse modelo é a ausência ou escassez de fronteiras claras entre a propriedade estatal e a propriedade privada, o que leva ao controle dos órgãos estatais e das instituições pelos interesses econômicos individuais.

Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania (...). O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. A família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e ansiolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 1995, p. 82).

Qualquer análise política e social sobre a história do Brasil demanda uma percepção histórica profunda, que serve como ferramenta essencial na compreensão dos fenômenos ainda presentes na contemporaneidade, tais como a corrupção e a captura do Estado por grupos privados. Esses elementos são considerados resquícios do modelo patrimonialista de gestão que predominou em diferentes períodos da história do país.

As elites detentoras do poder rural, o sistema patriarcal e a cultura personalista são elementos que remontam às origens da sociedade brasileira, contribuindo para uma predominância excessiva da esfera privada sobre a esfera pública. No contexto do personalismo, a estrutura familiar de um indivíduo é crucial e tende a influenciar suas interações mesmo além do ambiente doméstico. Para esses sujeitos, o domínio privado geralmente prevalece sobre o público (HOLANDA, 1995).

Assim, o contexto sempre se mostrou pouco propício para o desenvolvimento pleno do cidadão dentro de uma estrutura democrática legal, e também não favoreceu a compreensão adequada por parte dos funcionários públicos sobre a distinção entre interesses públicos e privados.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público (HOLANDA, 1995, p. 145).

Ao se estabelecer o ano de 1808 como marco inaugural da história da Administração Pública no Brasil e o ano de 1930 como o ponto de virada em direção ao modelo burocrático, é possível perceber que ao longo de 122 anos predominou o paradigma patrimonialista. Dessa maneira, esse modelo permeou a maior parte da trajetória da Administração Pública brasileira. Vale ressaltar que mesmo antes de 1808, quando a Coroa Portuguesa ainda não estava estabelecida no território brasileiro, os princípios do patrimonialismo já eram difundidos por aqueles que chegavam ao país. Essa herança histórica evidencia a profundidade e a persistência do modelo patrimonialista na estruturação e na condução da Administração Pública brasileira ao longo dos séculos.

O modelo burocrático de Administração Pública no Brasil teve início no Governo de Getúlio Vargas, com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP em 1938. O principal objetivo do departamento, era promover a modernização do Estado e a profissionalização da burocracia pública, incumbindo o departamento responsável pela gestão estatal quanto ao planejamento, orçamento e administração de pessoal (PAULA, 2005).

Esse período ficou caracterizado pela implementação de princípios de racionalização, profissionalização e hierarquização na gestão pública, inspirados no modelo weberiano de burocracia. O DASP foi responsável por introduzir diversas inovações na Administração Pública brasileira, buscando modernizar e organizar as estruturas estatais de forma a torná-las mais eficientes e impessoais. Essa fase marcou uma transição significativa na forma como o Estado brasileiro era gerido e representou um esforço, onde todos esses elementos caracterizando uma forma mais profissional de administração, objetivou afastar os costumes do modelo anterior (BRESSER-PEREIRA, 2007).

O modelo burocrático é fundamentado nas teorias de Max Weber, para o qual as organizações poderiam aumentar sua eficiência por meio da adoção de regras claras e de uma hierarquia bem definida. Dessa forma, a abordagem burocrática reflete a noção de ordem e autoridade legitimada pela presença de regulamentos preestabelecidos (WEBER, 2015).

De acordo com Secchi (2009), existem três atributos fundamentais do modelo burocrático: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. Essas características representam uma ruptura em relação às peculiaridades do modelo patrimonialista. Portanto, a implementação da Administração Pública burocrática foi adotada como uma alternativa ao modelo patrimonialista, buscando alcançar a eficiência tão necessária. No entanto, essa transição não foi suficiente para garantir a eficácia, um dos pilares da burocracia.

Com a transição do Estado liberal do século XIX para o grande Estado social e econômico do século XX, uma série de novas responsabilidades foi atribuída ao Estado, como educação, saúde, cultura, previdência social, assistência social, pesquisa científica, além de seu papel regulador na economia e na prestação de serviços públicos de infraestrutura. Diante desse contexto, Bresser Pereira argumenta que era imprescindível adotar um novo modelo, pois, de acordo com ele, a administração burocrática falhou em fornecer serviços com segurança, eficiência, qualidade e a baixo custo, destacando a emergência de um novo paradigma, uma gestão gerencial (BRESSER-PEREIRA, 2015).

Assim, Bresser-Pereira propõe uma abordagem de substituição de um modelo pelo outro, sugerindo que a adoção de um novo paradigma seja capaz de eliminar seu antecessor, o que não se verifica de fato, pois os modelos coexistem no Brasil. Até mesmo o patrimonialismo, que teoricamente foi substituído pela burocracia nos anos 30, mantém elementos presentes na atualidade.

Por conseguinte, o modelo gerencial foi introduzido no Brasil no início da década de 1990, especialmente em 1995, durante o Governo de FHC. Nesse período, houve a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, responsável pela concepção do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, idealização do Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira e que foi baseado em princípios neoliberais (BRESSER-PEREIRA, 2015).

No Brasil, o modelo gerencial emergiu como uma nova abordagem na administração pública, como uma resposta à significativa crise do Estado nos anos 80, que exigiu uma reconstrução, e também devido à globalização, que tornou essencial a redefinição de suas funções (BRESSER-PEREIRA, 2015).

De acordo com a análise de Matias Pereira (2008), a reforma implementada em 1995 teve como principal objetivo a busca pelo equilíbrio das contas públicas, ao mesmo tempo em que se almejava fortalecer a capacidade de intervenção do Estado. O autor destaca que essa reforma, caracterizada como um modelo pós-burocrático, teve a intenção de importar práticas de gestão do setor privado, bem como de introduzir elementos da lógica de mercado no âmbito público. O foco principal recaía sobre o aumento da eficiência econômica do Estado, procurando modernizar suas estruturas e processos administrativos para enfrentar os desafios emergentes no contexto nacional e internacional.

Conforme Secchi (2009), a administração pública gerencial é um sistema normativo visando a estruturação e a gestão da administração pública, dos quais os valores centrais são a eficiência, a eficácia e a competitividade. Este modelo não rejeita totalmente os princípios do modelo burocrático, pelo contrário, baseia-se nele, enquanto proporciona flexibilidade em alguns de seus princípios essenciais, como a admissão com base em critérios de mérito rigorosos, a presença de um sistema de remuneração estruturado e universal, as carreiras, a avaliação constante de desempenho e o treinamento sistemático (BRASIL, 1995).

A distinção primordial entre os modelos reside no aspecto do controle: o modelo gerencial destaca-se por sua administração focada no controle dos resultados, em detrimento

dos processos. Isso se deve ao propósito do modelo em aprimorar a eficácia na entrega de serviços, concentrando-se não no controle dos métodos, mas sim nos objetivos finais.

Na administração pública gerencial a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança a posteriori dos resultados (BRASIL, 1995, p. 16).

Segundo Matias Pereira (2008), com a adoção do paradigma pós-burocrático, influenciado pela administração empresarial, foram incorporadas técnicas de gestão oriundas do setor privado e ajustadas para o setor público, com o objetivo de estabelecer uma administração pautada pela eficiência e pela excelência na oferta de serviços públicos, priorizando sempre o atendimento às necessidades dos cidadãos.

No entanto, é perceptível que os modelos ou estágios anteriores não foram substituídos completamente; em outras palavras, os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial convivem na contemporaneidade, com diferentes graus de prevalência, o que significa que características de todos os modelos estão presentes na Administração Pública brasileira.

Em tempos mais recentes, observa-se o surgimento de um novo modelo para Administração Pública brasileira, o de Governança Pública, que, conforme descrito por Martins e Marini (2014, p. 43), “aplica-se em novos tempos e contextos marcados pelo pluralismo, complexidade, ambiguidade e fragmentação”.

Ao contrário dos contextos do modelo burocrático, que vivenciou o período do Estado de Bem-Estar Social desenvolvimentista e da administração gerencial, com a tendência neoliberal das décadas de 80 e 90) a Governança Pública propõe abordagens mais amplas, inserindo-se em uma perspectiva mais abrangente de governo (whole of government) e sociedade (redes de governança), em contraste com as abordagens centradas no Estado da administração pública convencional e nas estruturas intraorganizacional da nova gestão pública (que enfatizam eficiência e controle) (MARTINS E MARINI, 2014, p. 43).

Secchi (2009) destaca outras causas para o surgimento do modelo de Governança Pública, além do pluralismo, complexidade, ambiguidade e fragmentação. Isso inclui a ascensão de valores neoliberais e a crítica à ineficácia do Estado em lidar com questões coletivas.

Outra razão significativa para o advento do modelo é o próprio modelo gerencial, que privilegia o desempenho e a abordagem dos problemas, em vez de se concentrar em quem deve implementar ou como devem ser implementadas as políticas públicas. A predominância do pluralismo na formulação de políticas públicas, que permite que diversos atores influenciem esse processo, demanda uma redefinição do papel do Estado, pois desponta a necessidade de um Estado menos hierárquico e monopolista.

Governança pública propõe uma nova síntese, uma tentativa de enxergar o governo como um processo amplo, plural e complexo da sociedade, buscando integrar política e administração, gestão e políticas públicas (MARTINS E MARINI, 2014, p. 43).

Governança Pública é segundo Martins e Marini (2014), um processo onde se gera valor público mediante certas capacidades e qualidades institucionais. Que envolve a colaboração entre agentes públicos e privados na coprodução de serviços, políticas e bens públicos e visa aprimorar o desempenho. A característica central desse modelo é a abordagem relacional, isto é, a participação de diversos atores na elaboração de políticas públicas. Essa maneira distinta de conectar o sistema governamental com o ambiente ao seu redor é o que distingue o modelo de Governança Pública do modelo Gerencial (SECCHI, 2009).

Uma outra característica crucial do modelo é o “resgate da política dentro da administração pública, diminuindo a importância de critérios técnicos nos processos de decisão e um reforço de mecanismos participativos de deliberação na esfera pública” (Secchi, 2009, p. 359). Em resumo, de acordo com a visão de Secchi (2009), a Governança Pública oferece estruturas organizacionais que facilitam a realização de objetivos públicos, como a participação dos cidadãos na elaboração de políticas, utilizando-se de mecanismos de democracia deliberativa e redes de políticas públicas, conforme demonstra o quadro 3.

Quadro 3 - Síntese dos modelos de administração pública

MODELO	ORIGEM	OBJETIVO	CARACTERÍSTICAS
Patrimonialista	1808 – Vinda da Família Real	Implementar no Brasil um modelo de administração próprio de países absolutistas.	Nepotismo, corrupção, corporativismo, etc.
Burocrático	1930 – Getúlio Vargas	Evitar práticas do modelo Patrimonial através da retirada do Poder da mão do soberano.	Formalidade, profissionalização, impessoalidade.

Gerencial	1990 – FHC	Aprimorar o modelo anterior neutralizando disfunções e trazendo maior eficiência.	Descentralização, flexibilização, modernização, etc.
Governança pública	Recente	Proporcionar maior envolvimento de diferentes atores na construção de políticas públicas.	Democracia deliberativa e redes de políticas públicas.

Fonte: Secchi (2009).

2.2 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os estudos sobre políticas públicas tiveram origem nos Estados Unidos como uma subárea da ciência política. Antes do surgimento desse campo de estudo, a atenção estava voltada principalmente para análises do Estado em si e de suas instituições. Portanto, os estudos sobre políticas públicas emergiram para preencher algumas lacunas existentes nesse domínio, especialmente pela falta de análises sobre como os governos produzem e justificam suas ações (SOUZA, 2006).

São várias as definições de políticas públicas, todas convergindo para a ideia de que são ações deliberadas do governo destinadas a atender às demandas da sociedade e resolver problemas de interesse público. Uma dessas definições, conforme Dye, é que políticas públicas são “tudo aquilo que o governo escolhe ou não fazer” (DYE, 1972, p.2), sugerindo que o governo pode optar por agir ou não diante de um problema público (e a omissão também é considerada uma forma de escolha).

Há também definições que vão além e que procuram distinguir as decisões governamentais mais rotineiras daquelas que são consideradas mais significativas, estruturais ou estratégicas.

[...] “um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores” (Jenkins, 1978, p. 08).

Dessa definição, entende-se que além do governo propriamente dito, há a participação de outros agentes que exercem influência nas decisões governamentais, conforme observado por Howlett, Ramesh e Perl:

A política pública é um fenômeno complexo que consiste em inúmeras decisões tomadas por muitos indivíduos e organizações no interior do próprio governo e que

essas decisões são influenciadas por outros atores que operam interna e externamente no Estado (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p.12).

Com o intuito de facilitar a compreensão e a análise de política pública (policy-making), passou-se a concebê-lo como um processo. Desse modo, as políticas públicas são segmentadas em uma série de etapas inter-relacionadas, através das quais as questões políticas avançam desde a identificação de um problema até a definição de políticas (HOWLETT; RAMESH; PERL; 2013), conhecido como ciclo de políticas públicas (policy cycle). A análise do ciclo político é proposta por Frey (2000) sendo dividida em cinco etapas: (1) percepção e definição de problemas, (2) agenda setting, (3) elaboração de programas e decisão, (4) implementação de políticas e, finalmente, (5) a avaliação de políticas.

Dye (2005) apresenta um modelo de políticas públicas que também é concebido como um processo, no qual diversas atividades são agrupadas formando um conjunto de “processos político-administrativos”, de modo que o processo político seja compreendido como uma sequência de atividades políticas, dispostos da seguinte maneira:

Quadro 4 - Esquema geral do processo político-administrativo da política pública

ATIVIDADES POLÍTICAS/ETAPAS	COMPETÊNCIAS
Identificar problemas	Tornar manifestas as demandas para a ação governamental
Montar agenda para deliberação	Escolher as questões a serem decididas e os problemas a serem tratados
Formular propostas de políticas	Desenvolver propostas de políticas para resolver as questões e os problemas
Legitimar políticas	Solucionar uma proposta, articular apoio política para ela e transformá-la em lei
Implementar políticas	Organizar burocracias, prestar serviços ou prover pagamentos, criar impostos
Avaliar políticas	Estudar os programas, relatar os outputs (resultados) dos programas governamentais, avaliar os impactos dos programas sobre os grupos-alvos outros grupos e propor mudanças e ajustes

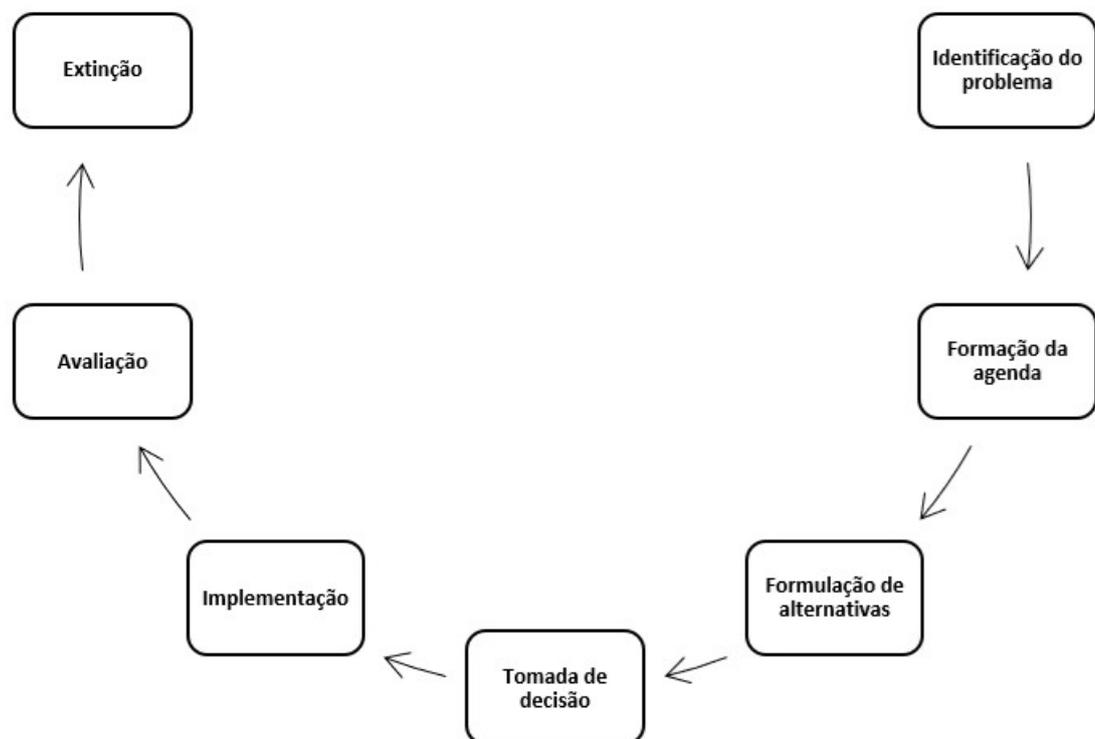
Fonte: Adaptado de Thomas R. Dye, 2005.

Na mesma linha de raciocínio do ciclo de políticas públicas (policy cycle), Secchi (2015) propõe sua versão, ao desmembrar uma política pública em fases sequenciais e interdependentes, buscando organizar suas etapas. Mesmo que o ciclo de políticas públicas seja útil como uma ferramenta heurística, reconhece-se as limitações desse modelo, uma vez que,

na prática, as políticas públicas tendem a apresentar essas fases de forma misturada (SECCHI, 2015).

Entretanto, esse modelo ainda representa uma maneira eficaz de entender e visualizar o processo de elaboração das políticas públicas (policy-making process). Nesse sentido, a seguinte sequência é proposta por Secchi (2015): “1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção” (SECCHI, 2015, p. 43).

Figura 2 - Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Alterado de Secchi, 2015, p.43

O modelo do ciclo de políticas públicas oferece uma maneira de elucidar os diversos papéis interativos desempenhados pelos atores, instituições e ideias que influenciam a política (SOBECK, 2003; PARAG, 2006, 2008). Durante a fase de implementação, é possível identificar como os atores se configuram de acordo com suas interações.

O estágio do processo de implementação de políticas públicas corresponde às ações que serão executadas após todo o processo de identificação dos problemas, formulação de diversas alternativas para sua resolução, estabelecimento de objetivos políticos e decisão sobre o curso de ação a ser seguido. De acordo com Howllet, Ramesh e Perl (2013, p. 179), “o esforço, os

conhecimentos, e os recursos empregados para traduzir as decisões políticas em ação compreendem o estágio de implementação do ciclo político”. Portanto, para que as decisões se transformem em políticas eficazes, é essencial que sejam alocados recursos adequados, além de designar pessoas e desenvolver regras conforme destacado por Howlett, Ramesh e Perl (2013).

Na definição de Secchi: “a fase de implementação é aquela em que a administração pública reveste-se de sua função precípua: executar as políticas públicas.” (SECCHI, 2015, p. 57). No sentido de que as políticas públicas venham a ser efetivamente implementadas, é fundamental o uso dos instrumentos de políticas públicas, os quais são definidos como “meios disponíveis para transformar as intenções em ações políticas” (SECCHI, 2015, p. 57,58). Assim, um instrumento de política pública representa a maneira pela qual se procura resolver os problemas de interesse público (SECCHI, 2015).

Alguns exemplos de ferramentas de políticas públicas incluem: regulamentação; desregulamentação e legalização; aplicação da lei; impostos e taxas; subsídio e incentivo fiscal; prestação direta de serviço público; terceirização de serviço público; prestação pública de serviço de mercado; prestação privada de serviços de mercado; informação ao público; campanhas/mobilização; seguros governamentais; transferência de renda; discriminação seletiva positiva; prêmios e concursos; certificados e selos; entre diversas opções (Donahue, 1989; Howlett, Ramesh e Pearl, 2013; Weimer e Vining 1999; Bardach, 2009; Scott e Bahler, 2010; Ollaik e Medeiros, 2011, apud SECCHI, 2015).

Tomando como ponto de partida as reflexões de Sabatier (1986), Secchi (2015) elabora uma análise elucidativa sobre os modelos de implementação de políticas públicas. Nessa perspectiva, são delineados dois paradigmas distintos que permeiam os meandros da ação governamental, os modelos top-down (de cima para baixo) e bottom –up (de baixo para cima).

No modelo top-down, ocorre uma clara distinção entre o processo decisório e a fase de implementação. Conforme Secchi (2015) explica, esse modelo se fundamenta na concepção wilsoniana, que estabelece uma separação entre os tomadores de decisão (políticos) e os implementadores (administração), resultando na distinção entre “Política e Administração” (Wilson, 1887, SECCHI, 2015).

[...] “as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos” (SECCHI, 2015, p. 60).

Já no modelo bottom-up, observa-se uma dinâmica na qual há uma significativa descentralização do poder decisório, conferindo maior autonomia à rede de atores e burocratas no tocante à implementação das políticas públicas.

[...] “os implementadores têm maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação e, posteriormente, os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas” (SECCHI, 2015, p. 61).

Nesse contexto, a avaliação da implementação de políticas públicas se estabelece em uma abordagem que privilegia os resultados efetivos alcançados, ao invés de se ater estritamente à conformidade com diretrizes predefinidas.

Segundo a análise de Secchi (2015), ao examinarmos as políticas públicas, deparamo-nos com duas perspectivas fundamentais, delineadas por diferentes autores, que lançam luz sobre os principais agentes envolvidos na formulação dessas políticas. Essas abordagens, conhecidas como estatista e multicêntrica, apresentam visões contrastantes sobre a dinâmica e a influência dos atores no processo político (SECCHI, 2015).

Nesse sentido, a abordagem estatista pressupõe que as políticas públicas são “monopólio” de atores estatais, sendo consideradas como tais apenas por emanarem de um ator estatal. Essa visão sustenta a noção de que o Estado tem exclusividade do controle na formulação e implementação das políticas públicas, justificada pela crença na superioridade do Estado, que possui o poder de criar e fazer cumprir leis na sociedade. Além disso, atribuir-se-á ao Estado uma autoridade hierárquica para intervir e corrigir quando necessário. Embora esta abordagem reconheça a influência de outros atores (não estatais) no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, esses atores não são considerados como decisores no processo, como ocorre na perspectiva multicêntrica (SECCHI, 2015).

Dentro dessa perspectiva sobre o Estado, Norberto Bobbio menciona a concepção de Weber, conhecido por suas contribuições para a teoria do Estado:

Quem descreveu com extraordinária lucidez este fenômeno foi Max Weber, que viu no processo de formação do Estado moderno um fenômeno de expropriação por parte do poder público dos meios de serviço como as armas, fenômeno que caminha lado a lado com o processo de expropriação dos meios de produção possuídos pelos artesãos por parte dos possuidores de capitais. Desta observação deriva a concepção weberiana, hoje tornada *communis opinio*, do Estado moderno definido mediante dois elementos constitutivos: a presença de um aparato administrativo com a função de prover à prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força. (BOBBIO, 2000, p. 69).

As políticas governamentais, com origem nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, são políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. No entanto, é importante considerar que outras interpretações e abordagens também emergem como direcionadores importantes nesse campo.

[...] a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover 'políticas públicas (HEIDEMANN, 2009, p. 31).

Portanto, a delimitação do conceito de política pública reside na intenção de solucionar uma questão de interesse público, seja a decisão proveniente de um agente estatal ou não (SECCHI, 2015).

Na abordagem multicêntrica, além do Estado, diversos outros atores são reconhecidos como participantes na definição das políticas públicas, tais como ONGs, entidades privadas, redes de políticas públicas e tantas outras. Nessa perspectiva, embora haja a compreensão de que as políticas públicas são concebidas no âmbito estatal, há uma visão de que decisões e iniciativas surgem também de outros atores. Esses atores desempenham um papel significativo, trabalhando em conjunto com os agentes estatais de maneira colaborativa e horizontal, com o objetivo de solucionar os problemas públicos (SECCHI, 2015).

Com base na perspectiva multicêntrica, Secchi (2015) oferece algumas subsídios, destacando que, embora o Estado detenha o monopólio do uso de instrumentos legais e do poder coercitivo, outros atores também desempenham um papel significativo por meio de diferentes instrumentos de políticas públicas, como campanhas, divulgação de informações e prestação de serviços, além de outros tantos. Logo, a relevância na formulação e implementação das políticas públicas não se restringe apenas aos instrumentos usados pelo Estado (SECCHI, 2015).

Em resumo, as perspectivas das abordagens sobre o que constitui uma política pública, para uma abordagem estatista, uma política pública é definida com o Estado como ator central. Já para uma abordagem multicêntrica, o foco está na resolução de um problema público, não dependendo exclusivamente do Estado como ator principal, mas envolvendo outros agentes que também podem influenciar nas decisões (SECCHI, 2015).

Em decorrência das discussões já realizadas, ao aprofundarmos a análise da implementação de políticas públicas, torna-se possível mapear a evolução do seu processo. Isso implica compreender as particularidades de cada fase e suas implicações no desenvolvimento e execução das políticas. Ao contextualizar a implementação, essa abordagem oferece uma visão mais aprofundada e detalhada, proporcionando percepções valiosas para uma análise com mais

compreensão sobre os desafios, avanços e transformações que moldam o cenário da política pública ao longo dos anos.

A implementação de política pública pode enfrentar diversos obstáculos e desafios, tais como a resistência e o conflito de interesses entre os atores envolvidos; a falta de clareza e de coerência entre os objetivos, as estratégias e as ações da política pública; a burocracia e a rigidez dos procedimentos administrativos; a escassez e a má distribuição de recursos; a falta de capacitação e de motivação dos gestores e executores da política pública; a baixa qualidade e a insuficiência dos serviços e atividades oferecidos; a dificuldade de acesso e de participação dos beneficiários e usuários da política pública; a falta de transparência e de prestação de contas; e a ausência ou a ineficácia de mecanismos de monitoramento e avaliação (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2014).

Para superar esses obstáculos e desafios, é preciso adotar uma abordagem mais participativa, democrática e dialógica na implementação de política pública, que envolva os diversos atores sociais, desde a formulação até a avaliação da política pública, de forma a garantir a legitimidade, a efetividade e a sustentabilidade da mesma. Nesse sentido, a gestão social surge como uma proposta de gestão pública que busca promover a coprodução, a corresponsabilidade e a cogestão da política pública, por meio da articulação, da integração e da mobilização dos atores sociais, em espaços públicos de deliberação e de decisão, com base em princípios de democracia, de cidadania, de solidariedade e de emancipação social (TENÓRIO, 2011).

No contexto da participação da sociedade na implementação de políticas públicas, destaca-se a relevância da abordagem participativa como um elemento fundamental para fortalecer a democracia e garantir a efetividade das ações governamentais. A participação ativa dos cidadãos não apenas legitima as decisões políticas, mas também contribui para a identificação de necessidades locais específicas e a criação de soluções mais alinhadas com as demandas da comunidade. Essa interação entre o Estado e a sociedade civil cria um ambiente propício para o diálogo, promovendo uma implementação mais transparente, responsiva e orientada para o bem comum.

Dentro dessa perspectiva, as abordagens da coprodução e cogestão emergem como ferramentas inovadoras para analisar a dinâmica das políticas públicas. Diferentemente dos modelos tradicionais top-down e bottom-up, essas interpretações oferecem a possibilidade de um diagnóstico mais profundo, considerando a complexidade dos múltiplos agentes envolvidos

ao longo do ciclo das políticas públicas, tornando-se assim, elementos-chave na busca por uma governança mais participativa e efetiva.

O conceito de coprodução do bem público surgiu no final da década de 1970 e envolve a participação de vários setores da comunidade na produção de serviços públicos, incluindo a participação direta dos cidadãos, juntamente com outros agentes públicos e privados.

A coprodução do bem público envolve a participação ativa e direta do cidadão nos processos de elaboração, desenho, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas ao interesse público e, em última instância, à construção do bem comum. A coprodução configura-se como uma alternativa para o desenvolvimento e acesso a bens e serviços Públicos. (SALM, 2007, p.232).

A abordagem da coprodução é um fenômeno que segundo Dagnino (2004), emerge como uma estratégia que busca a superação do modelo tradicional de Estado provedor, deslocando o foco para uma dinâmica mais colaborativa entre governo e sociedade civil. Este autor destaca a necessidade de uma "nova gramática política" que reconheça a diversidade de atores sociais e a pluralidade de práticas na construção e implementação de políticas públicas.

Complementando essa perspectiva, Avritzer (2012) destaca que a coprodução envolve não apenas a participação da sociedade no processo decisório, mas também a cocriação de políticas públicas, estabelecendo um diálogo horizontal entre Estado e cidadãos. Para ele, a coprodução é fundamental para a consolidação da democracia participativa, conferindo maior legitimidade às ações governamentais. Nesse enquadramento, a participação ativa da sociedade não se resume a uma mera consulta, mas sim a uma parceria efetiva na elaboração e execução de políticas.

Já o enfoque de Chaebo e Medeiros (2018) sobre a coprodução, a aborda como uma estratégia que, ao reconhecer a diversidade de conhecimentos e experiências, fortalece a governança democrática. Os autores argumentam que a inclusão de diferentes atores na coprodução de políticas públicas amplia a capacidade de resposta do Estado às demandas sociais, contribuindo para a construção de políticas mais efetivas e contextualmente relevantes. Desta maneira, a coprodução emerge como uma abordagem que transcende as fronteiras entre Estado e sociedade, promovendo uma maior sinergia na implementação de políticas públicas.

A cogestão é uma abordagem, centrada na colaboração entre governo e sociedade civil, tendo suas raízes historicamente ancoradas na perspectiva de empoderamento cidadão e na promoção de uma democracia participativa. Dagnino (2002) salienta, que a cogestão emerge como um mecanismo de construção coletiva, no qual a sociedade assume um papel ativo na formulação, implementação e avaliação de políticas, transcendendo a tradicional dicotomia

entre Estado e sociedade. Sob essa ótica, Arretche (2002) destaca que a cogestão não apenas fortalece a legitimidade das ações governamentais, mas também potencializa a eficácia das políticas ao incorporar o conhecimento e a diversidade de experiências presentes na sociedade.

Ao longo do tempo, a cogestão tem sido aplicada em diferentes contextos, sendo reconhecida por sua capacidade de fortalecer a governança participativa. No entendimento de Avritzer (2002), a cogestão não apenas diversifica os canais de participação, mas proporciona também uma distribuição mais equitativa do poder decisório, garantindo que os diversos segmentos da sociedade tenham voz nas políticas que impactam suas vidas. Nessa conjuntura, a experiência internacional em países como Alemanha e Suécia, tem evidenciado a viabilidade e eficácia desse modelo, consolidando a cogestão como um mecanismo essencial para a construção de políticas públicas mais responsivas e inclusivas.

No contexto brasileiro, a cogestão tem ganhado destaque, especialmente em setores como saúde e educação. Segundo a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) é essencial, destacando a importância da cogestão como estratégia para fortalecer a democracia participativa. Dessa forma, a cogestão emerge como uma ferramenta valiosa no arsenal da democracia, possibilitando uma gestão pública mais transparente, responsiva e alinhada às reais necessidades da sociedade.

Portanto, a gestão social pode contribuir para a melhoria da implementação de política pública, que é um processo fundamental para a efetivação dos direitos e das políticas sociais, que requer uma abordagem mais participativa, democrática e dialógica, que pode envolver e mobilizar os diversos atores sociais, em prol de uma gestão social da política pública, que vise à transformação social e o desenvolvimento humano.

2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA AGENDA PÚBLICA GOVERNAMENTAL

A agenda do governo destaca a normalidade ou fragilidade da vida pública, ao indicar quem determina e como se justificam os problemas públicos, influenciando as prioridades governamentais (VILLANUEVA, 2000). A formação da agenda governamental é definida como o “processo pelo qual as demandas de vários grupos na população são transformadas em itens para os quais os agentes públicos prestam atenção seriamente” (COBB; ROSS; ROSS, 1976, p.126).

Outra perspectiva possível é consideração de uma agenda governamental com tudo o que se forma em decorrência do motivo da ação estatal (VILLANUEVA, 2000). A agenda do

governo está interligada e, em geral, origina-se da formação de uma agenda mais abrangente na sociedade, descrita como o processo por quais problemas e possíveis soluções ganham ou perdem destaque na atenção pública (BIRKLAND, 2001). Essa agenda mais ampla define a agenda pública.

O início do século XXI na América Latina, chama atenção em nível mundial pela emergência de diversos governos que assumem o poder com um discurso crítico sobre a agenda neoliberal da década de 1990. Em virtude desses acontecimentos, emerge o surgimento de uma política pública, pautado no fomento do trabalho autogestionário e na organização cooperativa do trabalho.

A ascensão da economia solidária ao status de política pública na agenda federal do Brasil baseou-se, em grande parte, em um repertório programático (Silva, Morais, & Santos, 2020) acumulado a partir das primeiras experiências em outras regiões do país. Essas ações foram bastante distintas em termos de concepção, institucionalidade e recursos alocados. Essas iniciativas serviram como referência para que, em 2002, o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária – GT Brasileiro, precursor do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, apresentasse ao recém-eleito Presidente da República uma série de configurações para o desenvolvimento de uma política pública nacional externa para esse domínio de práticas (Silva, 2018).

À luz desses acontecimentos, as diretrizes propostas pelo GT afirmavam que uma política pública nacional de economia solidária deveria ser concebida como uma medida inovadora para promover, apoiar e fortalecer iniciativas socioeconômicas associativas, considerando-os como uma alternativa ao desemprego e à exclusão social. Isso se justificava, no âmbito estratégico, pela capacidade potencial de integrar o crescimento econômico à distribuição de renda, à ampliação da cidadania e à melhoria da qualidade de vida da população.

De maneira concreta, uma política orientada por essas diretrizes deveria ser refletida em diversos programas de suporte à produção e à oferta de serviços solidários, englobando áreas como capacitação e assistência técnica; desenvolvimento de tecnologias; abertura de mercados; e fortalecimento de instrumentos de finanças solidárias. Para atingir esses objetivos, seria essencial a cooperação entre prefeituras, governos estaduais, organizações não governamentais (ONGs), áreas específicas dos setores do governo federal e outros entes públicos e privados. Essa colaboração visa atender às diversas necessidades dos EES, considerando suas especificidades e evitando redundâncias e sobreposições de ações financiadas por recursos públicos.

Na direção das sugestões apresentadas na carta do GT Brasileiro ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, no início de 2003, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que criou a possibilidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o fomento dos Empreendimentos Econômicos Solidários e a sua incorporação na agenda pública enquanto alternativa para geração de trabalho e renda e estratégia de desenvolvimento.

A composição da SENAES realizada entre diferentes ministérios e instituições públicas, ocorreu segundo Faria e Sanches (2011), com o objetivo de introduzir a economia solidária como eixo estrutural horizontal da política pública, o que seria evidenciado ao se tratar da análise orçamentária. Com a criação da SENAES, a economia solidária entrou na agenda governamental, passando a não ser mais vista como uma ação política de contingenciamento ou compensatória, estabelecida como um espaço para a construção de um modelo social.

Analisando a SENAES como instituição integrada em um movimento social abrangente, é possível observar que os movimentos sociais contemporâneos estão sendo percebidos com base em termos de conceitos gerais de sociedade civil e Estado, onde as instituições, da mesma forma, necessitam que seus estudos sejam moldados a este contexto teórico. Portanto, a SENAES não pode ser estudada como órgão estatal isolado, devendo as ações por ela formuladas ser vistas como representação da vontade dos atores que compõem o estado e a sociedade civil.

As instituições são geralmente conceituadas pela ciência política como regras, normas e métodos formais ou informais que abrandam a incerteza nas relações humanas, no qual o desenvolvimento é ocasionado em virtude de rotinas, padrões e técnicas estabelecidas por meio de organizações que possuem recursos e métodos de lidar com problemas, sendo estas, propósito de estudo da corrente teórica neoinstitucionalista (March; Olsen, 2008). Essa interpretação complexifica conceber o modo que as instituições atuavam anteriormente ao surgimento de determinados problemas, ou mesmo compreender como estas foram criadas, ou seja, como uma organização adquire os recursos e a autoridade.

A ativação e desenvolvimento de uma instituição, não é consequência apenas de sua criação, depende do que Abers e Keck chamam de autoridade prática:

O tipo de poder prático gerado quando atores específicos (indivíduos ou organizações) desenvolvem capacidades e ganham reconhecimento em determinada área política, permitindo que eles influenciem o comportamento de outros atores (ABERS; KECK, 2013, p.2).

No processo de criação da SENAES, os atores estatais e os da sociedade civil, foram fundamentais no propósito de alcançar a autoridade prática: a edificação da ideia. Assim, os atores (organizações e indivíduos) se constituem como movimento social essencial para a institucionalização do movimento, que foi acentuado através de fóruns e debates. O advento da Secretaria Nacional, emanou da urgência do combate à desigualdade e a exclusão social, por intervenção da promoção, fomento e apoio as organizações produtivas de empreendimentos solidários.

Suas atribuições foram definidas pelo Art. 18 do Decreto nº 5.063/2004, onde competiam à Secretaria Nacional de Economia Solidária:

- I - Subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério;
- II - Articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;
- III - Planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;
- IV - Colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;
- V - Estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;
- VI - Estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;
- VII - Contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;
- VIII - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;
- IX - Apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;
- X - Promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária. (BRASIL, 2004, p.02).

A economia solidária está fundamentada em preceitos que lhe endossa certa caracterização, embora conflua múltiplas e variadas experiências. O que as distingue em relação ao modelo econômico tradicional são sistematizadas por Singer e Souza (2000, p. 13) a seguir:

- a. posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os usam para produzir;
- b. gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação, dependendo do número de cooperados;
- c. repartição da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão em assembleia;
- d. destinação do excedente anual (sobras), segundo critérios acertados entre todos.

- e. a cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada;
- f. somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento foi um marco nacional da introdução de políticas públicas direcionadas para a economia solidária, em um enquadramento de novas ofensivas do capital, demandando respostas do Estado cada vez mais flexíveis no campo do trabalho e da pobreza.

Novas realidades do mundo do trabalho demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado. Foi neste contexto, e a partir das demandas do próprio movimento da economia solidária, que o Governo Federal, por meio de seu Ministério do Trabalho e Emprego, assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária. Ao constituírem um modo de produção alternativo ao capitalismo, onde os próprios trabalhadores/as assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos, as iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda. E foi para apoiar o seu fortalecimento e expansão que se construiu o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (MTE/SENAES, 2008).

As práticas econômicas solidárias não possuem limitação na viabilização de formas de geração de renda, pois, também pautam o resgate do conceito de cidadania, que compreende a capacidade de se reconhecer como cidadão, um membro ativo do corpo social. Transformar essa massa excluída em atores sociais é o desafio essencial e que exige repensar temas comuns a qualquer atividade econômica para alcançar seus objetivos.

Ainda sobre a criação da SENAES, esta ação viabilizou que a economia solidária no Brasil tivesse espaço social, além da concretização das políticas públicas direcionadas em apoiar e promover as variadas organizações econômicas fundamentadas na autogestão, no coletivismo e na solidariedade. Com o advento do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, essas políticas permitiram a promoção de diversas iniciativas de economia solidária e o surgimento de outras até então desconhecidas.

Sobre essas ações e políticas desenvolvidas pela SENAES, Sardá (2011, p. 05-06) correlaciona que estas podem ser agrupadas, para efeito apenas analítico, em cinco grandes eixos:

1. Acesso a conhecimentos: envolve desde a criação e desenvolvimento do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), as ações de formação de formadores, trabalhadores/as e gestores públicos de economia solidária, a articulação com o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) para a realização dos Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (PlanSeQ EcoSol), o apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e as iniciativas no campo da assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários. Cabe destacar aqui o esforço para a formação de gestores públicos, nas

três esferas de governo, o investimento na formação de trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, através do projeto Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), e o apoio conferido às incubadoras universitárias através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que multiplicou por cinco e superou a marca de cem universidades públicas e Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) envolvidos com ações no campo da economia solidária.

2. Acesso a mercados: abrange os programas de feiras municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais de economia solidária, o esforço para a criação de pontos fixos de comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos solidários e a regulamentação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), instituído por Decreto Presidencial em 2010. Pouco se conseguiu avançar, neste aspecto, na abertura de espaços para a economia solidária nas compras governamentais, em que pesem as conquistas significativas dos agricultores familiares – com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – e dos catadores de materiais recicláveis.

3. Acesso a capital: envolve o apoio ao denominado campo das finanças solidárias, que abrange as iniciativas de microcrédito solidário, os Fundos Rotativos Solidários (FRS), os bancos comunitários e às moedas sociais. Destacam-se, nesse caso, os avanços obtidos no apoio aos FRS, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a sociedade civil, especialmente no Nordeste brasileiro, e o apoio e fomento aos bancos comunitários, que passaram de uma única experiência existente em 2003 (Banco Palmas/CE) para quase 60 experiências atualmente.

4. Marco legal: ponto crucial, e de difícil resolução, uma vez que a fragilidade do movimento repercute na baixa capacidade de mobilização na esfera política e legislativa. Houve um retrocesso, logo no começo do governo, com relação à Lei de Falências, que dificultou o avanço no campo das fábricas recuperadas. O projeto de lei das cooperativas de trabalho tramitou aos solavancos no Congresso Nacional, e agora está parado na Câmara para votação final. Sua aprovação, além de abrir um canal institucionalizado de acesso ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), através do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP), poderia significar o arrefecimento das medidas restritivas que sofrem as cooperativas autênticas de trabalho, confundidas pela Justiça do Trabalho como cooperativas fraudulentas. Há que se avançar ainda na Lei Geral do Cooperativismo, dado o seu anacronismo e caducidade, e na Lei Geral da Economia Solidária, talvez um dos grandes desafios da gestão que se inicia.

5. Relações internacionais: desde o seu início, a Senaes foi convidada a dialogar com representações de inúmeros países para apresentar as experiências desenvolvidas no Brasil, estabelecer cooperações internacionais e participar de fóruns de articulações em outros países e continentes. Nesse aspecto, verificaram-se avanços através da articulação da Senaes no contexto da integração regional, com destaque para os espaços institucionais do Mercado Comum do Sul (Mercosul), especialmente através da Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM), do qual passou a participar a partir de 2007. Além disso, são exemplos de países que solicitaram a participação da Senaes em eventos e espaços de cooperação: Venezuela, Equador, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, México, Cuba, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Portugal, Timor Leste, Alemanha, Senegal, Moçambique, Angola, entre outros.

Já existiam 27 órgãos federais de alguma maneira vinculados à SENAES até o ano de 2010, abrangendo ministérios, autarquias, fundações públicas e cinco instituições financeiras públicas. Em termos de aplicação prática, destaca-se a colaboração em questões de interesse mútuo e a troca de recursos, conhecimentos e informações, conforme apontado por Faria (2011) e Cunha (2012).

Quadro 5 - Programa Economia Solidária em Desenvolvimento 2004 - ações sob a gestão da SENAES

Ações orçamentárias	Descrição
Ações emergenciais de geração de trabalho e renda	Realizar parcerias com organizações da sociedade civil e outras esferas do poder público para a geração e manutenção de postos de trabalho em empreendimentos coletivos de economia solidária.
Fomento à geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária	Concatenar ações com outras esferas de governo.
Apoio à constituição e consolidação de políticas públicas de economia solidária	Informar, cadastrar, promover integração e apoio a experiências de finanças solidárias.
Assistência técnica para geração de finanças solidárias	Viabilizar o funcionamento deste espaço de interlocução sobre a política pública em questão.
Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária	Realizar feiras e mostras de produtos em escalas geográficas diversas. Criar espaços de comercialização e de articulação de empreendimentos e consumidores.
Promoção do consumo ético e comércio justo	Publicizar a economia solidária e suas políticas públicas.
Publicidade de utilidade pública	Financiar o desenho de ações que possam se tornar finalísticas.
Gestão e administração	

Fonte: Adaptado pelo autor com base no autor Cunha (2012).

A elaboração dessa rede incluiu, adicionalmente, o estabelecimento de espaços institucionais para fortalecer a sua articulação, conforme suas orientações normativas de abrangência e engajamento. O Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES foi o principal desses espaços, constituído por representantes de diversas instâncias governamentais e de organizações da sociedade civil, incumbidos de buscar convergências em relação às iniciativas de fortalecimento da economia solidária no Brasil (SILVA; ALENCAR, 2020).

Outro recurso de destaque está relacionado às Conferências Nacionais de Economia Solidária – CONAES, concebidas para ampliar o âmbito democrático de debate sobre as prioridades da ação governamental no tocante à temática (S.P. SILVA; CUNHA; R.F. DA SILVA, 2018). Esses espaços, integrantes da dimensão político-relacional delineada no modelo de Pires e Gomide (2014) para as competências estatais, assemelham-se a outros instituídos

para fortalecer a integração decisória entre Estado e sociedade civil no âmbito do governo federal, designados por Silva (2018) como instituições de deliberação participativa -IDP.

A vivência no âmbito federal também influenciou as estruturas de governos no âmbito nacional, que apresentam uma tendência de desempenho em suas agendas a estrutura programática do Executivo Federal. Conforme Goulart e Marin (2011), em 2008 já se registravam 14 estados e mais de 200 prefeituras com políticas de suporte à economia solidária, inclusive com a criação de conselhos (estaduais e municipais) e outras instâncias de apoio e estímulo às atividades. Recentemente, Rueda (2017) constatou que 18 estados promulgaram alguma legislação de incentivo à economia solidária em seus territórios, como estratégia para a consolidação de orçamento visando alcançar os objetivos da política pública.

A SENAES também estabeleceu laços com o Poder Legislativo Federal. A formação da Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária, em maio de 2007 no Congresso Nacional, com a assinatura de 184 parlamentares, de diferentes legendas partidárias, é marco dessa construção. A frente foi lançada novamente no contexto da disputa política em torno do Projeto de Lei (PL) nº 4.685/2012, que aborda as diretrizes de institucionalização da política nacional de economia solidária, que ainda tramita no Congresso. O PL propõe também a criação de um sistema nacional para o setor, assim como em outras áreas de políticas sociais.

Entretanto, o principal impulsionador desse processo foi a integração da política de economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, uma iniciativa do governo federal destinada a viabilizar a meta de inclusão produtiva de grupos prioritários (Silva, 2011, 2020; Singer, R.M. Silva, & Schiochet, 2014). Através desse reconhecimento institucional, houve um aumento significativo em sua dotação orçamentária, registrando um crescimento real de 41,9% em comparação ao ano anterior, principalmente por meio do Programa de Resíduos Sólidos. A SENAES assumiu a responsabilidade pela promoção e desenvolvimento de cooperativas que trabalham com resíduos sólidos, uma ação incorporada ao Plano Plurianual -PPA, especialmente após a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS pela Lei nº12.305/2010. Essa legislação atesta os catadores de materiais recicláveis como atores prioritários nos sistemas municipais de gestão de resíduos sólidos, enfatizando sua atuação em cooperativas.

Para o PPA 2016-2019, torna-se evidente uma reconfiguração no desenho operacional da agenda governamental. O plano compreendia 54 programas temáticos, cada um vinculado às ações específicas destinadas a alcançar uma série de objetivos, metas e iniciativas. Dentre esses programas, destacou-se a “Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária”,

estruturado em torno de quatro temas fundamentais, cada um associado a um objetivo que, por sua vez, se desdobrou em 22 metas e 39 iniciativas. A SENAES foi designada para liderar o objetivo de “promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas”, com a finalidade de sistematizar a constituição de empreendimentos coletivos através de:

[...] ações de incubação e de assessoria técnica sistemática no interior das unidades de produção de bens e serviços, incluindo o suporte para a formalização, o desenvolvimento de modelos e planos estratégicos de gestão e a elaboração de planos de negócios e de viabilidade das iniciativas econômicas. O acesso ao financiamento para a produção e serviços (capital de giro) se dá por meio das instituições financeiras públicas, cooperativas de crédito, bancos do povo e outras organizações de microcrédito solidário de base territorial. Para enfrentar o gargalo da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária, devem ser implantadas estratégias voltadas à oferta de serviço de apoio, espaços fixos de comercialização solidária dotados de infraestrutura e de ampliação das possibilidades de fornecimento de produtos e serviços nas compras governamentais (Brasil/MP, 2015, p. 97-98).

No contexto mencionado, a SENAES manteve sua responsabilidade pela meta de apoio a cooperativas de catadores de material reciclável no âmbito do Programa Qualidade Ambiental. Entretanto, a vigência do PPA 2016-2019 coincidiu com um período de intensas inquietações na cena política brasileira, marcado por manifestações em várias cidades e pela acirrada polarização nas eleições presidenciais de 2014, resultando na reeleição de Dilma Rousseff. Agravando a situação, uma profunda crise econômica começou a se manifestar em 2015, impossibilitando a continuidade de uma década de crescimento moderado e redução das desigualdades (KERSTENETZKY, 2019). Como resultados desses acontecimentos, durante primeiro semestre de 2016, o Congresso Nacional brasileiro aprovou um processo de impeachment com amplo apoio midiático, que ocasionou na posse do então vice-presidente, Michel Temer.

A política nacional de economia solidária sofreu grande adversidade nesse processo, resultando em uma séria reviravolta em seu curso de institucionalização e implementação programática. Pois, ao assumir a presidência, Michel Temer implementou uma extensa reforma ministerial, reestruturando completamente o comando do Poder Executivo, incluindo o segundo escalonamento. No Ministério do Trabalho, essas mudanças impactaram diretamente as capacidades técnico-administrativas relacionadas às ações de economia solidária. A alteração mais significativa foi a reclassificação das SENAES na hierarquia burocrática do ministério, passando de secretaria para subsecretaria, vinculada ao gabinete do ministro, embora tenha não tenha alterado sua condição de unidade gestora no PPA.

No curso dessas ações, Paul Singer que esteve como Secretário Nacional de Economia Solidária desde o início da pasta, deixou a função, assumindo em seu lugar um escrivão aposentado da Polícia Civil, sem qualquer identificação e qualificação com a economia

solidária. Por conseguinte, longo de 2016 todos os diretores e coordenadores também deixaram a instituição. O corpo técnico, que inicialmente consistia em 37 funcionários específicos, sofreu impactos tanto em quantidade quanto em qualidade, com a saída de 09 técnicos de carreiras transversais que foram alocados no órgão. Esse grupo incluía 02 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e 07 Analistas Técnicos de Política Social (ATPS).

A dotação orçamentária é outro emento relevante nesse contexto abordado. Conforme mencionado acima, a SENAES experimentou um aumento substancial em seu orçamento assegurado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) ao longo do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. Enquanto no PPA anterior (2008-2011), a média anual de dotação orçamentária foi de R\$ 69,6 milhões, durante o período de 2012-2015, essa média mais que duplicou em termos reais, alcançando R\$ 144,3 milhões. No entanto, para 2016-2019, essa média sofreu uma drástica redução para R\$ 43,9 milhões.

O exercício de 2016 foi marcado por uma série de instabilidades políticas e econômicas, e caracterizado pela continuidade do ajuste fiscal das despesas públicas, com redução das receitas e conseqüentemente dos repasses aos órgãos do poder executivo. Com isso, a SENAES sofreu pelo segundo ano seguido um significativo contingenciamento em suas ações orçamentárias, desta vez na ordem de aproximadamente 30% das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual. Desta forma, a SENAES se viu obrigada a cancelar o lançamento de um novo edital de Redes de Cooperação Solidárias, que visava à celebração de novas parcerias e cumprimento de parte dos objetivos previstos no PPA 2016-2019, principalmente no que tange aos programas temáticos de caráter transversal, voltados às políticas de mulheres, juventude e igualdade racial (Brasil/MTE/SENAES, 2017, p. 66).

Somado a isso, as transformações administrativas no Ministério do Trabalho ocasionaram obstáculos na execução orçamentária de 2016, devido às alterações nos códigos das unidades gestoras, à necessidade de novos CNPJ e à revalidação de convênios, além do atraso na transferência de saldos contábeis, entre outras questões. A transição de liderança na SENAES, acompanhada pela nomeação de novos diretores, também exigiu uma adaptabilidade do novo corpo burocrático aos procedimentos programáticos e financeiros, acarretando o prolongamento de diversos processos em andamento (BRASIL/MTE/SENAES, 2017).

Em virtude disso, os indicadores de execução orçamentários, apesar das dificuldades já evidenciadas no PPA anterior, sofreram uma redução ainda mais expressiva, distanciando-se consideravelmente das metas condicionais no PPA para 2016. A meta principal, que consiste em apoiar vinte mil coletivos em todo o país por meio de diversas ações de fomento, registrou um percentual de realização de apenas 5,6%, levando em conta exclusivamente os recursos orçamentários aprovados no mesmo ano. No que se refere às metas externas para públicos específicos, como comunidades quilombolas, pessoas com deficiência e dependência química,

não houve realização. A dinâmica da compreensão sobre esses dados, está sintetizada na abordagem da tabela 7.

Tabela 7 - Resultado para 2016 das metas estabelecidas pela SENAES para o PPA 2016-2019

Meta	Unidade de Medida	Meta PPA	Realizado (N)	Realizado (%)
Apoiar 20 mil empreendimentos econômicos solidários (EES) com a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo sustentáveis	EES	20.000	1.115	5,6
Fomentar a organização em redes de cooperativas	EES	4.500	102	2,3
Fomentar 2 mil iniciativas de finanças solidárias com Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário na promoção da dinamização econômica territorial	EES	2.000	125	6,3
Promover a formação de 200 mil pessoas em economia solidária contemplando as necessidades dos EES, entidades de apoio e fomento e gestores públicos	EES	200.00	13.638	6,8
Fomentar e fortalecer 300 EES compostos majoritariamente por jovens por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo	EES	300	7	2,3
Fomentar a participação de 80.000 mulheres em EES	Pessoas	80.00	2.200	2,8
Fomentar e fortalecer 1.000 cooperativas, associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva	EES	1.000	143	14,3
Fomentar o etnodesenvolvimento e a economia solidária em 300 comunidades quilombolas	Comunidades	300	0	0,0
Apoiar a inclusão de pessoas com deficiência em 250 EES ou cooperativas sociais	EES	250	0	0,0
Fomentar e fortalecer a inserção socioeconômica de 5.000 pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas em EES	Beneficiários	5.000	0	0,0

Fonte: Adaptado pelo autor com base no Brasil / MTE / SENAES (2017).

Conseqüentemente, as reduções manifestadas na dotação orçamentária e também nos indicadores de execução impactaram consideravelmente de os resultados planejados serem alcançados, destacando um ponto de inflexão em 2016: o início do desmonte da política pública

de economia solidária no âmbito nacional, que gradativamente assume um caráter residual no contexto das políticas sociais da agenda governamental. Podemos visualizar através da Tabela 8, uma síntese dos principais dados utilizados para a caracterização das diversas fases de vigência da referida política entre 2004 e 2019, utilizando como referência as dotações e os índices de execução orçamentária anual.

Tabela 8 - Indicadores orçamentários da Política Nacional de Economia Solidária por PPA: 2004–2019 (médias dos valores anuais; valores corrigidos para dez./2019)

	Inserção e consolidação		Expansão contraditória	Crise de paradigma
	2004-2007	2008-2011	2012-2015	2016-2019
Dotação orçamentária (R\$ milhões)	42,7	69,6	144,3	43,9
Valor liquidado (R\$ milhões)	34,3	30,1	33,7	6,8
Execução orçamentária (%)	80,5	43,2	23,6	15,4

Fonte: Câmara dos Deputados - Lei Orçamentária Anual (LOA), (2020).

Diante desse cenário apresentado, o contexto é de desafios consideráveis para a política nacional de economia solidária no Brasil. O que se observa é mais do que simplesmente uma desconstrução. Tivemos um processo de desmonte que coloca em risco conquistas significativas alcançadas ao longo dos anos. A política nacional, que deveria ser um esteio para o fomento e fortalecimento da economia solidária, enfrenta desafios estruturais que comprometem sua eficácia e amplitude.

A desarticulação de programas e a redução de investimentos reverberaram resultados em empreendimentos econômicos solidários, comprometendo seu desenvolvimento e sustentabilidade. A ausência de um apoio massivo do Estado representou um retrocesso no avanço das práticas cooperativas e autogestionárias, afetando a capacidade dos empreendimentos de prosperarem em um contexto econômico muitas vezes adverso.

2.4 PROJETO AÇÕES INTEGRADAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A pobreza extrema é um fenômeno estrutural que integra as preocupantes estatísticas globais e abrange diversas dimensões, manifestando-se na precariedade do acesso a serviços sociais essenciais, como água, energia elétrica, saúde e moradia, nos baixos níveis de escolaridade, na insegurança alimentar e nas condições precárias de inserção no mercado de trabalho, entre outros aspectos. A busca por superar a pobreza extrema, demanda uma abordagem abrangente que englobe diversas dimensões por meio de políticas intersetoriais. Para além do atendimento imediato às necessidades, é essencial promover o desenvolvimento

das capacidades individuais, através de iniciativas como transferência de renda, aprimoramento do acesso e qualidade dos serviços públicos, bem como a criação de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Isso inclui tanto empregos assalariados quanto formas de autoemprego, sejam individuais ou coletivas, sendo crucial o acesso a recursos essenciais para impulsionar atividades geradoras de ocupação e renda, tais como conhecimento, crédito e infraestrutura produtiva.

Em 2011, a superação da extrema pobreza no Brasil, além de ser um desafio político estabelecido pela então presidenta Dilma Rousseff ao criar o Plano Brasil Sem Miséria, também foi convertida em uma oportunidade para ampliar e fortalecer ações voltadas para diminuir as disparidades socioeconômicas e regionais. Nos últimos anos, o Brasil adquiriu conhecimento na perspectiva de que a sustentabilidade do desenvolvimento só é viável mediante a distribuição de renda. A interligação entre políticas de infraestrutura e crescimento econômico com o fortalecimento das políticas sociais tem sido crucial, sendo percebida como um elemento dinâmico para o desenvolvimento e não como um ônus para a sociedade.

Nesse período em questão, o Brasil se destacou no cenário de crise econômica global devido ao fortalecimento do mercado interno. Isso foi evidenciado por meio de iniciativas como a transferência de renda, investimentos em infraestrutura, crescimento no emprego, aumento do salário-mínimo, e a expansão do crédito tanto para o consumo quanto para a produção. Essa abordagem representa uma mudança significativa em relação à ideologia neoliberal que predominou nas políticas públicas brasileiras durante os anos 1990 até o início do século XXI, marcada pela recuperação da capacidade do Estado em impulsionar o desenvolvimento, estimulando as forças dinâmicas da sociedade.

Com base nessa abordagem inovadora de desenvolvimento, a política pública de economia solidária foi integrada ao Plano Brasil Sem Miséria em 2011, como parte das estratégias de inclusão produtiva. Além das opções tradicionais de emprego assalariado e trabalho autônomo, abrangendo microempreendimentos individuais ou familiares, o trabalho coletivo é a alternativa pautada pela economia solidária para viabilizar possibilidades para que os indivíduos economicamente vulneráveis conquistem renda por meio de atividades laborais dignas. Ademais, ao impulsionar o desenvolvimento local e territorial sustentável, as iniciativas de economia solidária têm contribuído para oferecer soluções estruturais que dinamizam as cadeias produtivas e os arranjos econômicos setoriais, promovendo o fortalecimento e a diversificação da produção por meio de redes de cooperação, conforme destacado pela I Conferência Nacional de Economia Solidária:

“Assim, a Economia Solidária, ao reorganizar processos econômicos e cadeias produtivas, se converte ao mesmo tempo em uma dinâmica de desenvolvimento endógeno (a partir de dentro), autogestionário, solidário e sustentável, fazendo dos agentes locais, os atores privilegiados e responsáveis pelo desenvolvimento local, territorial e regional, considerando e ampliando as capacidades locais ou territoriais, numa estratégia nacional de desenvolvimento” (I CONAES, Resolução n. 18).

Alinhadas com sua missão institucional, as atividades da SENAES no âmbito do Brasil Sem Miséria foram direcionadas para apoiar a iniciativa nacional de erradicação da pobreza extrema por meio de ações econômicas solidárias voltados para a geração de trabalho e renda. Nesse sentido, era crucial aumentar os investimentos e ampliar a abrangência das ações que pudessem fortalecer a capacidade de auto-organização e autogestão de grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade social, promovendo o fortalecimento e a expansão da economia solidária.

Com a intenção de atingir esses propósitos, foram estabelecidas orientações e abordagens, dentre as quais se destaca a integração de ações de apoio e fomento à economia solidária, abordando de maneira integrada as necessidades dos EES, por meio de obtenção conhecimentos, recursos materiais e financeiros, bem como a instrumentos e meios para organizar o processo de comercialização. Outro caminho consiste na integração e articulação intersetorial da economia solidária junto a outras políticas públicas de cunho socioeconômico, dando destaque para as iniciativas e instrumentos do Brasil sem Miséria: Busca Ativa, Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), benefícios e serviços sociais, infraestrutura, dentre outras.

Cabe evidenciar também, a abordagem territorial integradora de espaços e de ação intersetorial, incluindo atores sociais e políticas públicas em procedimentos regionais e locais de crescimento, conjugada à abordagem econômica setorial, com ênfase na estruturação setorial de unidades familiares e de EES no âmbito de um mesmo território ou segmento produtivo, por meio de redes de cooperação solidária. Por fim, a orientação é para o fortalecimento dos processos participativos e de se controlar socialmente as políticas públicas voltadas para a economia solidária, tanto na etapa de criação quanto na implementação das medidas. Essas metas e diretrizes levaram à estruturação de quatro eixos fundamentais que unificam os mecanismos dessa política, como ilustrado no quadro subsequente, disposto no quadro 6.

Quadro 6 - Eixos de ações integradas e instrumentos da política de economia solidária

Eixo	Instrumentos	Ações
Organização sociocomunitária	Agentes comunitários de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação, sensibilização e mobilização;

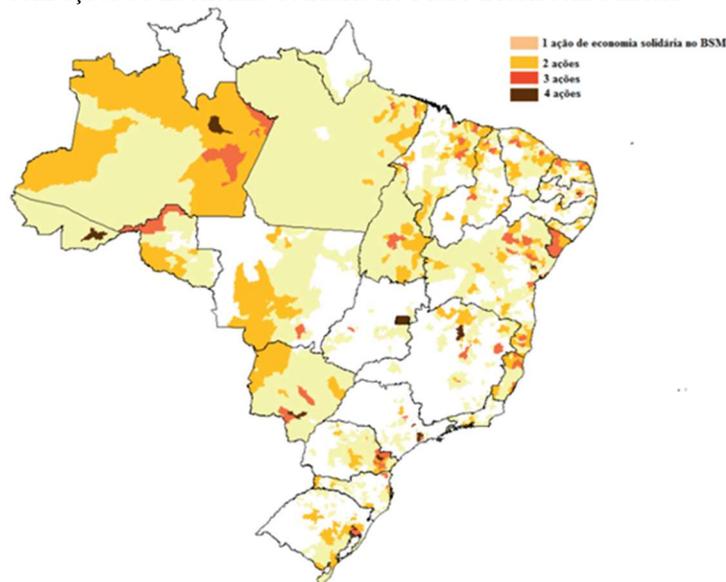
		<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico de potencialidades socioeconômicas locais, de fluxos de produção e de consumo e de iniciativas econômicas solidárias existentes; • Planejamento de fortalecimento das iniciativas de Economia Solidária (ES).
	Espaços multifuncionais	<ul style="list-style-type: none"> • Prestação de serviços múltiplos aos empreendimentos econômicos solidários em espaços de referência da ES.
Acesso a conhecimentos: educação e tecnologias	Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Educação cidadã, elevação da escolaridade, qualificação social e profissional.
	Assessoria Técnica	<ul style="list-style-type: none"> • Bases de serviço de apoio e assessoramento técnico e suporte para gestão com elaboração e implantação de planos de negócios e de sustentabilidade.
	Incubação	<ul style="list-style-type: none"> • Incubação de empreendimentos, desde a constituição primária dos grupos, formalização e autonomia dos empreendimentos econômicos solidários; • Desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais.
Investimentos e finanças solidárias	Expansão das finanças solidárias	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio e fomento a bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito solidário; • Desenvolvimento e disseminação de metodologias de gestão de finanças solidárias; • Apoio ao microcrédito produtivo orientado.
	Investimentos para produção	<ul style="list-style-type: none"> • Captação e disponibilização de recursos para infraestrutura e equipamentos para os empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação.
Organização da comercialização justa e solidária	Espaços fixos de comercialização	<ul style="list-style-type: none"> • Lojas, centros e centrais de comercialização solidária; • Feiras permanentes, eventuais e exposições.

	Cadastro e certificação	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento público no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS).
	Mercado Institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento para organização da oferta e demanda no acesso às compras governamentais.

Fonte: Senaes/MTE, 2011 – 2013. Termos de referência e especificações complementares das chamadas públicas de parceria.

Dentro desse enfoque, a SENAES/MTE destinou entre o início do Brasil sem Miséria, em 2011, e maio de 2014, recursos no valor de R\$ 406,9 milhões por meio de 150 parcerias estabelecidas com governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil, visando implementar ações em 2.275 municípios brasileiros, como ilustrado no mapa a seguir:

Figura 3 - Municípios com ações de Economia Solidária no Plano Brasil sem Miséria



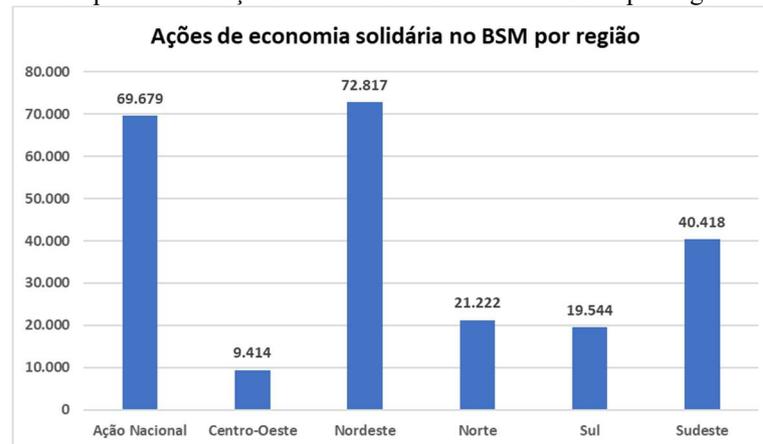
Fonte: CAMPELLO; FALCÃO; DA COSTA; 2014.

A inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria beneficiou diretamente os segmentos mais vulneráveis da população, desencadeando um impacto positivo bastante significativo em diversas comunidades.

As ações de economia solidária no âmbito da inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria beneficiam diretamente 233.094 pessoas, no fortalecimento e fomento de 10.925 empreendimentos econômicos solidários na geração de oportunidades de trabalho e renda com pessoas em situação de pobreza extrema. A ampliação dessas ações foi possibilitada pela cooperação técnica e financeira com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com pactuações de ações com entes federados e organizações da sociedade civil (SINGER; SILVA & SCHIOCHET, p. 9).

A distribuição geográfica dessas iniciativas é apresentada no gráfico a seguir, levando em consideração o número de indivíduos que são beneficiados diretamente.

Gráfico 3 - Pessoas apoiadas em ações de economia solidária no BSM por região

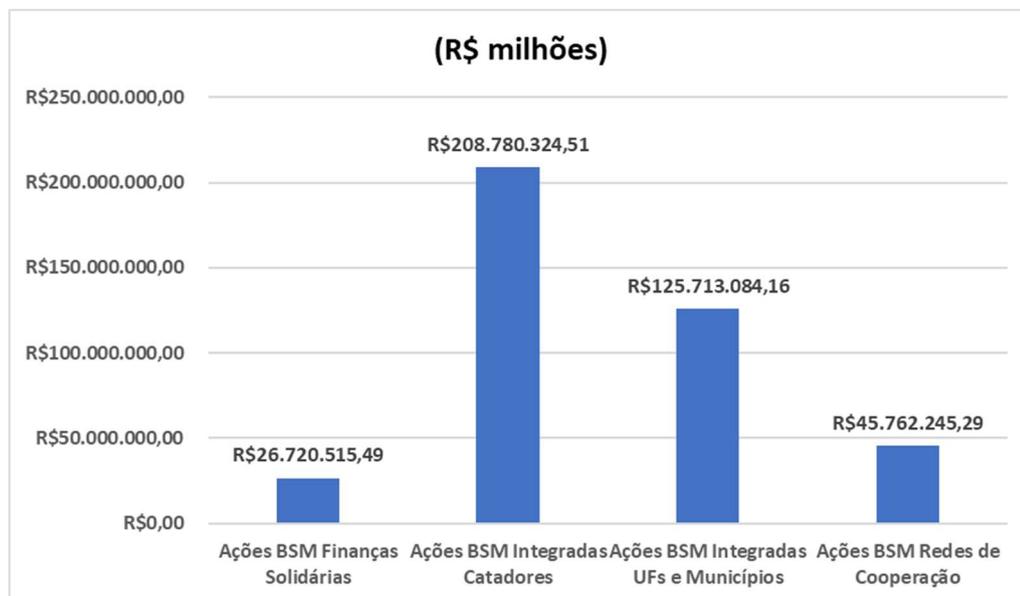


Fonte: SENAES/MTE, 2014. Relatórios e Projetos Básicos de convênios celebrados entre junho de 2011 e maio de 2014 com recursos do Plano Brasil sem Miséria.

Sobre os investimentos, observa-se que estes foram concentrados na região Nordeste, que apresenta o mais elevado percentual de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza no Brasil, conforme os dados do censo de 2010.

Quanto à alocação dos recursos do Plano Brasil Sem Miséria em diferentes categorias, revela-se dessa maneira, uma abordagem abrangente e integrada para enfrentar a complexidade da pobreza. Essa diversificação reflete a compreensão de que a superação da pobreza requer um enfoque multifacetado, considerando as diversas dimensões que a compõem e que foram agrupadas nas seguintes categorias:

Gráfico 4 - Investimento em ações de economia solidária do BSM (R\$ milhões)



Fonte: SENAES/MTE, 2014. Relatórios e Projetos Básicos de convênios celebrados entre junho de 2011 e maio de 2014 com recursos do Plano Brasil sem Miséria.

Sob a luz desses acontecimentos no âmbito do programa Brasil Sem Miséria, as iniciativas da SENAES foram direcionadas para a criação de um empenho nacional voltado para a erradicação da pobreza extrema, por meio do fortalecimento da economia solidária com o objetivando a geração de trabalho e renda. Dessa forma, a SENAES buscou ampliar as ações que contribuam para o fortalecimento da capacidade de organização e autogestão de grupos em situação de vulnerabilidade social.

O lapso temporal aqui representado, abrange a participação de recursos e ações de programas relativos ao Plano Plurianual – PPA 2012-2015 – Brasil Sem Miséria. Assim, as ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável efetivou a celebração de parcerias com governos estaduais e municipais, um elo vital que impulsiona a viabilidade e o impacto positivo dessas ações.

Entre junho de 2011 e maio de 2014 foram celebradas 60 parcerias com governos estaduais e municipais, envolvendo investimentos na ordem de R\$ 125,7 milhões para beneficiar diretamente 78,6 mil pessoas e 4.713 empreendimentos. Nesses projetos estão sendo executadas e implantadas, de forma integrada, as ações e os instrumentos previstos nos quatro eixos de ação acima comentados. Merece destaque a capacitação e atuação de agentes comunitários de desenvolvimento solidário e a implantação de espaços multifuncionais de referência das ações de economia solidária e desenvolvimento local (Centros Públicos ou Casas da Economia Solidária) (SINGER; SILVA & SCHIOCHET, 2014, p. 13).

A política nacional de economia solidária foi contemplada no PPA 2012 – 2015, de maneira mais específica, dentro do escopo do Programa de Desenvolvimento Regional,

Territorial Sustentável e Economia (Lei No 12.593, de 18/01/2012), abrangendo dois objetivos estratégicos:

- a. Objetivo: 0982 – Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.
- b. Objetivo: 0983 -Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Nessa abordagem, os objetivos no sentido de apoiar à implementação de iniciativas municipais integradas de economia solidária, são claramente delineados para catalisar transformações positivas nas dinâmicas locais.

- a. Fomentar o desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário por meio da implantação e consolidação de ações integradas de economia solidária em territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza;
- b. Apoiar iniciativas de geração e manutenção de postos de trabalho, de melhoria de renda e das condições de vida de comunidades com população em situação de extrema pobreza;
- c. Implantar espaços físicos multifuncionais com a finalidade de disponibilizar serviços aos empreendimentos econômicos solidários na comercialização de produtos e serviços, formação, assistência técnica, incubação de empreendimentos econômicos solidários e apoio a iniciativas de finanças solidárias;
- d. Capacitar agentes de economia solidária para atuação nas ações de sensibilização, mobilização, organização de demandas e assessoramento sistemático às comunidades e empreendimentos econômicos solidários;
- e. Implantar iniciativas de comercialização solidária com bases de serviço de apoio, redes de cooperação e pontos fixos de apoio à comercialização;
- f. Desenvolver atividades sistemáticas de assessoria técnica e incubação necessárias ao desenvolvimento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários;
- g. Fomentar iniciativas de finanças solidárias por meio da constituição e fortalecimento de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidário, Poupança Comunitária e outras formas de microcrédito produtivo orientado.

Os segmentos populacionais, com prioridade para promover a inclusão social por meio do trabalho e obtenção de renda, reflete um compromisso claro em superar desigualdades e proporcionar oportunidades igualitárias. São eles:

- a. População em situação de pobreza extrema, conforme definido no Decreto 7.492, de 02 de junho de 2011, que instituiu o Plano Brasil Sem Miséria como “aquela população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais)”, em especial, mulheres;
- b. Pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

- c. Comunidades de baixa renda e com baixo índice de IDH;
- d. Comunidades e povos tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, etc.);
- e. Trabalhadores e trabalhadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários já constituídos nos territórios beneficiados;
- f. Usuários do sistema de saúde mental.

Considerando a recapitulação apresentada, conclui-se que o Projeto Ações Integradas de Economia Solidária - PAIES foi uma iniciativa crucial para o fortalecimento da economia solidária e para a promoção da inclusão social e econômica de comunidades vulneráveis. Através do apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários, a iniciativa buscou viabilizar oportunidades de geração de renda e de desenvolvimento local, contribuindo para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Nesse contexto, o PAIES demonstrou a importância de parcerias entre diferentes atores, como organizações da sociedade civil, governos locais e entidades de apoio e fomento, para o êxito das iniciativas de economia solidária. A colaboração e a cooperação entre esses parceiros são fundamentais para a implementação de ações integradas e para a superação de desafios enfrentados pelas comunidades em situação de vulnerabilidade.

Por fim, o PAIES evidencia o potencial transformador da economia solidária, ao promover a valorização do trabalho coletivo, a sustentabilidade ambiental e a autonomia das comunidades. Ao fortalecer iniciativas coletivas e autogestionárias e promover a articulação em rede, o projeto contribui para a construção de uma economia mais justa, solidária e sustentável, que coloca as pessoas e o meio ambiente no centro do desenvolvimento.

2.5 CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As políticas de economia solidária, através de ações de apoio aos grupos e iniciativas de economia solidária, de acordo com França Filho (2006), inauguraram no Brasil uma nova forma de intervenção do Estado na geração de trabalho e renda que vai além da relação assalariada. Assim, a concretização de fundos públicos, consolida o fato de que os investimentos devem ser feitos no foco da economia solidária, com reivindicação da continuidade de ações e atividades dos programas e redes que a compõem.

No caminho do entendimento sobre a natureza emancipatória da Economia Solidária como uma abordagem para o desenvolvimento, um direito dos trabalhadores e uma responsabilidade do Estado, torna-se imperativo garantir investimentos públicos para facilitar

o acesso a bens e recursos públicos. Isso implica no reconhecimento de novos direitos de cidadania para as organizações econômicas fundamentadas nos princípios de autogestão, cooperação e solidariedade.

Ser beneficiado com a política pública de Economia Solidária, representa um elemento distintivo na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, não se limitando meramente à integração no mercado de trabalho, mas oferecendo uma oportunidade de empoderamento e colaboração na construção coletiva de uma economia alternativa. “O processo de empoderamento compreende a trajetória de emancipação, autonomia, crescimento desses trabalhadores e trabalhadoras que, ao vivenciarem uma outra lógica de trabalho, tecem relações, se apropriam de informações, se conscientizam de seu poder.” (CORTIZO; OLIVEIRA, 2004, p. 84)

Os registros da Iª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006, indicam a concepção da Economia Solidária como uma abordagem inovadora de:

[...] produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (Anais Iª CONAES/2006, p. 57)

Considerando esse pressuposto, é incumbência do Estado, enquanto promotor do desenvolvimento, fornecer o respaldo político-institucional direcionado à melhoria do padrão de vida da população, destacando a necessidade de transformações estruturais em direção a uma produção social que integre parte da população atualmente excluída do sistema produtivo. Portanto, para a política pública de Economia Solidária, é essencial estabelecer instrumentos eficazes de lidar com as diversas dimensões que permeiam a economia solidária.

Nesse sentido, 6 meses após a SENAES ser criada, o Governo Federal passou a formular com apoio da sociedade civil, uma política social de Economia Solidária, objetivando o fomento de políticas e programas que estimulassem as experiências coletivas. Uma dessas iniciativas incluiu a elaboração do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, assimilado por Leboutte (2000) como sendo:

É um programa que vai além da Economia, embora seja gestado no seu âmbito. Não dissocia o econômico do social [...] Pelo contrário, tem no social o pressuposto e o sentido do econômico, compreendendo vários eixos como Formação e Educação em Autogestão, Capacitação do Processo Produtivo, Financiamento, Comercialização e Incubação [...] Trata-se enfim, com objetivos claros de abertura para a inclusão social, mantendo e ampliando oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionários, de forma coletiva e participativa pelos próprios

trabalhadores [...] Pode ser resumido no incentivo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, que proporcionam uma distribuição mais justa e equitativa de renda, e o estímulo de relações sociais de produção e consumo, baseadas na cooperação, na solidariedade dos seres humanos e do meio ambiente. (LEBOUTTE, 2000, p. 12).

Como parte dessa abordagem estratégica para o avanço das iniciativas nacionais de economia solidária, Praxedes (2009) trata que a implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária, realizada pela SENAES em parceria com municípios e governos estaduais, constituíram um espaço com a viabilidade de agregar diversas iniciativas do campo da economia solidária.

Sob essa ótica, compreendendo a potencialidade de organização e implementação das políticas públicas de economia solidária, os Centros Públicos de Economia Solidária podem ser considerados como instrumentos de importância estratégica, por estarem inseridos em uma estratégia nacional da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, tendo em vista, promover maior integração de políticas de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda através do fomento à organização de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, respeitando assim, as suas peculiaridades.

Considerando esse panorama, os Centros Públicos de Economia Solidária e os Empreendimentos Econômicos Solidários se correlacionam evidenciados pela promoção das diversas ações de apoio a esses coletivos autogestionários. A colaboração no sentido de viabilizar essas estruturas físicas públicas para a Economia Solidária e necessários para o desenvolvimento desses EES, foi conquistado por diversas frentes.

A realização da III Plenária Nacional de Economia Solidária em 2003 e do I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, ocorrido em 2004, resultou segundo Costa & Nishimura (2010), na elaboração da Plataforma da Economia Solidária, que em um de seus eixos, os espaços da Economia Solidária, foram destacados como desafios:

- Garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de Economia Solidária;
- Utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da Economia Solidária e armazenamento de materiais reciclados.

Convém enfatizar ainda, que na I Plenária Brasileira de Economia Solidária realizada no ano de 2002 já estava considerado em sua Plataforma de Políticas Públicas:

[...] garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da economia solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de economia solidária será uma forma de sensibilizar os(as) trabalhadores (as) desempregados (as) para alternativas de trabalho coletivas e proporcionar informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem o empreendimento solidário e de como geri-lo; de forma coletiva e democrática, estudos de viabilidade econômica e planos de negócio, superando as dificuldades de trabalhadoras e trabalhadores se apropriarem das tecnologias e saberes disponíveis no processo produtivo, da gestão, do gerenciamento, dos resultados, etc. (DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL AO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2002, p. 31).

Em função desse cenário, emerge também a participação da Rede de Gestores, desempenhando o papel de articuladora dos gestores de políticas públicas. Sua finalidade foi a de dinamizar a comunicação, sistematizar, propor políticas públicas e implementar projetos colaborativos destinados a promover e fortalecer a Economia Solidária. E, concentrou seus esforços na concepção e aperfeiçoamento de iniciativas e ferramentas cruciais para garantir a eficácia de uma Política Pública efetiva.

De acordo com o glossário do 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019), os Centros Públicos / Espaços Multifuncionais são entendidos como:

Estruturas voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas de apoio, atividades que resgatem a memória do movimento e contemplem atividades de pesquisa, produção, comercialização, capacitação/formação na metodologia popular, finanças solidárias e disponibilizem assessoria técnica e jurídica. O funcionamento dos Centros Públicos devem ser em sistema de gestão compartilhada dos empreendimentos, assessorias e gestores públicos, promovendo atividades de formação sociopolítica e técnica utilizando a metodologia da educação popular e autogestão, respeitando as diferentes identidades e culturas locais (egressos do sistema penal, pessoas com deficiência, transtornos mentais, povos tradicionais, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, pescadores, piaçaveiros, assentados, comunidades de matriz africana, ciganos, quilombolas, indígenas, catadores e catadoras) e os princípios do desenvolvimento sustentável, assessoria técnica e capacitação, fomento e desenvolvimento dos empreendimentos, capazes de impulsionar redes e cadeias produtivas de produção; comercialização e consumo solidário para promover o desenvolvimento local, com ponto de venda fixo no campo e na cidade (1º Plano Nacional de Economia Solidária, 2015, p.41-42).

As iniciativas de promoção dos Equipamentos Públicos de Economia Solidária, possuem seus debates constituídos nacionalmente no âmbito da SENAES/MTE, com a elaboração de proposta de construção de espaços para execução de uma política de assistência técnica através da implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária nos municípios e

estados. Estas ações fazem parte do programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, elaborada pela SENAES para Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Federal, e prevista também no PPA 2008/2011. Demonstrando assim, o interesse do Governo Federal através da SENAES, em executar um programa que proporcione a superação da extrema pobreza e a geração de trabalho e renda no apoio direto aos EES.

É importante destacar o papel que os Centros Públicos de Economia Solidária podem cumprir no fomento a processos de desenvolvimento local. Um Centro que abrigue a realização de atividades de articulação, formação e capacitação, além de abrigar empreendimentos que estejam iniciando suas atividades, pode constituir-se numa importante ferramenta de fomento à economia solidária, uma vez que este estará voltado para elaboração e construção de estratégias de fortalecimento da organização socioeconômica local (BRASIL, 2008, p.3).

Dessa maneira, Luz (2018) afirma que a funcionalidade do Centro Público de Economia Solidária é viabilizar a assistência técnica continuada aos Empreendimentos Econômicos Solidários, objetivando o atendimento das prioridades dos EES e de assegurar um local que seja um referencial para o acompanhamento dessas organizações, garantindo um espaço multifuncional no suporte técnico, geracional no campo de assistência: formação e capacitação, assessoria de autogestão, produção, comercialização, assessoria jurídica, contábil, logística e alternativas de tecnologias sociais que tratam do fortalecimento da economia solidária no desenvolvimento territorial.

A abordagem dos objetivos dos Centros Públicos de Economia Solidária, trata que estes devem:

- I. Abrigar nas suas dependências as várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da economia solidária, sejam elas governamentais ou não governamentais, promovendo a sua integração;
- II. Apoiar projetos voltados à geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas de economia solidária;
- III. Promover ações voltadas ao desenvolvimento local;
- IV. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária;
- V. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a comercialização e divulgação da produção dos empreendimentos de economia solidária;
- VI. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para a realização de reuniões, oficinas, seminários e outras atividades culturais que objetivem o desenvolvimento da economia solidária;
- VII. Disponibilizar espaço físico e infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades voltadas ao mapeamento e divulgação da economia solidária;
- VIII. Abrigar nas suas dependências, onde houver as Secretarias Executivas dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, ou suas representações locais no interior do estado. (Brasil, 2008, p. 05-06).

Assim, os Centros Públicos de Economia Solidária, que colaboram para a construção e consolidação da política pública de economia solidária, surgem numa perspectiva de redução da desigualdade social e de efetivação de direitos sociais no decurso do desenvolvimento territorial de apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários, sistematizado na comercialização justa e solidária, na organização, no assessoramento técnico, na formação e na formalização.

Esses espaços públicos de comercialização da economia solidária, possuem uma multiplicidade de conceitos e definições, possíveis de se identificar nos principais elementos que o caracterizam. E no exercício de construir de uma concepção referente aos mesmos, é possível afirmar que são estruturas físicas coletivas de apoio e fomento da comercialização com feiras, lojas baseadas nos princípios do comércio justo e solidário, oficinas de aprimoramento e apoio ao artesanato, cooperativas de reciclagem, iniciativas de finanças solidárias e de segurança alimentar e nutricional a partir das experiências de produção orgânica ou agroecológica, oriundas da agricultura familiar.

Os Centros Públicos de Economia Solidária são portanto, equipamentos que almejam incluir em sua gestão e funcionamento princípios solidários, como a autogestão, cooperação e solidariedade, e por incluir os EES em sua gestão, acaba adotando isso como elementos de gestão, apontando para um modelo caracterizado por esta multidimensionalidade (econômica, política, social; convivência) e assim sendo, Pedrini (2000) assimila a incidência de uma caracterização multidimensional, expressada em quatro dimensões distintas: face econômica, como uma empresa autogestionária que busca a sua autonomia e sustentação; dimensão política, que procura o desenvolvimento da consciência crítica e do exercício de cidadania; aspecto social, com o envolvimento e participação em espaços organizativos comunitários para que os direitos de cidadania sejam garantidos; e a face da convivência, que implica as trocas de afeto, de saberes e na consciência de pertencimento ao grupo.

Dado o exposto, a constituição de Centros Públicos de Economia Solidária articulados pela SENAES, ambicionando o incentivo e suporte aos empreendimentos econômicos solidários dos municípios e regiões brasileiras, teve o apoio e o convênio com governos municipais como primordiais, em razão de envolver reformas nos espaços físicos e o fornecimento de equipamentos, mobília, materiais permanentes e de consumo. Assim, com o objetivo de garantir a transparência e o envolvimento das diversas organizações da sociedade civil que colaboram com a economia solidária, foi criado um instrumento nomeado Termo de

Referência, para orientar o desenho e a execução dos trabalhos dos Centros Públicos, como forma de fortalecer e dar visibilidade.

O Termo de Referência foi um modelo definido pela SENAES em 2005 e instituiu um marco significativo para a promoção da economia solidária no Brasil. Desde então, um conjunto variado de experiências delinearam diretrizes essenciais que ocasionaram na implementação de modelos coletivos e autogestinários que constituem o campo da economia solidária e outorgam a viabilidade de suplantar a situação social do trabalho assalariado, afastando dessa forma, a conversão de miseráveis em trabalhadores que estarão vivenciando a alienação e a exploração no trabalho.

Em síntese, o Termo de Referência auxilia na implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária, determinando critérios objetivos, finalidade e metodologia de funcionamento, características básicas, nas quais são remodeladas e adaptadas as necessidades locais.

VII – GESTÃO DOS CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:

Os Centros Públicos de Economia Solidária deverão ter como gestor um Conselho de Gestão – CG, que deve estabelecer seu regimento interno, definir o papel dos seus membros e, se for o caso, constituir outras instâncias a ele vinculadas.

A responsabilidade pela administração executiva dos Centros Públicos de Economia Solidária é da instância governamental proponente, que terá a iniciativa de chamar os diversos atores (item 1 – Da Composição, abaixo) para dar início ao processo de escolha dos membros do CG.

1 – Da Composição do Comitê de Gestão - CG:

O CG deve representar a diversidade dos atores que compõem a economia solidária e deve garantir um mínimo de 60% de representação da sociedade civil. Esta deverá ser composta por no mínimo dois terços de representantes de empreendimentos econômicos solidários.

A representação governamental compreende os 40% do total dos membros. Sempre que possível sua composição deverá ter representantes do poder público municipal, estadual e federal.

2 - Atribuições do Comitê de Gestão - CG:

decidir sobre o acolhimento de novos parceiros a agregarem-se ao Centro;
decidir sobre a ocupação e distribuição dos espaços dentro do Centro;
decidir sobre as atividades e eventos a serem realizados dentro do Centro;
discutir e definir o planejamento anual das atividades do Centro;
garantir o bom andamento das atividades desenvolvidas dentro do Centro;
acompanhar a execução dos convênios relativos às atividades dos Centros Públicos;
agregar novas atribuições às suas competências, quando assim julgar necessário;
realizar audiências públicas para discussão de pautas relacionadas à gestão, definição de políticas, prioridades de alocação dos recursos financeiros e outras que o CG julgue pertinente.

3 – Do mandato e escolha dos membros do CG:

O mandato de cada membro do Conselho de Gestão será de 2 (dois) anos, cuja escolha observará o seguinte procedimento:

para os representantes da sociedade civil, as regras de escolha e inscrição deve ser estabelecida previamente por edital público;

no caso dos gestores governamentais, seus representantes devem ser designados, sempre que possível, por órgãos que tenham políticas direcionadas de economia solidária.

4 – Das consultas públicas:

A consulta pública é um instrumento de participação popular em que o interessado submete à aprovação da sociedade civil uma determinada ação cujos benefícios serão de interesse da população local. É um instrumento de apoio ao processo decisório para a implantação dos Centros Públicos de Economia Solidária, que visa dar total transparência à sua consecução. O debate amplo e aberto sobre a proposta de Centro Público é o que a SENAES/MTE busca garantir ao propor essa forma de participação.

Os Centros Públicos de Economia Solidária devem estar comprometidos com os princípios que regem a economia solidária e promover a ampla participação de todos os envolvidos com a promoção e difusão da economia solidária.

Nesse sentido é obrigatória a inclusão no seu regimento da realização de pelo menos uma consulta pública por ano, seja ela audiência pública (preferencialmente) ou outro instrumento congênere que permita a participação popular, onde serão definidas as prioridades orçamentárias e estratégicas do Centro Público, além da prestação de contas das atividades desenvolvidas no exercício anterior. (MTE/SENAES, 2009, p.07-09)

Torna-se relevante destacar, que os Centros de Economia Solidária desempenham um papel vital na construção da auto-organização laboral através dos próprios trabalhadores, proporcionando-lhes experiências na promoção da cooperação que contribuem para o desenvolvimento de suas habilidades e aptidões. Essas experiências de execução de políticas públicas emancipatórias organizadas nesses espaços, estimulam e fortalecem os laços comunitários, pautando uma abordagem holística, que não contribui apenas para o crescimento econômico, mas também nutre um senso de comunidade e solidariedade que é fundamental para o desenvolvimento humano.

Portando, nessa conjuntura apresentada, os Centros Públicos de Economia Solidária se destacam por sua capacidade de produção, comercialização e divulgação dos produtos dos Empreendimentos Econômicos Solidários. E também, por serem agentes de mudança, possibilitando o caminho para uma economia mais justa e igualitária, conforme o interesse da comunidade, sendo capaz de desencadear outros projetos coletivos sob o prisma da autogestão, como padarias comunitárias, creches comunitárias, rádios comunitárias e afins.

2.6 INSERÇÃO DOS CENTROS PÚBLICOS NA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Com a Revolução Industrial, modelos de gestão foram desenvolvidos para atender às necessidades das organizações cujo objetivo primordial era o lucro. Assim, princípios como a centralização do poder, a racionalização do trabalho e dos processos produtivos e a racionalidade instrumental, se tornaram orientações para a formação da prática administrativa fundamentada na competitividade.

As pesquisas tradicionais sobre modelos de gestão, são evidenciados pela utilização de conceitos e teorias voltadas para empresas privadas e organizações públicas estatais. No entanto, os modelos de gestão coletivos e autogestionários da economia solidária, divergem bastante daqueles estudados pelas escolas tradicionais. À vista disso, compete, antes de abordar esse formato de gestão, definir essas organizações das quais ela é uma dimensão.

As organizações da economia solidária compreendem um agrupamento de empreendimentos que procuram dar respostas a determinados problemas locais específicos. O termo visa “num primeiro momento, indicar, por um lado, a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade; e, por outro lado, sugere-se (com estas experiências) a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas” (FRANÇA FILHO, 2001, p.248).

Os princípios que direcionam essas organizações estão intimamente relacionados à perspectiva da inovação social – IS, tendo em vista que ambos focam no enfrentamento das necessidades da sociedade e no potencial para desenvolver novas relações entre a sociedade, o mercado e o Estado, voltadas ao destaque das comunidades (NESTA, 2014; YOUNG FOUNDATION, 2010; MURRAY, CAULIER-GRICE & MULGAN, 2010). Inovação com esse tipo de característica, é um robusto catalizador do desenvolvimento de organizações voltados para o trabalho social, em razão de ofertarem novas possibilidades de estruturação, de produtos e de relação entre as esferas da sociedade.

Portanto, podemos afirmar que a economia solidária tem promovido o desenvolvimento da inovação social (NEAMTAM, 2002). De acordo com Bouchard (2011), é um laboratório de inovação social que, juntamente com outros atores, esboça programas para economias que não estejam separadas nem do social nem da esfera política.

No cerne dessas circunstâncias, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES implantou inúmeras ações e programas que propiciaram um avanço notável nas políticas públicas de economia solidária. A Secretaria teve como destaque estratégico em 2004, o estímulo aos Estados e Municípios para estabelecerem Centros Públicos de Economia Solidária, na ocasião em que foi lançado um programa que incentivava os gestores municipais a concorrerem aos editais para obtenção de recursos destinados à construção desses equipamentos públicos de economia solidária. As Prefeituras como contrapartida, deveriam adotar programas, políticas e ações com foco na Economia Solidária, utilizando o Centro Público como plataforma para a implementação dessas iniciativas (SENAES, 2010).

O programa em questão, não só estimulou os gestores municipais a participarem desse processo, mas também se destacou como um marco fundamental na promoção de políticas públicas de economia solidária. Fato esse, evidenciado nas assinaturas dos termos de referências entre a SENAES e as prefeituras, com orientações visando o comprometimento da gestão municipal em fazer uso do equipamento, visando o fomento da Economia Solidária por um período mínimo de cinco anos. Outro fator relevante, era a necessidade do estabelecimento através de escolha democrática, de um Conselho Gestor do Centro Público, tendo a composição de integrantes da sociedade civil (50%) e do governo (50%).

Dentro dessa abordagem, merece destaque no âmbito dos governos estaduais, o Programa de Ações Estaduais Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial – PAIES, cuja finalidade principal consistiu no apoio para a implementação de iniciativas integradas de economia solidária como estratégia para promover o desenvolvimento local e territorial sustentável, tendo como objetivo superar a extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias (SINGER; MARINHO, e SCHIOCHET, 2013). Através desse programa, foram firmados pela SENAES no período de 2010 a 2012 em todo território nacional, 64 convênios com órgãos públicos ou entidades da sociedade civil. Dentre esses convênios, 18 foram firmados com governos estaduais, totalizando mais de R\$ 54 milhões de reais, onde uma das metas cruciais desse Programa, constava a implementação de Centros Públicos de Economia Solidária.

Sob a perspectiva da promoção e estruturação das políticas públicas de economia solidária através dos Centros Públicos, Fagundes & Carneiro (2021, p.3) percebem que estes espaços representam mais “um campo de experimentação de modelos de gestão e implementação da política do que uma padronização de modelos de funcionamento desses equipamentos”. Dessa maneira, demonstrando uma diversidade de modelos de gestão adotados nesses espaços, refletindo a variedade de abordagens e estratégias utilizadas como contribuição para as políticas públicas de economia solidária localmente e regionalmente.

No que se refere a gestão desses espaços, um elemento fundamental é a participação dos EES através da constituição de Comitês Gestores como um modelo participativo de gestão posto em prática pela SENAES. Vale salientar, que esta não é uma prática restrita apenas aos Centros Públicos, contudo, ela visa garantir a representatividade e a participação ativa dos diversos atores envolvidos, especialmente os empreendimentos e a sociedade civil organizada.

Ao longo do último século, a administração de uma forma abrangente, passou por diversas mudanças. Em seu estudo, Faria (2001) apresenta um modelo fundamental que classifica diferentes tipos de gestão, conforme ilustrado no quadro 7 abaixo:

Quadro 7 - Modelo Básico de Tipos de Gestão

COMO ADMINISTRA QUEM ADMINISTRA	ISOLADAMENTE	EM GRUPO	COLETIVAMENTE
Um	Heterogestão Absoluta/Monárquica	Gestão Participativa Consultiva	Gestão Participativa Representativa
Poucos	Heterogestão Relativa/Oligárquica	Gestão Participativa Grupal	Gestão Cooperativa/Associativa
Muitos	Gestão Anárquico Individualista/Oclocrática	Co-Gestão	Autogestão Democrática/Solidária

Fonte: Adaptado pelo autor com base no FARIA (2001).

O termo "gestão" (management em inglês) pode ser definido como o “o conjunto de ações, métodos e processos de direção, organização, assimilação de recursos, controle, planejamento, ativação e animação de uma empresa ou unidade de trabalho” (HERMEL, 1990, p.75). Sua aplicação não se restringe apenas à direção de uma empresa, mas abrange todos os envolvidos no processo produtivo. Contudo, o nível de envolvimento e a natureza da participação podem variar a cada caso.

Levando em conta o contexto em questão, dos diversos tipos de participação, temos:

- a. a participação nos meios;
- b. participação nos processos;
- c. a participação nos resultados.

O autor Hermel (1990) propõe uma análise de quatro fatores para classificar a participação:

1. a natureza (financeira, ativa, etc.);
2. o nível (forte ou fraco, etc.);
3. os atores (conjunto de pessoas, corpo diretivo, etc.);
4. a mediação (participação direta, indireta, por meio de sindicatos, representantes, etc.).

Portanto, a Gestão Participativa pode ser interpretada como uma modalidade de administração em que um indivíduo ou poucos administram, envolvendo um conjunto de trabalho ou a coletividade de maneira geral. A natureza da Gestão Participativa pode ocorrer de acordo com a abordagem administrativa ou das pessoas encarregadas para administrar, manifestando-se em formas como consultiva, grupal ou representativa.

A conceituação do termo "participação" no contexto organizacional pode ser abordada por diversos enfoques. Mendonça (1987) propõe uma compreensão e categorização do termo em quatro dimensões:

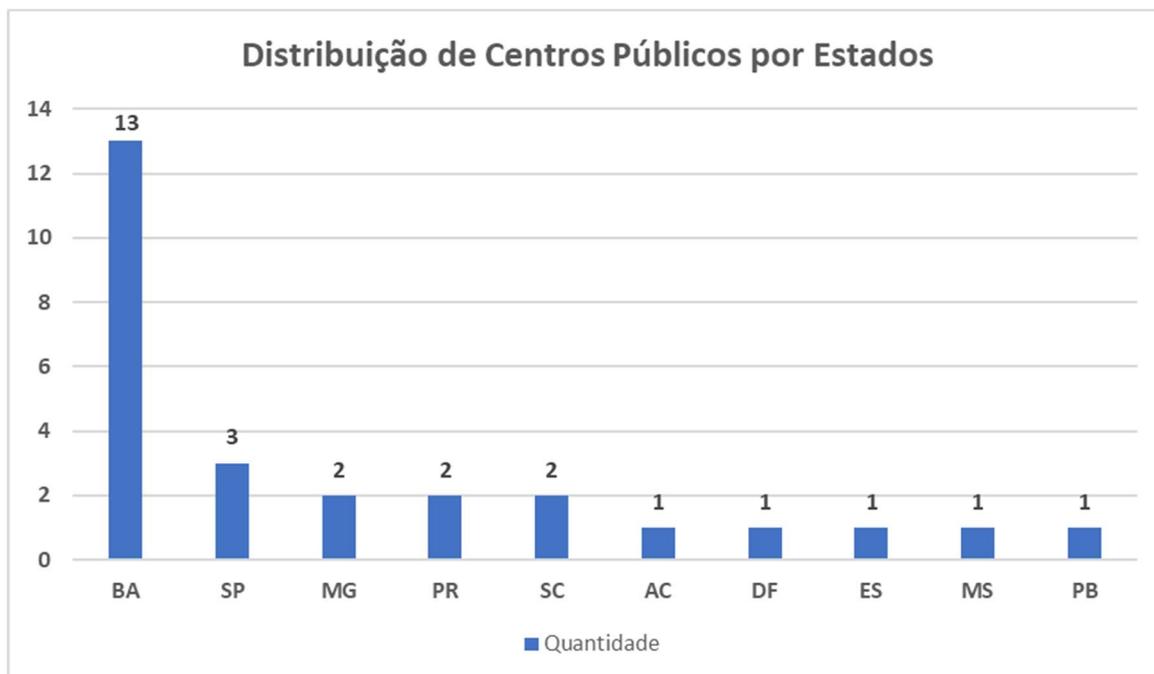
1. Socialista;
2. Democrática;
3. Relações e desenvolvimento humano;
4. Produtividade e eficiência.

Em vista disso, a gestão participativa pode viabilizar o envolvimento e mobilização de todos os envolvidos, sem exceção. Mesmo que exista alguém ou um grupo com uma posição hierárquica superior designada de organizar, as decisões sobre o que ocorrerá e como ocorrerá dependerão da opinião da maioria dos trabalhadores na organização, possibilitando uma abordagem coletiva e a geração de ideias que não seriam viáveis sem esse modelo de gestão participativa.

Essa reflexão sobre uma gestão participativa no contexto da administração pública e produção de serviços públicos, guarda uma relação próxima com as definições e práticas de coprodução e cogestão de serviços públicos. Isso em decorrência da cogestão de serviços públicos envolver a participação ativa de cidadãos e funcionários públicos no planejamento (design) e na implementação (entrega) de bens e serviços públicos (NETO; SALM; SOUZA, 2014). Em se tratando do modelo de administração inicial dos Centros Público, especialmente com a formação dos Comitês Gestores, os gestores municipais e os EES estariam desempenhando um papel crucial tanto na fase de concepção da estrutura dos referidos equipamentos públicos de economia solidária e seu vínculo com a política local (formato e conteúdo), quanto na etapa subsequente de implementação e operação cotidiana nesses locais (gestão).

Em pesquisa baseada em um estudo exploratório tendo como finalidade identificação das gestões públicas municipais e estaduais que criaram Centros Públicos de Economia Solidária no período de 2005 a 2019, Fagundes & Carneiro (2021) mapearam 27 centros públicos localizados em diversas regiões do território brasileiro. Sob essa abordagem tratada, a Bahia se evidencia com um total de 13 Centros Públicos em seu território, conforme demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Distribuição dos centros públicos por Estados

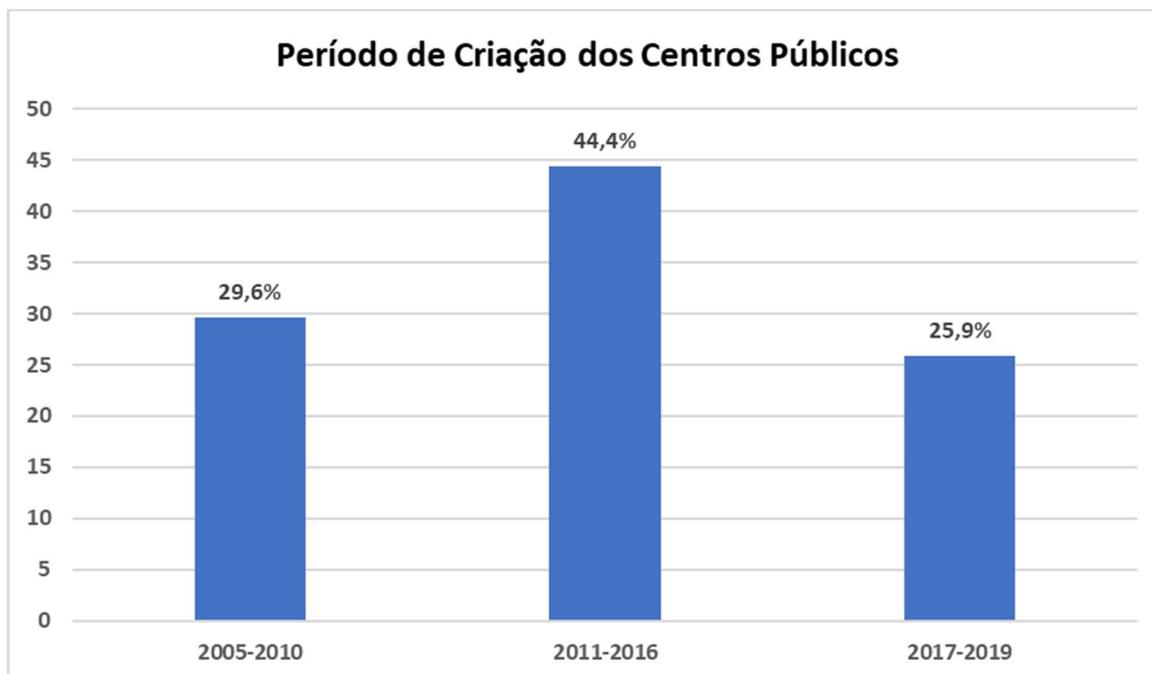


Fonte: Fagundes; Carneiro (2021).

Ainda sobre o estudo em questão, foi estruturada uma segmentação temporal com o intuito de identificar os motivos que influenciaram na criação desses Centros Públicos, com o primeiro intervalo (2005-2010) abrangendo um período suscetível às políticas iniciais da SENAES, incluindo o Programa de Disseminação de Políticas Públicas e os Termos de Referência estabelecidos com as prefeituras. Num segundo intervalo (2011-2016), há uma redefinição da atuação da SENAES nas diretrizes do governo federal, sobretudo no contexto das iniciativas do Programa Brasil Sem Miséria. É nesse contexto que o PAIES e os acordos firmados com os estados e municípios para a criação de Centros Públicos merecem destaque. Por último, uma terceira fase (2017-2019) corresponde a um contexto sem a presença ativa da SENAES.

O Gráfico 6 aponta que 44% dos Centros Públicos foram estabelecidos no período entre 2011-2016. Entretanto, também se observam casos que remontam a primeira etapa, correspondendo a 29,6%, além de uma continuidade na criação desses equipamentos em um terceiro momento, com 26% entre 2017-2019. A pesquisa ainda evidenciou o exemplo do estado da Bahia, onde 1 Centro Público foi instituído no primeiro período (2008), com uma concentração maior no segundo período, com 8 Centros Públicos entre 2013 e 2016). E com 4 Centros Públicos, preservou a criação no terceiro período entre 2017 e 2019.

Gráfico 6 - Período de Criação dos Centros Públicos de Economia Solidária



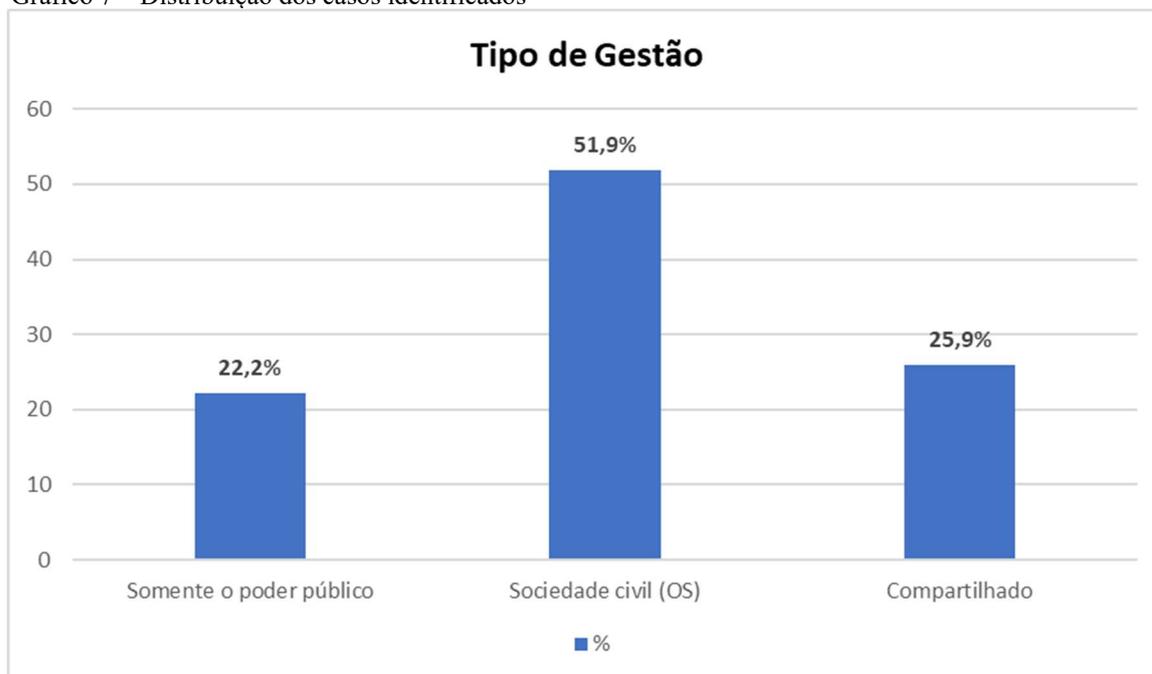
Fonte: Fagundes; Carneiro (2021).

Em suas análises, Fagundes & Carneiro evidenciam que todos os centros públicos têm algum tipo de legislação que os relaciona ao fomento da economia solidária em seus territórios. Essa legislação pode ser mais específica para o equipamento público em questão ou pode ser uma legislação mais abrangente, como uma lei que institui a política ou programa municipal/estadual que vincula os Centros Públicos como equipamentos públicos da economia solidária. Independentemente do tipo de legislação, percebe-se a importância de um marco legal como um fator determinante para a permanência desses equipamentos ao longo do tempo. A mudança frequente de gestões não se mostrou um motivo de extinção dos Centros Públicos, e, em muitos casos, a existência de uma legislação foi apontada como o motivo para a continuidade desses espaços, mesmo que de maneira precária, nas localidades. Esses espaços, em alguns casos, se tornaram referências para ações de fomento à economia solidária.

Referente a dimensão de gestão e suas particularidades, a pesquisa classificou os modelos em três categoriais, sendo que: a) somente poder público: este modelo destaca que o responsável direto pela gestão é somente o poder público. Neste caso os EES e demais atores são públicos do Centro, mas não participam do processo de decisão e de gestão do espaço. b) sociedade civil: neste modelo tem-se uma parceria ou transferência da gestão para uma organização da sociedade civil, quase sempre inscrita como uma Organização Social (OS). Neste caso as decisões e gestões dos centros públicos cabem a esta OS que possuem algum tipo de contrato com o poder público. Nestas OS podem ou não ter a participação direta de EES. c) compartilhado. Este modelo ilustra o modelo inicial proposto pela SENAES no qual a gestão seria compartilhada entre gestores e EES. Por sua vez, destaca-se que esta gestão compartilhada também pode incluir outros atores da sociedade civil, como entidades de apoio e fomento (FAGUNDES; CARNEIRO, 2021, p. 9 e p. 10).

Conforme essa categorização, o gráfico 7 exhibe a distribuição dos casos identificados:

Gráfico 7 – Distribuição dos casos identificados



Fonte: Fagundes; Carneiro (2021).

Os autores dão relevância ainda, ao fato de que dos 14 Centros Públicos que possuem Organizações da Sociedade Civil na gestão, 13 estão localizados no estado da Bahia, o que caracteriza uma abordagem particular de gestão desse Estado. No estado de São Paulo, a gestão é predominantemente realizada pelo Poder Público, apresentando três casos identificados. Em outros estados, observamos uma diversidade de modelos de gestão, com destaque para a gestão compartilhada em 7 Centros Públicos. O Quadro 6 oferece informações previstas sobre a classificação das gestões no mapeamento dos 27 Centros Públicos.

Quadro 8 - Sistematização das informações sobre gestão

Centros Públicos	Gestão
Centro Público de Economia Popular Solidária do Município de Contagem (CPEPS)	Somente o poder público
Centro Público De Economia Solidária	Somente o poder público
Centro de Economia Solidária de Rio Branco	Somente o poder público
Centro Público de Economia Solidária de Diadema	Somente o poder público
Centro Público de Economia Solidária e Direitos Humanos	Somente o poder público
Centro Público de Economia Solidária "Paul Israel Singer"	Somente o poder público
Centro de Economia Solidária de São José dos Pinhais	Sociedade civil (OS)
CESOL RMS 1 – Salvador	Sociedade civil (OS)
CESOL Bacia do Jacuípe	Sociedade civil (OS)

CESOL Litoral Sul	Sociedade civil (OS)
CESOL Sertão São Francisco	Sociedade civil (OS)
CESOL Recôncavo	Sociedade civil (OS)
CESOL Sertão Produtivo	Sociedade civil (OS)
CESOL Piemonte Norte de Itapicuru	Sociedade civil (OS)
CESOL Irecê	Sociedade civil (OS)
CESOL Sisal	Sociedade civil (OS)
CESOL Sudoeste e Itapetinga	Sociedade civil (OS)
CESOL Baixo Sul	Sociedade civil (OS)
CESOL RMS 2 – Lauro de Freitas	Sociedade civil (OS)
CESOL Chapada Diamantina	Sociedade civil (OS)
Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul (CCES/MS)	Compartilhado (gestores, sociedade civil e EES)
Centro Público de Economia Solidária de Itajaí	Compartilhado (gestores, sociedade civil e EES)
Centro Público de Economia Solidária Mário Faccio	Compartilhado (gestores, sociedade civil e EES)
Centro Público de Economia Solidária-BH (CPES-BH)	Compartilhado (gestores, sociedade civil e EES)
Centro Público de Economia Solidária Arte e Café	Compartilhado (gestores, sociedade civil e EES)
Centro Público de economia popular e solidária do Distrito Federal (CEPES – DF)	Compartilhado (gestores, sociedade civil e EES)
Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba	Compartilhado (gestores, sociedade civil e EES)

Fonte: Fagundes; Carneiro (2021).

A interconexão dos elementos participativos no processo de implementação desses equipamentos públicos de economia solidária, cria um ambiente propício para que as contribuições de cada participante se complementem, resultando em um impacto mais significativo e duradouro no desenvolvimento socioeconômico local.

Em relação aos atores que participam dos centros públicos, destaca-se além dos próprios EES, outras entidades de apoio e fomento de caráter local e regional. No caso da Bahia, especialmente, se acentua a presença de Organizações Sociais (OS). No tocante às atividades realizadas, a principal atividade é a comercialização de produtos da economia solidária, sendo um dos principais motivos de criação dos centros públicos. Mas por sua vez, é importante destacar a presença de outras atividades, sobretudo de assessoramento técnico aos EES e realização de oficinas e capacitações diversas, o que reafirma o caráter multifuncional destes espaços como local de referência para a Política de Economia Solidária em seus territórios.

Os dados até aqui apontam para diferenças de funcionamento dos CPs. Não temos de fato um padrão de organização e gestão destes espaços. Estas diferenças podem estar ligadas a contextos, recursos e capacidades estatais bem específicos dos territórios, ou envolver características que abarquem uma discussão mais ampla da atuação destes sujeitos sociopolíticos na gestão das políticas públicas e, mesmo da concepção e importância dada sobre o lugar dos Centros Públicos na estruturação da política de economia solidária nos territórios. Desta forma, a pesquisa procurou dialogar com

alguns Gestores de Centros Públicos para melhor compreender suas diferenças e inserções na política local (FAGUNDES; CARNEIRO, 2021, p. 12).

O Quadro 9 apresenta um resumo em relação a cada característica principal dos três Centros Públicos analisados nesta fase:

Quadro 9 - Principais características dos Centros Públicos de Londrina, Lauro de Freitas e Estadual da Paraíba

Centro Público de Londrina (PR)	Centro Público de Lauro de Freitas (BA)	Centro Público da Paraíba (PB)
Ano de criação 2005	Ano de criação em 2019	Ano de criação 2017
Ilustra um modelo de CP que foi criado no início da SENAES, levando em consideração os termos de referência adotados em 2007 e as contrapartidas exigidas das prefeituras.	Reflete um modelo adotado no Estado da Bahia, no qual o Governo do Estado implementa a política por meio de convênios com OS.	Se refere a uma Gestão Estadual, mas diferentemente do caso baiano, é o único no Estado e conta com Gestão compartilhada.
A gestão do espaço é dividida entre a gestão municipal, instituição parceira (OSC) e os EES, os quais são responsáveis pela gestão estrutural, gestão de atividades e da comercialização, respectivamente.	A gestão do espaço, em um primeiro momento (2008) era realizada pelo Estado, mas atualmente é exercida por Organizações Sociais que possuem contrato de Gestão com o SETRE.	A gestão é dividida entre gestão Estadual (gerente do Centro Público) e EES (realização de edital de seleção dos EES, que para comercializar criaram uma cooperativa).
A Política Municipal se estrutura a partir do Centro Público (sede administrativa e social da política municipal). Possuem outros equipamentos e ações em diversos bairros da cidade.	A política pública estadual se estrutura a partir dos Centros Públicos, sendo organizado uma descentralização em diversos territórios de identidade.	O Centro Público faz parte da Política Estadual, mas não é a centralidade da política. Conta com apenas 1 centro público e descentraliza a política no Estado a partir de Casas de Economia solidária (4 existentes) e realização de Feiras.

Fonte: Fagundes; Carneiro (2021).

As pesquisas aprofundadas nos Centros Públicos de Londrina (PR), Lauro de Freitas (BA) e Paraíba (PB) realizadas por Fagundes e Carneiro (2021) forneceram percepções valiosas sobre as nuances dessas iniciativas em diferentes contextos regionais. Ao intensificar no cerne dessas práticas específicas, os pesquisadores possibilitaram uma compreensão mais holística e contextualizada dos desafios e das experiências exitosas associadas aos Centros Públicos de Economia Solidária.

No caso de Londrina (PR), os pesquisadores podem ter identificado padrões únicos relacionados à dinâmica econômica local, às características da comunidade e à forma como os atores locais se envolvem no centro. Esta abordagem específica oferece uma visão aprofundada sobre como as peculiaridades regionais influenciam a implementação e os resultados dessas iniciativas, permitindo a formulação de estratégias mais alinhadas com a realidade local.

O caso do CP de Londrina ilustra um modelo que foi criado no início da SENAES, levando em consideração os termos de referência adotados em 2007 e as contrapartidas exigidas das prefeituras. A gestão no Centro Público envolve três

atores: o gestor ligado à Secretaria de Assistência Social, que é responsável pela gestão administrativa; o coordenador e os técnicos da instituição parceira que são encarregados da gestão das atividades; e os empreendimentos que são responsáveis pela comercialização. Isto significa que o modo como o Centro Público opera sua gestão nos dias de hoje, diverge do planejado inicialmente, dado que a gestão seria uma atribuição do poder público. O Centro Público de Londrina corresponde a uma sede administrativa e social da Política de Economia solidária municipal, além de ser um espaço de formação e de assessoria. É visto pelo entrevistado como uma peça-chave para a gestão da política municipal.

O caso do CP de Londrina exemplifica aquela questão de permanência deste equipamento durante estes anos, pois como os relata o entrevistado, a continuidade no tempo do centro público londrinense, se deve, entre outros fatores, pelo fato do município ter criado uma legislação que instituiu o Centro Público. Além disto, destaca que o modelo de gestão foi sendo alterado durante este período. A continuidade do CP levou a gestão municipal a amadurecer aspectos de gestão do CP, uma vez que alteraram o formato de gestão (inicialmente com gestão exclusiva do poder público; depois a proposta de criação de cooperativa; e atualmente a gestão conta com a contratação de uma Organização Social, que faz a gestão de forma partilhada com os EES e o poder público) (Fagundes & Carneiro, 2021, p. 13 e p. 14).

Analogamente, a análise em Lauro de Freitas (BA) pode ter revelado nuances distintas, considerando os fatores culturais, históricos e socioeconômicos dessa região. Compreender como a economia solidária se entrelaça com as características locais é crucial para adaptar as políticas e programas, garantindo uma resposta mais efetiva às demandas específicas dessa comunidade.

Sobre o caso do estado da Bahia, a entrevista ocorreu com a Gerente do Centro Público de Lauro de Freitas, um dos CPs existentes no estado. De acordo com a entrevistada, a política desenvolvida pela Secretaria de Trabalho, Renda e Emprego foi composta em concordância com as fragilidades e características de cada território, dado a extensão do estado baiano e suas diversidades, os Centros Públicos estão espalhados por todo território e cada Centro é responsável pela venda de produtos característicos da sua respectiva região. Além disso, segundo a entrevistada, os CPs são os principais atores da economia solidária no Estado.

No caso da Bahia também encontramos mudanças no modelo de gestão durante os períodos analisados. Em 2007, quem fazia a gestão dos Centros Públicos era o Governo do Estado diretamente, mas a partir de 2012, foram lançados editais públicos para que Organizações Sociais ficassem responsáveis pela gestão destes espaços. A contratação das Organizações Sociais cria, no estado, termos de referência (contratos de gestão) de modo que sejam realizadas determinadas atividades como comercialização, assessoria, formações, entre outras. Atualmente, de acordo com a entrevistada, os Centros Públicos estão voltados para uma estratégia que visa a inserção comercial e melhoramento do produto, assim como a introdução dos produtos no comércio tradicional. Os centros públicos baianos têm particularidades, todavia, em geral constituem o eixo de execução da política pública no Estado, uma vez que priorizou a descentralização nos Territórios de Identidade e a expansão da política estadual se dá a partir dos CPs e suas articulações territoriais (Fagundes & Carneiro, 2021, p. 14).

Já no contexto de Paraíba (PB), é possível que a pesquisa tenha destacado elementos únicos relacionados à participação da comunidade, aos desafios estruturais ou às oportunidades específicas dessa região. Essa análise mais detalhada pode ser instrumental para identificar

melhores práticas, bem como áreas que exigem intervenção específica para fortalecer a economia solidária.

A respeito do Centro Público Estadual de Economia Solidária da Paraíba, o entrevistado foi o Gerente do Centro Público Geral. O CP foi resultado do Programa de Ações Integradas de Economia Solidária, sendo uma demanda dos empreendimentos econômicos solidários. O entrevistado participou da implantação do Centro, que realizou-se a partir do diálogo com a sociedade civil através de comissões gestoras criadas para este fim.

A gestão do centro público é compartilhada entre o estado e os empreendimentos econômicos solidários, sendo que os EES participantes foram selecionados a partir de um edital de seleção e para realizarem as atividades de comercialização foi constituída uma cooperativa (ECOSOL-PB). A cooperativa, inicialmente, contava com 40 grupos de economia solidária, nos diferentes segmentos (artesanato, agricultura familiar, alimentação urbana; finanças solidárias e catadores de materiais recicláveis) de todas as regiões do estado da Paraíba. Esta cooperativa fica responsável pela gestão e comercialização do espaço da loja, enquanto o Estado (gestores públicos) se responsabiliza pela gestão dos demais espaços.

O Centro Público realiza oficinas, formações e comercialização. No que tange aos aspectos de assessoramento técnico, o governo do Estado abriu edital para selecionar entidades que pudessem realizar assessoria aos EES no âmbito estadual. Contudo, esta assessoria não está inserida no Centro Público, apesar de ter fornecido apoio aos EES da cooperativa formada no CP. Diferentemente do caso baiano, no estado da Paraíba, existe apenas um centro público, sendo que em outras regiões do estado, optou-se pela criação de Casas de Economia Solidária (são 4 distribuídas pelo território paraibano), principalmente em parceria com governos municipais, EES e fóruns de economia solidária locais. Uma das principais dificuldades consideradas pelo entrevistado está nos processos de comercialização, sua expansão e atuação em rede com as Casas de Economia Solidária. Percebe-se que apesar da importância do CP na promoção da economia solidária no Estado, este não é visto como um eixo estruturante da política estadual. Além disto, a opção de descentralização da política no território abarca outras estratégias, como a implantação de Casas de Economia solidária que em termos de infra-estrutura e de oferta de serviços tende a ter menores custos e facilidades maiores de parcerias, mas como citado, tem dificuldades de uma estratégia de comercialização e atuação em rede (FAGUNDES; CARNEIRO, 2021, p. 14 e p. 15).

A análise abrangente sobre os modelos de gestão participativa dos Centros Públicos de Economia Solidária, revela aspectos cruciais relacionados ao desenvolvimento e à continuidade da política de economia solidária no Brasil. A presença significativa desses equipamentos públicos de economia solidária em diversas regiões do país, mantendo-se ao longo do tempo, destaca sua resiliência mesmo diante do desmonte federal da política pública de economia solidária entre os anos de 2016 e 2022. Essa persistência é atribuída não apenas a iniciativas autônomas dos governos locais, mas também à influência da articulação realizada pela SENAES, evidenciando um legado que contribui para a experimentação de modelos de gestão.

Além disso, a diversidade nos modelos de gestão dos Centros Públicos reflete não apenas questões locais, mas também levanta importantes reflexões sobre o papel desses equipamentos no fortalecimento da economia solidária. Ao servirem como referência local para práticas solidárias, os Centros Públicos desempenham um papel crucial, mantendo-se não

apenas como pontos comerciais, mas como espaços multifuncionais que desempenham uma tarefa essencial na continuidade da política de economia solidária nos territórios. Apesar dos desafios e retrocessos, esses espaços são reconhecidos como locais de experimentação e inovação, sendo fundamentais para investigações mais aprofundadas.

Cabe destacar ainda, a variabilidade nas estratégias de inserção dos Centros Públicos na política de economia solidária, desde modelos baseados em contratos com organizações sociais até abordagens mais centralizadas pelo poder público. Essa diversidade, porém, suscita a necessidade de dados adicionais e pesquisas mais detalhadas para compreender completamente os contextos de criação, gestão e impacto desses equipamentos públicos de economia solidária na implementação da política pública. Em última análise, a conclusão é clara: os Centros Públicos de Economia Solidária não são meros instrumentos, mas sim elementos persistentes e inovadores na estruturação da política de economia solidária no Brasil.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO PARAIBANO

3.1 CENÁRIO PARAIBANO

Antes da última década, a economia solidária paraibana enfrentava obstáculos significativos, que dificultaram um maior reconhecimento de sua importância como vetor de desenvolvimento socioeconômico. O cenário era marcado por desafios que limitavam a superação dos desafios históricos e a promoção de um ambiente mais propício ao seu desenvolvimento e crescimento. A ausência de apoio governamental consistente contribuía para a fragilidade das experiências solidárias, refletindo em um ambiente onde a colaboração e a sinergia entre Empreendimentos Econômicos Solidários eram dificultadas.

Contudo, a dinâmica desse panorama começou a se transformar nos últimos anos, quando o Estado da Paraíba passou a adotar de maneira abrangente, os princípios da cooperação, autogestão e solidariedade, fazendo com que a economia solidária paraibana florescesse em meio a uma diversidade de EES e iniciativas coletivas e autogestionárias. A riqueza cultural e a forte identidade comunitária do estado se refletem na crescente rede de cooperativas, associações e demais formas de organização solidária, impulsionando não apenas o desenvolvimento econômico, mas também promovendo a inclusão social e a sustentabilidade local. Nesse conjunto de circunstâncias, a economia solidária na Paraíba emerge como um modelo dinâmico e resiliente, capaz de transformar positivamente as condições de vida das

comunidades, evidenciando o potencial transformador desse campo na construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Essa mudança perceptível no direcionamento das políticas públicas locais ocorreu quando o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, divulgou no ano de 2011 o Edital nº 002/2011 para a promoção de ações integradas de economia solidária para o desenvolvimento local e territorial visando a superação da extrema pobreza. A principal meta desse chamamento público era oferecer diretrizes conceituais, metodológicas e operacionais para orientar a elaboração de projetos voltados à implementação de ações integradas de economia solidária. Essas ações visavam promover o desenvolvimento local e territorial sustentável, buscando superar a extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias.

No ano 2011, houve a execução da ação 20GG – Fomento, Capacitação Ocupacional e Assistência Técnica a Empreendimentos Populares e Solidários e a Trabalhadores concentrou-se na parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. O MDS apoiou financeiramente o Edital de Chamada Pública para apresentação de Projetos por Estados (Edital de Chamada Pública SENAES/MTE n.º 002/2011, disponibilizado no sítio do MTE – www.mte.gov.br). Foram apresentados 22 projetos e aprovados e classificados pela Comissão de Avaliação 19 projetos, para atendimento de 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) pessoas, superando a meta inicial de 15.000 (quinze mil) pessoas beneficiadas. Os projetos foram implementados por meio de convênios da SENAES/MTE com os Governos Estaduais (Brasil, 2011, p. 364).

Levando em consideração esses fatos, a possibilidade de concorrer ao edital com uma proposta paraibana, demandou da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH encaminhar sua proposta de projeto para avaliação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A proposta foi classificada em 6º lugar, conforme indicado pelos resultados da Chamada Pública nº 02/2011. Essa classificação é respaldada no relatório final do Comitê de Avaliação, divulgado em 06 de setembro de 2011:

Quadro 10 - Resultado da Chamada Pública nº 02/2011 SENAES/MTE

Ordem de classificação	UF do Proponente	Número da Proposta	Situação	Nome do Proponente	Nota
1º	MG	046577/2011	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego	98
2º	RN	047018/2011	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da	96

				Assistência Social- SETHAS	
3º	BA	048235/2011	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza - SEDES	79,5
4º	PE	046788/2011	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo de Pernambuco	78
5º	MS	047350/2011	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul	73
6º	PB	048238/2011	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano	68
7º	SC	048158/2011	Proposta/Plano de Trabalho enviado para Análise	Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação	63

Fonte: BRASIL - Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (2011).

O convênio para a implementação do Projeto de Ações Integradas de Economia Solidária foi assinado em 2011, representando um marco significativo no apoio às iniciativas de economia solidária. No entanto, o começo das atividades do projeto só teve início em 2014. Essa lacuna temporal entre a assinatura do convênio e o início efetivo das ações pode ter sido influenciada por uma série de fatores, como trâmites administrativos, ajustes nas estratégias de implementação ou mesmo questões logísticas. É válido considerar ainda, que o período entre a formalização do convênio e o início das atividades pode ter sido dedicado ao planejamento detalhado, alinhamento de parcerias e estruturação necessária para assegurar a eficácia do PAIES. Mas independentemente dos motivos específicos, a assinatura do convênio em 2011 marcou o compromisso governamental com o fomento à economia solidária, enquanto o ano de 2014 assinalou o ponto de partida para a efetivação das ações integradas propostas pelo projeto.

No início do PAIES na Paraíba, os dados analisados no contexto do segundo mapeamento de economia solidária no Brasil revelaram resultados promissores. A pesquisa constatou a presença de aproximadamente 14 mil trabalhadores e trabalhadoras distribuídas em 416 Empreendimentos Econômicos Solidários paraibanos. Essa diversidade de EES compreendia principalmente associações, representando 48,56% do total, seguidas por grupos

informais, que correspondiam a 45,91%, e cooperativas, que representavam 5,53% do conjunto (PARAÍBA, 2016).

Tabela 9 - Distribuição dos EES por tipo de formalização na Paraíba

Forma organizacional	Total	%
<i>Associação</i>	202	48,56
<i>Grupo informal</i>	191	45,91
<i>Cooperativa</i>	23	5,53
<i>Sociedade mercantil</i>	0	0
Total	416	100

Fonte: Adaptado pelo autor com base no Atlas Digital da Economia Solidária, (2023).

Esse rico detalhamento de iniciativas solidárias evidenciou o vasto potencial encontrado na Paraíba e proporcionou uma base sólida para as intervenções do PAIES, visando o fortalecimento e a consolidação da economia solidária como uma alternativa para a superação da pobreza extrema. A análise desses dados não apenas fundamentou o planejamento estratégico do projeto, mas também ressaltou a importância de promover a diversidade de formas organizacionais no âmbito da economia solidária, consolidando assim uma abordagem inclusiva e participativa.

As ações do Projeto de Ações Integradas de Economia Solidária na Paraíba foram conduzidas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano – SEDH e apresentou impactos expressivos no cenário socioeconômico local. Com um público beneficiário composto por 45 EES, as intervenções do PAIES alcançaram diretamente e indiretamente mais de 2.000 famílias. Os segmentos contemplados abrangem áreas estratégicas como artesanato, finanças solidárias, resíduos sólidos e agricultura familiar de base agroecológica, refletindo uma abordagem abrangente e inclusiva. Com um volume de investimento significativo, que totalizaram R\$ 2,39 milhões, o PAIES evidenciou o comprometimento com ações inovadoras no sentido de impulsionar o desenvolvimento sustentável na Paraíba, disponível as informações no quadro 11, a seguir:

Quadro11 - Relação dos EES contemplados no PAIES na Paraíba

REGIÃO	EES	MUNICÍPIO
Agreste	Associação das Artesãs Rurais de Chã Pereira	Ingá
Agreste	Associação dos Artesãos Rurais de Pontina	Ingá
Agreste	Projeto Mãos no Barro	Queimadas
Agreste	Grupo Mãos Criativas	Campina Grande
Agreste	Grupo de Artesãos da Pastoral Operária	Campina Grande
Agreste	Unidas pela Arte	Campina Grande
Agreste	Associação dos Artesãos da Rainha da Borborema – ARTEB	Campina Grande
Agreste	Associação das Mulheres Artesãs de Campina Grande – AMACG	Campina Grande

Agreste	Cooperativa de Produção de Alimentos Naturais LTDA – Mulheres em Ação	Campina Grande
Agreste	Cooperativa de Artesanato, Confecção, Vestuários e Afins das Malvinas – CACEMA	Campina Grande
Agreste	Mundo Natural	Campina Grande
Agreste	Núcleo de Mulheres Margarida Maria Alves	Campina Grande
Agreste	COTRAMARE	Campina Grande
Agreste	Cooperativa de Materiais Recicláveis – CATAMAIS	Campina Grande
Agreste	CAVI	Campina Grande
Agreste	ARENSA	Campina Grande
Cariri	Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro – APAM	Monteiro
Cariri	Cooperativa As Cabritas	Boa Vista
Cariri	Mulheres Rendeiras do Assentamento Santa Catarina	Monteiro
Cariri	Associação das Mulheres Artesãs Solidárias do Cariri	Serra Branca
Zona da Mata	D'Ângelos	João Pessoa
Zona da Mata	Arte com as Mãos	João Pessoa
Zona da Mata	Arte nas Mãos	João Pessoa
Zona da Mata	Criatividade Mil	João Pessoa
Zona da Mata	Semente da Vida	João Pessoa
Zona da Mata	Estrela Guia	João Pessoa
Zona da Mata	Artesãs Unidas Fazendo Arte – AUFA	João Pessoa
Zona da Mata	Grupo Girassol	João Pessoa
Zona da Mata	Grupo Arte e Vida	João Pessoa
Zona da Mata	Arte em Nós	João Pessoa
Zona da Mata	Espaço da Arte	João Pessoa
Zona da Mata	Artes Mil	João Pessoa
Zona da Mata	Maria Fuxico	João Pessoa
Zona da Mata	Vitoria	João Pessoa
Zona da Mata	Cozinha Verde	João Pessoa
Zona da Mata	Grupo de Produção Mulheres da Beira da Linha	João Pessoa
Zona da Mata	Grupo Nasceu para Arte	João Pessoa
Zona da Mata	Grupo Artístico	João Pessoa
Zona da Mata	Espaço da Arte	João Pessoa
Zona da Mata	Grupo Mãos de Fada	João Pessoa
Zona da Mata	Florescer com Arte	João Pessoa
Zona da Mata	Nasceu para Arte	João Pessoa
Zona da Mata	Grupo Fazendo Novidades	João Pessoa
Zona da Mata	Arte e Produção	João Pessoa
Zona da Mata	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de João Pessoa – CATAJAMPA	João Pessoa
Zona da Mata	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – ACAMPAR	João Pessoa
Zona da Mata	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis – ASCAREJP	João Pessoa
Zona da Mata	Grupo Mãos de Fada	João Pessoa
Zona da Mata	Florescer com Arte	João Pessoa
Zona da Mata	Associação dos Artesãos Farol de Cabedelo	Cabedelo

Zona da Mata	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Marcos Moura – COREMM	Santa Rita
Zona da Mata	Renda nas Mãos	Marí
Sertão	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Patos – ASCAP	Patos
	Associação de Apoio as Mulheres Patoense	Patos
Sertão	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Uiráuna – ASCAMARU	Uiráuna
Sertão	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Cajazeiras – ASCAMARC	Cajazeiras
Sertão	Grupo Mulheres Doce e Vida	Cajazeiras
Sertão	Grupo de Mulheres Arte e Vida	Cajazeiras
Sertão	Grupo de Mulheres Serra de Arara	Cajazeiras
Sertão	Grupo Doces e Bolos das Oliveiras	Pombal
Sertão	Núcleo de Mulheres Artesãs	Pombal
Sertão	Empreendedorismo Solidário	Pombal
Sertão	Quilombo dos Rufinos	Pombal
Sertão	Louceiras de Santa Luzia	Santa Luzia
Sertão	Beneficiamento de Alimentos – GRUBAS	Aparecida
Sertão	Grupo de Mulheres do Assentamento Acauã	Aparecida

Fonte: PARAÍBA – Governo da Paraíba – SEDH (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano) SESAES (Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária), 2019.

Outro ponto a considerar sobre o projeto, está relacionada com a abordagem participativa e colaborativa, fortalecendo sua implementação por meio de um Conselho Gestor composto por membros representativos da sociedade civil do movimento de economia solidária, dos EES, das incubadoras universitárias, dos movimentos sociais e representantes da gestão governamental, designados por portaria da SEDH. Sua formação estratégica visava fornecer a articulação essencial das ações do projeto, promovendo a integração entre diferentes setores da sociedade e garantindo um controle social eficaz sobre a execução das iniciativas do PAIES. Essa cooperação entre atores diversos contribuiu para uma governança participativa, garantindo a representatividade dos interesses envolvidos e fortalecendo o caráter democrático e inclusivo do projeto desde sua fase inicial.

A gestão do PAIES na Paraíba foi confiada à Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – FUNETEC PB, uma entidade de apoio vinculada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. A escolha da FUNETEC para gerenciar financeiramente o PAIES foi embasada em sua comprovada expertise na administração de recursos e projetos, uma competência essencial para garantir o fluxo financeiro adequado do projeto. A FUNETEC assumiu a responsabilidade crucial de administrar os recursos alocados ao projeto, desempenhando um papel fundamental na garantia da transparência, controle e

aplicação adequada dos investimentos realizados, consolidando, assim, a eficácia e a integridade da gestão financeira do PAIES na Paraíba.

Já a execução operacional dos trabalhos do PAIES na Paraíba foi confiada à Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba – INCUBES/UFPB. Especializada em empreendimentos solidários, a INCUBES desempenhou um papel fundamental na condução prática das atividades do PAIES no Estado. Sua participação incluiu orientação, capacitação e suporte técnico aos empreendimentos beneficiados pelo projeto. Esses grupos coletivos e autogestionários tiveram acesso a formações e capacitações técnicas, entre outras atividades, fortalecendo suas iniciativas e potencializando o sucesso de suas experiências. A expertise da INCUBES desempenhou um papel determinante na efetividade da execução operacional do PAIES, consolidando a importância de parcerias estratégicas para o sucesso de iniciativas inovadoras à economia solidária.

Sob essa perspectiva, a FUNETEC e a INCUBES desempenharam papéis complementares no âmbito do PAIES, no sentido de efetivar o alcance dos objetivos do projeto, como a geração de oportunidades de trabalho e renda, a formação de redes de cooperação e a promoção da inclusão social e produtiva, tornando-se um marco importante para a consolidação e fortalecimento da economia solidária na Paraíba. Essa cooperação estratégica entre as duas instituições evidenciou o compromisso conjunto em promover um impacto territorial significativo, alinhando esforços para a criação de um ambiente propício à sustentabilidade do projeto, garantindo uma gestão eficiente e um suporte adequado aos Empreendimentos Econômicos Solidários acompanhados pelo projeto.

A partir da experiência exitosa do PAIES na Paraíba, surge a necessidade de garantir o fortalecimento das ações voltadas para a segurança alimentar e economia solidária no Estado. Como resposta a esse contexto, a Medida Provisória nº 230/2015, sancionada em 02 de janeiro de 2015, criou a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES, uma iniciativa estratégica para consolidar e ampliar os avanços realizados até então pelo projeto. Nesse sentido, a missão da SESAES passa a ser o de fomento às políticas públicas de Segurança Alimentar e Economia Solidária no estado da Paraíba, assegurando a toda a população o direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade. Além disso, a secretaria visa garantir as diretrizes da cooperação, democracia, autogestão, desenvolvimento sustentável, solidariedade, comércio justo e consumo solidário no estado (PARAÍBA, 2019).

De acordo com o Relatório de Gestão 2015-2018 da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES (2018), o PAIES atingiu significativos avanços ao

concluir 81,75% da execução do projeto até o início de 2018, ano de término da vigência do convênio. Dentre as realizações destacam-se os equipamentos públicos de economia solidária, representando espaços fundamentais para o fortalecimento e promoção dos EES na Paraíba. Essas estruturas desempenham um papel crucial na consolidação das ações do PAIES, proporcionando suporte, capacitação e espaços de comercialização para os empreendimentos beneficiados, contribuindo assim para a sustentabilidade e desenvolvimento da economia solidária no estado, conforme demonstrado no quadro 12.

Quadro 12 - Espaços Públicos de Economia Solidária na PB

<ul style="list-style-type: none"> • <i>Centro Público Estadual de Economia Solidária</i>
João Pessoa
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Casas de Economia Solidária</i>
Pombal
Sumé
Soledade
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Central de Beneficiamento e Comercialização</i>
Sapé

Fonte: Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária. Relatório de Gestão 2015-2018. - João Pessoa, (2018).

A partir de 2018, a SESAES buscou fortalecer a presença das Casas de Economia Solidária na Paraíba, inaugurando assim quatro novas unidades em diferentes municípios. Estas Casas, localizadas em Sumé (a segunda no município), Araruna, Barra de Santa Rosa e a próxima a ser inaugurada em 2024 na cidade de Cabaceiras, representam espaços estratégicos para promoção e comercialização dos produtos oriundos dos EES. Além de consolidar a presença da economia solidária em diversas regiões do estado, essas iniciativas contribuem para a consolidação de redes de cooperação, fomentando o desenvolvimento local e a inclusão social.

As feiras agroecológicas desses espaços passaram a desempenhar um papel crucial no fomento à produção orgânica e agroecológica da agricultura familiar na Paraíba, sendo promovidas pela SESAES como estratégia para escoar a produção proveniente desses grupos. Esses eventos, tanto fixos quanto itinerantes, representam uma importante frente de comercialização para os agricultores familiares, permitindo o acesso direto dos consumidores a alimentos saudáveis e de qualidade. Além de promoverem a segurança alimentar, essas feiras configuram atividades intersecretoriais que envolvem diferentes secretarias e órgãos do Estado, contribuindo para a diversificação dos produtos ofertados, que abrangem desde hortaliças,

frutas, aves e peixes até itens como bolos, doces, queijos, plantas medicinais e artesanato, proporcionando uma experiência abrangente de economia solidária e sustentável.

Quadro 13 - Cidades, Locais e dias das Feiras agroecológicas no Estado da Paraíba.

CIDADE	LOCAL	ORGANIZAÇÃO	DIA
João Pessoa	Centro Administrativo do Governo da PB	C. P. EcoSol	3ª Feira
João Pessoa	Centro Público Estadual de Economia Solidária	C. P. EcoSol	4ª Feira
João Pessoa	PB Prev	SESAES	4ª Feira
João Pessoa	Restaurante Popular de Mangabeira	SESAES	4ª Feira
João Pessoa	DETRAN	C. P. EcoSol	5ª Feira
João Pessoa	Centro Público Estadual de Economia Solidária	C. P. EcoSol	6ª Feira
João Pessoa	PB Prev	SESAES	6ª Feira
João Pessoa	Fundação José Américo	SESAES	6ª Feira
Sapé	Central de Beneficiamento	C. Beneficiamento	6ª Feira
Soledade	Casa de Economia Solidária	Casa de EcoSol	2ª Feira
Araruna	Casa de Economia Solidária	Casa de EcoSol	4ª Feira
Pombal	Casa de Economia Solidária	Casa de EcoSol	6ª Feira
Soledade	Casa de Economia Solidária	Casa de EcoSol	6ª Feira
Sumé	Casa de Economia Solidária	Casa de EcoSol	6ª Feira
Monteiro	Antigo Mercado Público	Casa de EcoSol	4ª Feira
Logradouro	Mercado de Artesanato	Fórum de EcoSol	6ª Feira

Fonte: GOVERNO DA PARAÍBA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH). Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES), 2021.

Além disso, o projeto viabilizou a implementação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento – BCDs, que representam uma iniciativa inovadora e transformadora no contexto do desenvolvimento sustentável de territórios vulneráveis.

Quadro 14 - Bancos Comunitários na Paraíba

Nome do Banco	Entidade Gestora	Cidade
Banco Jardim Botânico	CPCC	João Pessoa
Banco Muçubank	ACAM	João Pessoa
Banco Lagoa	ADURLD	Lagoa de Dentro
Banco Maringá	CEMAR	Pombal
Banco Cinco Lagoas	CEPAG	Remígio

Fonte: Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária. Relatório de Gestão 2015-2018. João Pessoa, (2018).

Essas instituições são fundamentadas na premissa de promover o desenvolvimento sustentável dos territórios onde estão inseridas, por meio do fortalecimento de suas atividades econômicas. Ao contrário das instituições financeiras convencionais, os BCDs trabalham a colaboração entre os recursos financeiros e a participação ativa da comunidade, visando a construção de uma base econômica sólida e inclusiva. Os Bancos Comunitários são gerenciados por uma entidade gestora local, que conhecem as particularidades e necessidades específicas de

suas comunidades, promovendo assim uma abordagem mais personalizada e centrada nas pessoas. Dessa forma, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento emergem como catalisadores poderosos para o empoderamento econômico local, contribuindo para o florescimento de negócios sustentáveis e o fortalecimento do tecido social em níveis micro e macro.

Dentro da perspectiva de orientar o Governo do Estado no desenvolvimento e fortalecimento da segurança alimentar e da economia solidária na Paraíba, a SESAES articulou a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e do Plano Estadual de Economia Solidária. Ambos consistem em documentos que estabelecem objetivos, diretrizes e ações para os setores, e foi elaborado de forma participativa, com representantes do governo, dos movimentos e da sociedade civil.

A Elaboração do Plano Participativo da Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba, conforme descrito no Relatório de Gestão 2015-2018 da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES, representou um esforço significativo para promover a participação ativa da sociedade civil na definição de estratégias e ações voltadas para a segurança alimentar e nutricional no estado. O processo participativo destacou-se pela inclusão de diferentes setores da sociedade, garantindo representatividade e legitimidade às políticas propostas, e reflete o compromisso da SESAES em construir uma abordagem colaborativa e aberta para enfrentar os desafios relacionados à segurança alimentar na Paraíba.

O foco da elaboração do Plano Participativo da Segurança Alimentar e Nutricional da Paraíba foi criar e fortalecer políticas públicas voltadas para as populações mais vulneráveis como comunidades indígenas e quilombolas, adotar medidas para diminuir o desperdício de alimentos e enfrentar as questões relacionadas às mudanças climáticas. Esses são os principais desafios para o Brasil segundo a Organização da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO). Consciente deste desafio, o Estado da Paraíba elaborou o seu primeiro Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. O Governo do Estado fez a opção por adotar uma construção que se deu através de uma metodologia articulada e participativa, englobando regiões e municípios do estado, esta perspectiva resultou em uma consulta pública aos 223 municípios paraibanos (SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2018, p. 52).

Já sobre a Elaboração do Plano Participativo da Economia Solidária da Paraíba, conforme documentado no Relatório de Gestão 2015-2018 da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES, foi um processo estratégico que visou a construção coletiva de diretrizes e metas para fortalecer e promover a economia solidária no estado. Esse plano refletiu os esforços da SESAES em envolver atores diversos, como EES, organizações da sociedade civil e gestores públicos, para garantir uma abordagem inclusiva e participativa na formulação de políticas que impulsionem a economia solidária na Paraíba.

O Plano Estadual de Economia Solidária visa o fortalecimento e o desenvolvimento da política de economia solidária no Estado da Paraíba. Implica no fortalecimento de bases sociais e na ampliação da força política e organizativa dos sujeitos, como condições para conquistar soluções permanentes e adequadas às necessidades e exigências da Economia Solidária e dos processos de desenvolvimento sustentável e solidário.

O Plano Estadual de Economia Solidária surge como um instrumento de organização da política pública estadual do setor. A execução do Plano de 2016 a 2020 contribuirá para a criação de um ambiente institucional que fortaleça a economia solidária na sua trajetória de superação do patamar de política de Governo, constituindo-a efetivamente como política de Estado. Entre as principais demandas estão o Orçamento, a Lei e o Fundo Estadual da Economia Solidária (SECRETARIA EXECUTIVA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2018, p. 46).

Durante o intervalo de 2014 a 2018 na Paraíba, testemunhamos o auge de ações voltadas para a política pública de economia solidária, caracterizado por uma participação vigorosa dos Gestores Públicos, dos Empreendimentos Econômicos Solidários e das Entidades de Apoio e Fomento. Esse período foi marcado pela intensificação de iniciativas que buscavam fortalecer e impulsionar a economia solidária no estado, refletindo um engajamento significativo por parte dos diversos atores envolvidos. A atuação conjunta desses segmentos contribuiu para a consolidação e aprimoramento das práticas relacionadas à economia solidária na Paraíba.

É crucial salientar que a trajetória transformadora desse período começa a mudar de rumo, destacando-se a partir do desmonte nacional da política pública de economia solidária desencadeado pelo golpe jurídico-midiático-parlamentar, que pôs fim ao governo legitimamente eleito da Presidenta Dilma em 2016 e por uma sequência de alterações no comando e na equipe técnica da SESAES. Esses eventos políticos e institucionais exerceram um impacto significativo nas dinâmicas da economia solidária, sinalizando mudanças substantivas no cenário que vinha sendo construído, com possíveis desdobramentos nas estratégias e alcance das iniciativas relacionadas à economia solidária no contexto paraibano.

Mesmo com a promulgação da Lei nº 11.499/2019, que instituiu a política estadual de economia solidária no Estado da Paraíba, não se evidenciou um ambiente propício para reverter esse cenário. As mudanças políticas nacionais e locais, aliadas a outros fatores, parecem ter influenciado negativamente na capacidade da legislação estadual em impulsionar de maneira efetiva as práticas e iniciativas relacionadas à economia solidária. Esses desafios institucionais e políticos indicam a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os impactos dessas variáveis na concretização dos objetivos da política pública de economia solidária paraibana.

Conforme dita em seu artigo 1º, a referida norma estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Estadual de Economia Solidária e qualifica os empreendimentos econômicos solidários como sujeito de direito, com vistas a fomentar a economia solidária a assegurar o direito ao trabalho associado e

cooperativado. Tais fundamentos se integram às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais, visando à promoção de atividades econômicas autogestionárias, ao incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e sua integração em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços (MELO, 2020, p. 77).

A não efetivação plena da Lei Estadual de Economia Solidária na Paraíba pode ser atribuída, em parte, à sua concepção defasada, evidenciada pela ausência de instrumentos claros onde o Estado se comprometa a utilizar para regular e apoiar suas atividades. Essa lacuna é ainda mais acentuada pela não criação do Conselho Estadual de Economia Solidária, bem como pela omissão em estabelecer diretrizes específicas sobre as compras governamentais para os diversos segmentos da economia solidária. Quando esses elementos fundamentais para a operacionalização e êxito da legislação não são incorporados, comprometem a implementação eficaz da política pública, ressaltando a necessidade de ajustes e complementações para garantir a adequada promoção e regulamentação do setor.

O desfecho de 2018 e o início de 2019 representam um abrupto rompimento com o ciclo de avanços e conquistas no âmbito da economia solidária. Após um período de nove meses sem liderança na SESAES, a nomeação de uma nova Secretária marcou uma guinada contrária na relação com o movimento de economia solidária.

Nesse período em questão, houve a articulação para a não efetivação do Conselho Estadual de Economia Solidária, foi cancelado o assessoramento técnico destinado aos equipamentos públicos de economia solidária, contrariando as recomendações literárias de uma abordagem contínua. Além disso, houve uma significativa substituição da equipe técnica, dificultando a execução da política pública voltada para a organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Esse cenário, permeado por decisões que contrariam os princípios da economia solidária, suscitou desafios consideráveis para a continuidade e eficácia das iniciativas nesse campo.

Durante o processo de mudanças, a transformação da SESAES em Secretaria Executiva de Economia Solidária (SESOL) foi acompanhada por ajustes nos seus quadros, uma medida inicialmente prevista para a estruturação da Secretaria Executiva em consonância com sua expansão. No entanto, em desalinhamento com o planejamento inicial, observou-se a criação ou manutenção de cargos que, ao invés de fortalecerem, acabaram por engessar o desempenho das funções.

Este cenário torna-se particularmente desafiador quando há uma falta de compreensão sobre a política pública em questão e uma ausência de qualificação adequada por parte do pessoal envolvido. Alinhar os cargos criados à efetiva dinâmica e demandas da economia

solidária era necessária, visando assegurar que a reestruturação promovesse uma eficaz implementação das ações propostas pela Secretaria Executiva.

Nesse sentido, a implementação das gerências executivas e operacionais introduziu uma dinâmica desfavorável a todo o processo. A compreensão de que há subordinação das gerências operacionais às gerências executivas, aliada à ocupação dessas posições por indivíduos sem a devida capacidade técnica, revelou-se um entrave significativo. Esse cenário tornou-se evidente na estagnação das Casas de Economia Solidária e da Central de Beneficiamento, que, infelizmente, não conseguiram avançar além do estágio alcançado até 2018. O entendimento inadequado das hierarquias e a falta de qualificação técnica destacam a urgência de revisão e ajuste na estrutura para possibilitar avanços consistentes na promoção da economia solidária.

[...] e os gestores públicos precisam ser qualificados para cumprir a tarefa. Isso requer capacidade de planejamento estratégico, formulação de metas e objetivos, acompanhamento e monitoramento de ações, conhecimento sobre indicadores, entre outras competências (AZEVEDO, 2018, p. 22).

Assim, as sucessivas trocas de Secretários e Secretárias na Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES têm sido marcadas por uma instabilidade que, infelizmente, resultou em impactos negativos para a continuidade e efetividade da política pública de economia solidária. Com cinco mudanças desde a criação em 2015 e quatro delas ocorridas a partir de 2018, a frequência dessas transições, somada à considerável vacância em algumas delas, contribuiu para desafios significativos na implementação das ações planejadas.

Desse modo, a gestão de políticas públicas demanda estabilidade e continuidade para alcançar resultados sustentáveis, aspectos que têm sido prejudicados pelas mudanças frequentes na liderança da SESAES. Essa dinâmica impacta a capacidade da secretaria em conduzir e consolidar ações em prol da economia solidária no estado.

Além das mudanças nas lideranças, observa-se que a substituição de pessoal qualificado por indivíduos sem a devida qualificação e especialização profissional na equipe técnica da SESAES trouxe consigo impactos negativos significativos para a condução da política pública de economia solidária na Paraíba. A ausência de profissionais capacitados comprometeu a execução de projetos e a implementação de ações estratégicas, prejudicando a qualidade e eficácia das iniciativas voltadas para o fortalecimento da economia solidária.

A falta de compreensão e expertise específica na área resultou em lacunas de conhecimento, afetando diretamente o desenvolvimento e a continuidade de programas essenciais, minando a capacidade da Secretaria Executiva em atender às demandas e necessidades do setor.

A Gestão Pública tem como sua principal responsabilidade, basicamente, o emprego e reversão dos recursos públicos em benefícios à sociedade, respeitando os princípios da Eficiência, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Publicidade, impostos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Para que os resultados sejam eficientes e eficazes, faz-se necessário investir na qualificação dos gestores públicos com o objetivo de melhorar o panorama na Administração Pública, formular e implementar mais uma ferramenta ao gestor com a intenção de ajudá-lo com estudos voltados ao desenvolvimento das políticas públicas e a melhor forma de uso de recursos públicos para cada região (LINHARES, 2020, p. 1).

Essa constatação fica ainda mais evidenciada em 2022 com a devolução significativa de recursos, totalizando R\$ 3.895.107,85, relacionada ao convênio Nº 782.351/2013 voltado para os Catadores de Resíduos Sólidos, destaca-se como um ponto de reflexão crucial. Este convênio tinha como propósito o assessoramento técnico e a implementação de três redes de comercialização direcionadas ao público de catadores, representando uma valiosa iniciativa de fomento aos EES do segmento de resíduos sólidos do Estado da Paraíba. A devolução desses recursos suscita questionamentos sobre os desafios enfrentados na execução do projeto e a necessidade de revisão de estratégias para assegurar o pleno desenvolvimento das atividades propostas.

Sobre os Catadores de Resíduos Sólidos, a última iniciativa com potencial impacto em suas atividades foi a entrega de 23 triciclos para associações e cooperativas de catadores, realizada em João Pessoa no final do segundo semestre de 2018. Essa ação teve como objetivo aprimorar a logística de transporte de materiais recicláveis recolhidos, proporcionando uma alternativa mais eficiente e sustentável em substituição à coleta realizada por meio de carroças de tração animal. E dessa forma, promover melhorias nas condições de trabalho desses profissionais, ao mesmo tempo em que busca modernizar e tornar mais dignas as práticas relacionadas à gestão de resíduos sólidos na Paraíba, disposto no quadro 15.

Quadro 15 - Associações e Cooperativas que receberam os triciclos da SEDH

ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA	MUNICÍPIO	QTD. TRICICLOS
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nª Sª Aparecida – ARENSA	Campina Grande	01 unidade
Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande – CATAMAIS	Campina Grande	01 unidade
Cooperativa dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis Ltda – COTRAMARE	Campina Grande	01 unidade
Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais – CAVI	Campina Grande	01 unidade

Cooperativa de Trabalho de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande – CATA CAMPINA	Campina Grande	01 unidade
Associação de Acordo Verde Jardim Cidade Universitária – ACORDO VERDE	João Pessoa	08 unidades
Associação dos Trabalhadores do Material Reciclável – ASTRAMARE	João Pessoa	03 unidades
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Clara/São Rafael	João Pessoa	02 unidades
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Timbó	João Pessoa	01 unidade
Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis	Araruna	04 unidades

Fonte: PARAÍBA – Governo da Paraíba – SEDH - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano SESAES (Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária), 2019.

Chegando na marca de uma década do início dessa articulação governamental que fundamentou a política pública de economia solidária na Paraíba, constata-se que, dentre as diversas iniciativas articuladas, apenas o Centro Público Estadual de Economia Solidária, a Feira Agroecológica do Centro Administrativo do Estado e os Bancos Comunitários Jardim Botânico, Lagoa e Cinco Lagoas conseguem manter-se como coletivos autogestionários e verdadeiras expressões da economia solidária. Esse feito destaca a resiliência e a relevância dessas iniciativas, mesmo diante do desafio do baixo investimento, ressaltando a importância de preservar e fortalecer essas estruturas autônomas que desempenham papel crucial na promoção da economia solidária na região.

3.2 CENTRO PÚBLICO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – ECO PARAÍBA

No cerne do tecido socioeconômico da Paraíba, emerge o Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba, uma iniciativa transformadora que se propõe a redefinir os paradigmas da economia local. Este tópico mergulhará nas entranhas do processo de implementação desse equipamento público de economia solidária, delineando os desafios enfrentados e as estratégias coletivas adotadas para promover a consolidação de uma economia baseada em princípios de solidariedade. Desde sua concepção até os estágios iniciais de operação, cada etapa revela o compromisso incansável de construir um modelo sustentável e inclusivo, proporcionando um olhar privilegiado sobre a força motriz por trás da transformação social que Eco Paraíba objetiva ocasionar. Este capítulo revisitará essa experiência coletiva e

autogestionária, carregada de resiliência e que impulsiona a materialização desse espaço dedicado à economia solidária.

A consolidação da economia solidária como política pública representa um marco importante na promoção de práticas econômicas mais justas e inclusivas. Nesse contexto, observa-se que a reivindicação por um ambiente específico para a comercialização da produção dos EES antecedeu a efetivação de políticas públicas nessa área. Nessa perspectiva, a criação de espaços dedicados à comercialização desses produtos é fundamental para fortalecer a autonomia desses empreendimentos, conferindo-lhes visibilidade e estimulando sua sustentabilidade econômica. Portanto, é evidente que a demanda por espaços que escoem a produção da economia solidária é uma necessidade proposta por diversos estudiosos do campo, como Singer (2002) ao destacar a importância de políticas públicas efetivas para a consolidação dessas práticas econômicas colaborativas.

Surge daí, a valorização das ações descentralizadas que facilitem o acesso e primem pela convivência familiar e comunitária e o respeito às necessidades específicas.

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária, instituídas como direitos perenes, torna-se parte da construção de um Estado republicano e democrático, pois este precisa reconhecer a existência desses novos sujeitos sociais, de novos direitos de cidadania e novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é dar-lhe propulsão e suporte por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados ao reconhecimento e ao fomento desse segmento. (GUIMARÃES; SCHWENGBER, 2004, p. 84).

A criação da SENAES em 2003 e a ascensão do campo progressista na Prefeitura de João Pessoa em 2005 foram eventos catalisadores para que o Fórum de Economia Solidária da Paraíba, passasse a reivindicar diversas pautas, dentre as quais se destaca a constituição de espaços de comercialização. A formação de fóruns e a articulação com gestores públicos são estratégias cruciais para promoção da economia solidária em âmbito local. Nesse contexto, observa-se que a reivindicação do Fórum de Economia Solidária da Paraíba, enfatiza de acordo com Sen (2007), sobre a importância do fortalecimento institucional e do apoio governamental para o desenvolvimento sustentável de iniciativas econômicas solidárias. Assim, a busca por espaços de comercialização representa não apenas uma demanda local, mas uma estratégia alinhada com os fundamentos teóricos e práticos da economia solidária.

Após período de intensa mobilização do Fórum Paraibano de Economia Solidária junto a Assembleia Legislativa da Paraíba, foi aprovada por unanimidade, no dia 15/06, emenda para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, contemplando ações públicas de economia solidária no estado. A emenda apresentada contém justificativa e proposta com metas orçamentárias nas áreas de Formação e Qualificação em Economia Solidária, Centro Público de Economia Solidária,

Logística e Fomento a Comercialização Solidária e Finanças Solidárias (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2011).

Contudo, a concretização dos espaços de comercialização na Paraíba tornou-se uma perspectiva viável, apenas com o advento do Projeto Ações Integradas. Este projeto, por meio de suas metas, delineou estratégias fundamentais para a entrega de equipamentos públicos de economia solidária, destacando-se as Casas de Economia Solidária, a Central de Beneficiamento e o Centro Público Estadual de Economia Solidária. Essa iniciativa reflete o entendimento de que a infraestrutura adequada desempenha um papel crucial no fortalecimento e promoção da economia solidária, ao discutir a importância de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento da economia solidária. Dessa forma, a implementação desses espaços representou um passo significativo na concretização das metas propostas, atendendo às demandas e aspirações do movimento de economia solidária na Paraíba.

A metodologia transversal adotada pelo PAIES desempenhou um papel fundamental na formatação da preparação dos empreendimentos, para a sua participação efetiva nos equipamentos públicos de economia solidária. A abordagem transversal em programas de economia solidária visa promover a integração de diferentes dimensões, contribuindo para a capacitação abrangente dos EES. Gandin (2009) defende que para garantir o envolvimento das partes interessadas, é necessário que a metodologia facilite um processo colaborativo, no qual os interessados, especialmente os beneficiários, possam participar da elaboração do projeto em conjunto com a organização responsável por sua execução.

Com isso, a transversalidade da metodologia do PAIES, evidencia a importância de estratégias educativas e formativas para fortalecer a autonomia e a sustentabilidade dos empreendimentos solidários. Assim, a preparação dos EES, guiada por essa metodologia, emerge como um processo estratégico que visa não apenas à viabilização da participação nos espaços de comercialização, mas também à construção de bases sólidas para a atuação efetiva e duradoura na economia solidária.

Durante o período entre 2016 e 2017, ocorreram diversas reuniões estratégicas na Paraíba, envolvendo o Fórum Estadual de Economia Solidária, as Entidades de Apoio e Fomento, bem como os Empreendimentos Econômicos Solidários. Esses encontros foram conduzidos com o objetivo de construir uma proposta para o Centro Público Estadual de Economia Solidária, pautando-se na perspectiva da demanda identificada pelo movimento de economia solidária. A participação efetiva de diferentes atores na construção de políticas públicas é fundamental para assegurar a representatividade e a legitimidade dessas iniciativas.

Desde o início dos anos 1990, no bojo desse processo de reforma da administração pública na América Latina e alhures, a participação social vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais, declarado e repetido em foros regionais e internacionais, dos processos de deliberação democrática no âmbito local. Fazer participar os cidadãos e as organizações da sociedade civil (OSC) no processo de formulação de políticas públicas foi transformado em modelo da gestão pública local contemporânea. A participação social, também conhecida como dos cidadãos, popular, democrática, comunitária, entre os muitos termos atualmente utilizados para referir-se à prática de inclusão dos cidadãos e das OSCs no processo decisório de algumas políticas públicas, foi erigida em princípio político-administrativo. Fomentar a participação dos diferentes atores sociais em sentido abrangente e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas tornou-se o paradigma de inúmeros projetos de desenvolvimento local (auto) qualificados de inovadores e de políticas públicas locais (auto) consideradas progressistas (Milani, 2008, p. 553-554).

Nesse contexto, a abordagem colaborativa adotada nas reuniões reflete a importância da consulta às partes interessadas, ao discutir a necessidade de processos participativos na formulação de políticas públicas. Assim, a construção da proposta para o Centro Público Estadual de Economia Solidária se alinhou com a premissa de envolvimento e participação ativa dos diversos atores envolvidos e visou atender de maneira mais efetiva às demandas e necessidades do movimento de economia solidária.

Por esse caminho, além das instâncias governamentais, há uma gama de outros intervenientes que exercem influência sobre as políticas públicas e, conseqüentemente, exercem a responsabilidade pelos resultados que delas derivam.

[...] a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes (SOUZA, 2006, p. 36).

A definição do nome, dos dias e horários de funcionamento, bem como a organização da participação dos EES na rotina de comercialização do Centro Público Estadual de Economia Solidária foram objeto de intensos debates e deliberações conduzidas pelo próprio movimento de economia solidária. Este processo de tomada de decisão coletiva é um reflexo do princípio fundamental da economia solidária, que valoriza a participação ativa e a cooperação entre seus membros (MANCE, 1999). A abordagem participativa adotada nesse processo de decisão está alinhada com os princípios de gestão democrática e horizontalidade ao discutir as dinâmicas organizativas na economia solidária. Assim, a participação efetiva dos EES na tomada de decisões relacionadas ao Centro Público Estadual de Economia Solidária fortaleceu não apenas a governança democrática, mas também a legitimidade e o comprometimento dos empreendimentos com o sucesso e a sustentabilidade desses espaços de comercialização.

A construção coletiva na escolha do modelo de gestão do Centro Público Estadual de Economia Solidária evidencia uma abordagem participativa e colaborativa, caracterizando o processo como uma forma de coprodução, um conceito que enfatiza a colaboração e a participação ativa de todos os membros em um processo de tomada de decisão (OSTROM, 1996). Portanto, o Centro Público Estadual de Economia Solidária não é apenas um espaço de comercialização, mas também um espaço onde a coprodução é praticada e valorizada.

Diante da necessidade de estabelecer um processo transparente e participativo na seleção dos grupos que integrariam o Centro Público Estadual de Economia Solidária, o movimento optou por lançá-lo no dia da inauguração, estabelecendo uma estratégia que integrou a promoção do evento com a viabilização do processo seletivo. Essa decisão revelou uma abordagem estratégica, buscando otimizar recursos e proporcionar uma interação imediata entre os empreendimentos de economia solidária e o espaço disponibilizado.

Ao permitir que os EES iniciassem suas atividades comerciais durante o período de seleção, criou-se uma dinâmica positiva que dinamizou a experiência de inauguração, transformando-a em um momento de interação entre produtores e consumidores. Essa iniciativa simultânea integrou de maneira harmoniosa a fase de seleção com a efetiva operação dos EES no espaço.

A condução do edital de seleção, esteve sob a presidência de um representante da INCUBES/UFPB, enquanto a composição do processo contou com a participação ativa de representantes do movimento de economia solidária. Essa abordagem inclusiva e colaborativa na seleção, assegura a diversidade de perspectivas da economia solidária. Ter a INCUBES/UFPB no processo de seleção dos empreendimentos econômicos solidários, adicionou uma perspectiva acadêmica e prática ao processo, enquanto os representantes do movimento de economia solidária trouxeram uma visão fundamentada nas suas experiências. Essa colaboração entre academia e prática fortaleceu a credibilidade do processo seletivo e contribui para a formação de um grupo representativo e comprometido com os ideais da economia solidária.

Os coletivos que passaram a atuar na comercialização no espaço foram criteriosamente selecionados pelo Fórum Estadual de Economia Solidária e pela SESAES, através de um processo de curadoria metódico. Essa iniciativa evidencia um compromisso sério com o fortalecimento da economia solidária, promovendo a inclusão e valorizando a diversidade de projetos locais. A parceria entre essas instituições demonstra um esforço conjunto em

impulsionar empreendimentos comprometidos com princípios éticos e sustentáveis, estabelecendo assim um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social.

Nesse período em que os grupos estiveram envolvidos nas atividades comerciais no espaço do Centro Público Estadual de Economia Solidária, foi obtido um alvará específico em colaboração com a Receita Estadual. Essa medida foi tomada para assegurar que todas as operações de comercialização estivessem estritamente em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente. A obtenção desse alvará ocorreu como forma de garantir a legalidade e transparência das atividades desenvolvidas pelos grupos durante o período em que estiveram presentes no espaço. Essa iniciativa ressaltou a importância de se operar dentro dos parâmetros legais, com a promoção de uma abordagem ética e responsável na condução das atividades econômicas solidárias.

Lechat (2002) salienta a peculiaridade da lógica das atividades econômicas da economia solidária, quando comparado à lógica capitalista de mercado. Enquanto este se caracteriza pela acumulação de capital e tem como objetivo o alcance de interesses individuais, a economia solidária busca a partilha das sobras (“lucros”) e o alcance de interesses comuns. Ao passo que este é caracterizado através da acumulação de capital e possui orientação nos interesses individuais, a economia solidária é compreendida pela partilha das sobras (“lucros”) e o alcance de interesses comuns.

Considerando o exposto, em 31 de agosto de 2017, testemunhamos a inauguração do Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba, localizado no bairro do Varadouro, coração da cidade de João Pessoa. Esse marco representou não apenas um espaço físico de comercialização, mas um espaço público de referência da economia solidária no Estado da Paraíba. Objetivando assim, fortalecer as iniciativas do poder público relacionadas com a dinâmica de impulsionar práticas econômicas solidárias, fomentar a cooperação e promover o desenvolvimento sustentável.

O edital selecionou uma ampla variedade de organizações, englobando desde pequenos grupos informais até associações e cooperativas. Conforme estipulado nas diretrizes do edital, os empreendimentos econômicos solidários, uma vez selecionados, foram orientados a formalizar-se como cooperativa. Essa orientação tem sua base na compreensão de que as cooperativas desempenham um papel crucial no contexto da economia solidária, uma vez que possuem uma finalidade essencialmente econômica. Ao se constituírem como cooperativa, os empreendimentos tendem a aprimorar suas capacidades produtivas e ampliar suas oportunidades de comercialização, reforçando a viabilidade econômica dos empreendimentos

solidários, mas também destacando a importância da cooperação e da organização formal para o fortalecimento sustentável dessas iniciativas.

A mobilização em torno do edital despertou um interesse expressivo, resultando na participação de 74 inscrições para as 50 vagas disponíveis destinadas aos empreendimentos que buscavam comercializar no espaço, contando com o acompanhamento via assessoramento técnico. Esse nível de engajamento reflete não apenas a demanda significativa por oportunidades para o escoamento de suas produções, mas também a disposição em buscar suporte técnico para aprimorar suas práticas comerciais. A mobilização bem-sucedida demonstra a relevância do edital na promoção da participação ativa e diversificada, evidenciando um interesse vibrante na consolidação e desenvolvimento das atividades econômicas solidárias no contexto em questão.

A maior parte dos espaços de comercialização da economia solidária ainda não está estruturada com a definição de um modelo de negócio adequado para o atendimento às demandas da comunidade onde eles estão estabelecidos. Gonçalves (2012) conceitua o modelo de negócio como “uma representação objetiva e direta de como uma organização que produz, compra e vende seus produtos e/ou serviços e obtém recursos financeiros dessas transações”.

Quanto a decisão sobre a adoção do formato jurídico de uma cooperativa autogestionária para as atividades comerciais no Centro Público Estadual de Economia Solidária, esta foi resultante de extensas deliberações com os diversos agentes envolvidos na economia solidária na Paraíba. O debate abordou a possibilidade de constituir esse espaço autogestionário por meio de uma empresa LTDA, sociedade anônima – S.A., cooperativas, associações de trabalhadores e outras formas jurídicas. A riqueza dessas discussões residiu na validação do contraponto em relação à análise das opções viáveis para a experiência brasileira na economia solidária. A escolha pela cooperativa destaca-se como uma decisão fundamentada, alinhada às particularidades da economia solidária, enfatizando a importância de estruturas organizacionais que promovam a participação ativa e colaborativa dos membros envolvidos.

Outras duas possibilidades que haviam sido propostas, foi a da comercialização via associação e também através dos grupos informais, ambos numericamente majoritários no Estado da Paraíba. Contudo, havia a impossibilidade de comercialização das duas proposituras. Isso em razão de que as associações, apesar de serem formas legalizadas de organização, segundo o SEBRAE (2016), atuam em prol de objetivos sociais e não apresentam capital social, o que dificulta a obtenção de financiamento junto à bancos. Já os grupos informais, não foram considerados porque não possuem reconhecimento legal. A constituição dos mesmos, de acordo

com GODOY (2009), ocorre como uma alternativa inicial às cooperativas, em razão da baixa quantidade de integrantes. Contudo, por não obterem um registro legal, esse fator cria a impossibilidade de qualquer opção de obtenção de crédito bancário e a realização de investimentos.

Sobre o fato em questão, Vêras Neto (2010) argumenta que a economia popular solidária será desenvolvida, a partir de um novo marco jurídico que a diferencie das formas conservadoras das organizações do terceiro setor, a exemplo das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs e do cooperativismo empresarial, amparadas pelo pluralismo jurídico neoliberal, visando reduzir o gasto social do Estado e enfraquecer suas políticas públicas, suprimir direitos dos trabalhadores e preconizar a constituição de pseudo-cooperativas objetivando a terceirização e precarização o trabalho, para beneficiar o mercado transnacional. E conclui que o marco jurídico adequado à economia popular solidária deve ser centrado na autogestão e respeitando a pluralidade das formas jurídicas e econômicas de organização de empreendimentos produtivos.

Em relação a esse tema, França Filho (2002) argumenta a necessidade de desmontar e construir novas interpretações. Ele sugere que, dado que o terceiro setor não é “nem mercantil nem estatal deve ser considerado como um espaço público”. A necessidade de reconsiderar o conceito de terceiro setor depende, em grande parte, da compreensão de que as atividades econômicas são uma preocupação pública e, conseqüentemente, uma questão que afeta o espaço coletivo da sociedade, implicando a necessidade de uma revisão fundamental da noção de economia.

Se a economia pode ser entendida como uma forma de produção e distribuição de riqueza, esta não se esgota na lógica mercantil. Ao contrário, o mercado alto-regulado aparece como apenas uma forma possível de alocação de recursos ou de produção e distribuição de riqueza, isto é, apenas um princípio econômico possível, ao lado de outros como a redistribuição estatística e a própria reciprocidade. Assim, ao invés de reduzirmos o conceito de economia à ideia de mercado, parece-nos mais adequado defini-la em termos de economia plural (França Filho, 2002, p. 18).

Antes de superarem os obstáculos burocráticos para garantir a efetiva constituição da cooperativa, foram estrategicamente articulados o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e o Alvará do Corpo de Bombeiros, como forma de atender aos requisitos necessários para a obtenção de outras documentações necessárias para o pleno funcionamento da cooperativa. Ao antecipar essas etapas, buscou-se otimizar o tempo e os recursos, promovendo uma abordagem proativa na superação dos desafios burocráticos. Essa articulação viabilizou condições para que os EES pudessem concentrar seus esforços na consolidação da cooperativa e no

desenvolvimento sustentável de suas atividades no Centro Público Estadual de Economia Solidária.

Outro passo significativo alcançado de forma colaborativa, foi a elaboração do Estatuto da cooperativa, um marco crucial para sua efetiva criação. Esse processo foi essencial na definição dos princípios, normas e objetivos que norteariam o funcionamento da cooperativa. O Estatuto não apenas estabelece as bases legais e organizacionais, mas também representa um pacto entre os cooperados, delineando as responsabilidades, direitos e valores que regerão a entidade. Essa etapa, constrói uma base sólida e transparente para a cooperativa, fundamentada nos princípios da economia solidária e na promoção do bem comum.

Um dos pontos mais importantes de uma cooperativa é sua formação, que deve incluir no mínimo vinte sócios para sua constituição, conforme a lei 5.764/71. Deve-se discutir o estatuto em uma Assembléia Geral, que será posteriormente registrado em órgãos de exigências. A cooperativa é administrada pelo conselho de administração e o conselho fiscal, todos eleitos em assembléias pelo voto dos demais cooperados (Santos & Ceballos, 2006, p. 1.145).

Sob a perspectiva desses fatos, a Cooperativa Paraibana de Empreendimentos Econômicos Solidários – ECOSOL PB foi constituída e passou a desempenhar a comercialização dos empreendimentos do Centro Público Estadual de Economia Solidária. Contudo, durante esse processo, a viabilidade da comercialização enfrentou desafios significativos devido à recusa da SEDH em conceder a permissão de uso necessária para a cooperativa obter o alvará. Essa permissão era crucial para a obtenção do alvará, que, por sua vez, habilitaria a impressão de cupons fiscais e atenderia outras demandas essenciais para a condução das atividades comerciais.

A respeito da permissão de uso, após atravessar todo o processo sem que a SEDH apresentasse qualquer alegação, esta passou a informar que não poderia assinar a permissão de uso, alegando a necessidade de evitar prejuízos ao erário público. Diante dessa posição, a INCUBES/UFPB conduziu um estudo que considerou a permissão de uso precária como uma alternativa sem riscos significativos para o Governo do Estado. Nessa análise, apenas a cooperativa e, por consequência, os EES, é que ficariam suscetíveis a possíveis prejuízos e fragilidades. Mesmo com essa argumentação favorável, a SEDH persistiu em sua decisão de não conceder a permissão de uso, levando a um impasse que impactou diretamente a capacidade operacional da cooperativa.

Um avanço crucial nesse processo coletivo e autogestionário, foi a criação de um Regimento Interno e de um Comitê Gestor, seguindo as orientações delineadas no Termo de Referência dos Centros Públicos de Economia Solidária elaborado pela SENAES. A elaboração

desses instrumentos normativos desempenha um papel essencial na estruturação e governança desses equipamentos públicos de economia solidária, proporcionando diretrizes claras e mecanismos de tomada de decisão para os envolvidos. O regimento interno estabelece as normas e procedimentos internos, enquanto o Comitê Gestor, formado por representantes dos empreendimentos, do Fórum de Economia Solidária, das Entidades de Apoio e Fomento e dos Gestores Públicos, busca promover a participação ativa e democrática na gestão, fortalecendo a autogestão e a coletividade.

A tomada de decisão por meio da deliberação é um procedimento destinado a resolver problemas, fundamentado em argumentos, no qual os participantes apresentam justificativas para suas opiniões, ouvem uns aos outros com respeito e estão abertos a revisar suas percepções iniciais à luz de contra-argumentos e informações adicionais.

Os fóruns deliberativos têm objetivos diferentes: aumentar a legitimidade por meio da participação; para promover perspectivas de espírito público e respeito mútuo através da inclusão; e melhorar a qualidade das decisões por meio de um debate informado. Às vezes, os políticos criam fóruns deliberativos para razões estratégicas, com pouca intenção de melhorar a deliberação (ÖBERG 2016, p. 18).

Um Plano de Negócios também foi elaborado, representando assim um passo estratégico, no sentido de garantir o êxito da experiência de comercialização da cooperativa. Esse plano se revelou como uma ferramenta essencial ao delinear estratégias e metas que visavam não apenas a prosperidade financeira da cooperativa, mas também a sua sustentabilidade a longo prazo. Ao alinhar objetivos, identificar oportunidades e antecipar desafios, o Plano de Negócios proporcionou uma base sólida para a tomada de decisões, contribuindo para a eficiência operacional e o crescimento consistente da cooperativa. Essa iniciativa foi o alicerce robusto e estratégico, capaz de potencializar o impacto positivo da comercialização durante muitos meses.

O Plano de Negócios de acordo com Salles (2001), representa uma abordagem organizada para antecipar as projeções futuras de um empreendimento, evoluindo-os em resultados tangíveis. A formulação de um Plano de Negócios é influenciada por uma variedade de elementos sociais, econômicos, políticos e culturais, sendo concebida com base em uma perspectiva estratégica que abrange todos os aspectos relevantes do empreendimento, desde o contexto tecnológico e econômico até o financeiro, social e cultural que o circunda.

O Plano de Negócios se tornou uma ferramenta de gestão primordial para todo tipo de empreendimento, seja ele solidário ou não. Apesar da ausência de um padrão ou modelo específico a ser adotado na criação de um empreendimento, incluindo aqueles no contexto da

economia solidária, Salles (2001) sugere um método para desenvolver um Plano de Negócios destinado a empreendimentos solidários.

Assim, houve a necessidade de adaptar o próprio instrumento, levando em conta a importância de simplificá-lo para que se ajustasse às dimensões e exigências específicas da economia solidária. Comumente, o Plano de Negócios segue determinadas etapas na sua elaboração, contudo, diversos autores divergem sobre essas etapas. Na perspectiva de Rosa (2013), não há caminho obrigatório para a elaboração do plano de negócios e cada situação requer uma adaptação do plano de acordo com a sua própria realidade. A adaptação desse plano para se adequar aos pequenos empreendimentos permite identificar meios mais sólidos para estruturar essas atividades, por meio do planejamento e organização da gestão.

O assessoramento técnico e as ferramentas de pesquisa e gestão para a cooperativa gestonária e seus empreendimentos foram disponibilizados somente um ano após o início da implementação do Centro Público, resultando em um atraso considerável no caminho em direção à sustentabilidade do espaço. De acordo com Silva (2011), essas ferramentas de gestão são técnicas que colaboram com a tomada de decisões em diversos tipos de empreendimentos.

Esse lapso temporal impactou significativamente o desenvolvimento dessas práticas associativas e solidárias, que apontam potencialidades para mudanças de paradigmas caso sejam promovidas práticas capazes de impulsioná-las, ressaltando a importância que as ferramentas possuem, na autogestão das associações, colaborando para melhorar suas condições socioeconômicas e culturais, especialmente por meio de decisões estratégicas e avanços na produção, pois são técnicas para aplicação em organizações. Seu objetivo inclui resolver questões cotidianas, e sua utilização pode facilitar a tomada de decisões nos processos de gestão, tanto na produção quanto na comercialização. Eles orientam a observação, a identificação e a análise de problemas, e quando aplicados, oferecem oportunidades de alcançar maior retorno em tais atividades.

Ainda em relação ao assessoramento técnico, a Cooperativa de Trabalho e Prestação de Serviços Solidários – COOPSSOL Brasil, foi selecionada para acompanhar os empreendimentos, que conforme estipulado pelo edital, permaneceriam por um ano, com prorrogação de mais um ano. No entanto, o trabalho de assessoramento da COOPSSOL deveria ser concluído em 8 meses, um período mais curto do que a permanência planejada dos EES no referido espaço. Apesar de um aditivo contratual que estendeu a atuação para um ano, desde então, não houve mais assessoramento técnico disponível para esses grupos coletivos e

autogestionários, que deveriam ter assegurado um suporte contínuo e efetivo ao longo do tempo de permanência no equipamento público de economia solidária.

Portanto, segundo Kraychete (2015), para um EES ter sustentabilidade, demanda ambiente cultural, econômico, tecnológico, social, etc., improváveis de serem obtidos com o simples empenho de seus trabalhadores e de seu engajamento em redes e fóruns. Em outras palavras, é preciso pensar na atuação convergente e complementar de diversas instituições, especialmente nos campos econômico, tributário, social, jurídico e tecnológico.

A ausência de qualificação e especialização profissional no âmbito do Centro Público Estadual de Economia Solidária, revelou-se como um desafio significativo que limitou o seu processo de implementação. A falta de conhecimentos especializados do capital humano sobre as atividades ali desempenhadas, dificultou a tomada de decisões estratégicas e a execução eficiente das atividades relacionadas à economia solidária.

[...] educação e a qualificação social e profissional são importantes para o fortalecimento dos Empreendimentos solidários e para evitar a dispersão num campo onde a diversidade é enorme (GADOTTI, 2009, p. 54).

Segundo Schiochet (2016), os gestores públicos de economia solidária são fundamentais para a promoção das políticas de fomento à economia solidária. E a qualificação profissional desempenha um papel crucial na formulação e execução de políticas, na gestão de recursos e na coordenação de iniciativas, especialmente em um contexto complexo como o da economia solidária. A identificação e solução dessa lacuna tornam-se imperativas para promover uma implementação mais eficaz, garantindo que o capital humano esteja devidamente capacitado para enfrentar os desafios específicos e catalisar o crescimento sustentável do referido espaço.

Essa série de percalços enfrentados, desencadearam uma queda acentuada nas vendas, apesar das estratégias de comercialização implementadas. As feiras agroecológicas fixas, as itinerantes e as cestas agroecológicas, inicialmente fundamentais nesse contraponto, acabaram por se mostrar insuficientes para contrabalançar a força contrária operante. A falta de compromisso da SEDH com as pautas do processo de implementação, impactou diretamente no declínio das vendas e comprometendo a sustentabilidade econômica dessa iniciativa. A compreensão desses fatores é essencial para a formulação de estratégias mais robustas, visando não apenas superar os percalços, mas também fortalecer a resiliência e a eficácia das estratégias de comercialização no contexto do referido equipamento público.

No que diz respeito a esse tema, é perceptível uma grande falta de compromisso ético, vontade política e competência técnica na condução da política pública, que vai na direção

contrária das boas práticas da Administração Pública e das noções pertinentes à ideia de justiça social.

A nova Administração pública deve, portanto, proporcionar oportunidades que busquem melhorar as condições de vida da sociedade buscando uma sociedade mais justa, igualitária, ou seja, com menos desigualdades sociais e econômicas. Daí a necessidade de fazer uma análise sobre a função e a qualificação dos gestores públicos, pois serão estes os responsáveis pela administração pública em cada unidade federativa (Guimarães, 2019, p. 360).

Houve a opção de renovação do tempo de permanência dos empreendimentos por mais um ano no espaço, sendo assim, finalizando em 2019 o edital iniciado em 2017. Entretanto, as negociações entre a SEDH e a SESAES para o lançamento de um novo edital não avançaram, estendendo-se até o período em que a pandemia da COVID-19 interrompeu as atividades no espaço. Após a flexibilização das medidas de distanciamento social no Brasil, houve uma tentativa de retomar as atividades de comercialização, contudo, o elevado nível de fragilidade dos EES não permitiu que esse recomeço lograsse êxito. Dessa maneira, após várias tentativas, tanto a cooperativa gestora quanto os EES optaram voluntariamente por encerrar sua permanência no espaço, ressaltando a complexidade das circunstâncias enfrentadas pelos empreendimentos e a necessidade de uma abordagem ágil e adaptável para atender às demandas dinâmicas do processo de implementação da política pública.

Após a decisão dos grupos de se retirarem do espaço, teve início um processo de articulações e análises com o objetivo de retomar a comercialização no Centro Público Estadual de Economia Solidária. A inclusão de membros da sociedade na esfera pública e o estabelecimento de arenas deliberativas ou arenas decisórias marcam um progresso no movimento de democratização e no reconhecimento da cidadania (BISPO JÚNIOR; GERSCHMAN, 2013).

Um diagnóstico baseado nos 4Ps, referindo-se aos pontos de venda (PDV) ou pontos de distribuição, revelou que a localização na Praça do Varadouro não estava alinhada com o público consumidor de artesanato, segmento predominantemente no espaço. Diante disso, uma das primeiras resoluções foi obter autorização para procurar uma nova sede. Após essa fase, o desafio foi o de encontrar um espaço entre o Busto de Tamandaré e a PBTur, identificado como grande potencial para a comercialização de artesanato e outros produtos oferecidos pelos grupos, criando assim um ambiente mais propício para o êxito das atividades econômicas solidárias no novo local.

Com a efetivação da locação do novo espaço, foi conduzido um processo semelhante ao do primeiro edital. No entanto, para esse novo processo seletivo, ocorreu a seleção não apenas dos EES que comercializariam no local, mas também da cooperativa encarregada da gestão da

comercialização. Ao término do processo em 18 de novembro de 2021, dos 14 EES que se inscreveram, 13 foram selecionados. Quanto à cooperativa gestora, a ECOSOL PB foi a única inscrita e, conseqüentemente, selecionada para assumir essa função, consolidando essa parceria dinâmica, participativa e inclusiva na gestão compartilhada do espaço e também da comercialização, tendo o tempo de vigência de dois anos, com opção de prorrogação por mais um ano.

Nesse contexto, em 15 de dezembro de 2021, celebrando o Dia da Economia Solidária, a nova sede do Centro Público Estadual de Economia Solidária foi oficialmente inaugurada no bairro de Tambaú. Assim como na inauguração de 2017, a cerimônia contou com a participação do Governador, Deputados Estaduais e Federais, Vereadores, Secretários de Estado, representantes do Fórum de Economia Solidária, Entidades de Apoio e Fomento, além de diversos colaboradores e protagonistas envolvidos na construção da política pública de economia solidária, destacando a parceria e o apoio de diversos setores da sociedade na consolidação e fortalecimento desse importante espaço para os empreendimentos econômicos solidários.

Nesse novo cenário, a perspectiva de assessoramento técnico se apresentou como uma possibilidade, contudo, distanciou-se consideravelmente de se tornar uma conquista efetiva e tangível para os grupos envolvidos. A elaboração do planejamento desse assessoramento técnico ocorreu em um contexto de gabinete, conduzido por indivíduos totalmente alheios ao conhecimento sobre economia solidária, sem estabelecer qualquer diálogo prévio com o movimento. A ausência desse diálogo comprometeu a compreensão das demandas específicas do movimento de economia solidária, dificultando a implementação de um assessoramento técnico objetivando uma implementação mais alinhada às realidades e desafios enfrentados pelos EES.

Nessas instâncias participativas, é crucial que haja espaço para argumentação e debates, os quais devem ocorrer sem restrições, sendo completamente livres e desprovidos de qualquer forma de coerção.

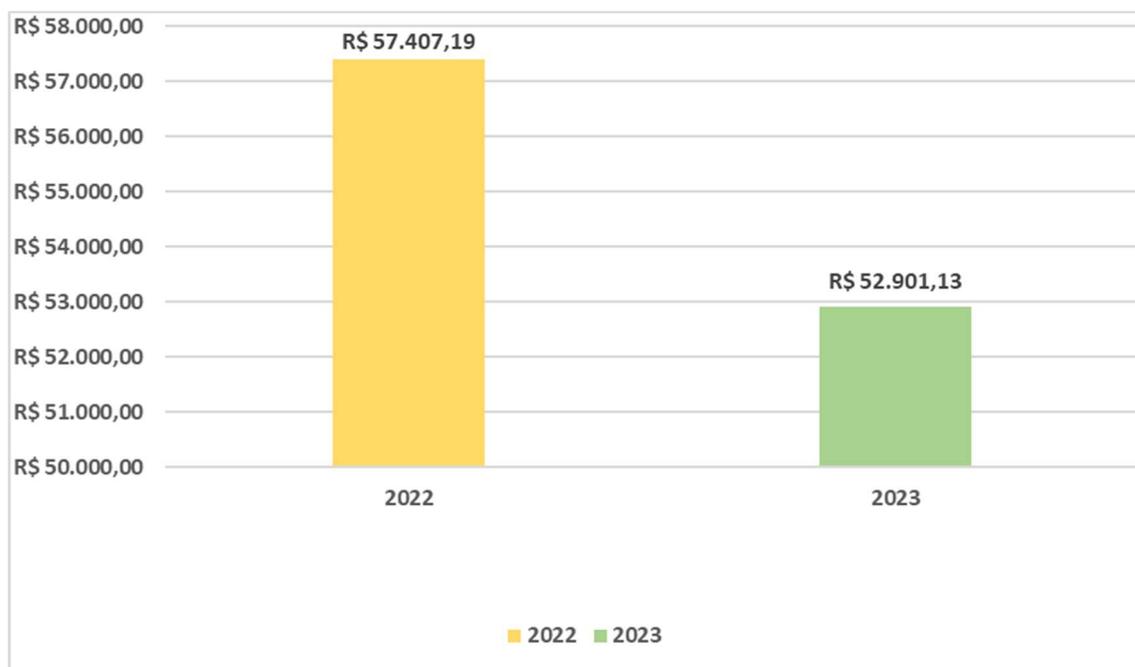
[...] com o modelo deliberativo de democracia, uma das condições necessárias para se atingir a legitimidade em processos deliberativos, deve-se à possibilidade de as instituições políticas serem organizadas de tal modo que, aquilo que é considerado de interesse geral resulte do processo de deliberação coletiva, conduzidos racionalmente e de modo justo entre indivíduos considerados livres e iguais (Aguar e Martins, 2017, p. 401).

Diante desses eventos, uma empresa do interior de São Paulo, especializada no acompanhamento de condomínios do programa Minha Casa Minha Vida, foi selecionada para oferecer cursos e formações aos grupos do Centro Público Estadual de Economia Solidária. No entanto, devido à extensa carga horária estabelecida para as atividades pela SESAES, a empresa conseguiu concluir apenas um curso, com apenas duas participantes concluintes. Diante da inviabilidade de dar continuidade às ações planejadas, as demais atividades foram canceladas, resultando na perda dos recursos alocados para essa finalidade e da efetividade das ações propostas.

Como resultado, os empreendimentos ficaram privados da oportunidade de desenvolver-se de maneira sustentável por meio desse acompanhamento, uma vez que não contam com esse suporte por parte da Secretaria Executiva. Mesmo oito anos após a criação da SESAES, observa-se uma falta persistente de qualificação adequada do capital humano para atender a essa demanda específica. A constatação de que apenas pouco mais de 9% dos funcionários possuem conhecimento prévio sobre economia solidária e qualificação para compreender suas nuances e metodologias, evidencia a necessidade urgente de investir em capacitação e desenvolvimento de competências dentro da equipe, garantindo assim a eficácia dos serviços prestados aos EES.

Isso impacta diretamente na comercialização do espaço, evidenciado pela pequena, mas significativa queda de 7,85% observada no ano de 2023 em comparação com 2022. Essa sutil diferença reflete a complexidade e sensibilidade do cenário econômico, destacando como diversos fatores podem influenciar a dinâmica das atividades comerciais no Centro Público Estadual de Economia Solidária. A análise desses indicadores pode fornecer percepções valiosas para compreender as variáveis que afetam o desempenho comercial do espaço e, assim, orientar estratégias que visem à sua sustentabilidade e crescimento.

Gráfico 8 – Indicadores da comparação de valores no ano de 2022 e 2023



Fonte: ECOSOL, 2024.

O cerne da economia solidária não reside na ausência de lucratividade, pois mesmo dentro desse contexto, o lucro, embora seja chamado por outros nomes como resultados, sobras ou excedente, ainda está presente em suas transações comerciais. Em outras palavras, o lucro continua sendo um elemento essencial para mensurar e avaliar a eficácia das atividades econômicas de cunho mercantil. Sua existência viabiliza a capacidade de um empreendimento se autoinvestir, se renovar e se expandir, definindo assim a sustentabilidade de uma atividade econômica e sua vitalidade dinâmica.

Quanto a esse aspecto, é importante destacar que uma das características distintivas da economia solidária é sua presença no mercado sem ficar submetido à incessante busca pelo lucro máximo, como exemplificado pela prática de preços justos adotada por seus empreendimentos. Nessa direção, a economia solidária compõe um espaço que não é só econômico, mas de “recuperação e de ressignificação de valores e práticas sociais sucateadas pelo capitalismo” (COELHO; GODOY, 2011).

Apesar desse fato, estamos progredindo em direção a uma experiência exitosa no fortalecimento da institucionalidade das políticas públicas de economia solidária, por meio da implementação do Centro Público Estadual de Economia Solidária. Este avanço ressalta o comprometimento em superar obstáculos e construir um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos econômicos solidários. A busca contínua por aprimoramentos e soluções eficazes evidencia a determinação em consolidar o papel desse

equipamento público como um catalisador efetivo para a promoção da economia solidária, contribuindo positivamente para o desenvolvimento local e regional.

Essa percepção dialoga com a compreensão de Tenório (1999) ao abordar que os governos locais que pretendem atuar com inovação e democracia, devem ter a confiabilidade no potencial da comunidade, a prioridade da cidadania no processo, a compreensão dos valores locais, a delegação do poder aos envolvidos na operação e a descaracterização da tecnoburocracia em favor de uma perspectiva que valorize o cidadão-funcionário.

O comprometimento do Comitê Gestor do Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba foi evidenciado por meio de encontros mensais, onde estratégias eram discutidas, progressos avaliados e futuras ações planejadas. Simultaneamente, o Centro Público participou ativamente de reuniões da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar – CAISAN PB e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA PB, desempenhando o seu papel proativo na promoção de ações que transcendem suas atividades diretas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar na Paraíba.

Dentro dessa mesma perspectiva, temos também as feiras semanais no Centro Administrativo do Governo do Estado. Esses eventos reúnem agricultores familiares com produção agroecológica e artesãs, previamente selecionados por meio de edital. Essas feiras proporcionaram uma valiosa plataforma para a venda direta de produtos, estimulando a geração de renda e fomentando o consumo consciente. Além de ampliar as oportunidades de comercialização, a iniciativa transcendeu os limites físicos do Centro Público Estadual de Economia Solidária, promovendo a visibilidade e a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários em outros espaços estratégicos.

As dinâmicas de articulações efetivadas pelo Centro Público Estadual de Economia Solidária, resultaram na criação da Comissão do Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL PB, direcionada para a capacitação e fortalecimento dos empreendimentos locais. Essa ferramenta do governo federal, desempenha um papel crucial ao ampliar a visibilidade da Economia Solidária e ao fortalecer e integrar os empreendimentos em redes, simplificando os processos de comercialização. Para concretizar esses objetivos, foram realizadas diversas reuniões e formações envolvendo a Comissão do CADSOL PB, estabelecendo um diálogo essencial entre os empreendimentos e o Governo Federal, para a cooperação efetiva no âmbito da economia solidária.

Assim também, como na elaboração do edital de seleção dos Empreendimentos Econômicos Solidários das Casas de Economia Solidária e da Central de Beneficiamento. Sua

participação ativa incluiu o envolvimento direto nas entrevistas destinadas à seleção dos EES que teriam a oportunidade de comercializar nesses espaços. A expertise e engajamento do Eco Paraíba no processo de seleção contribuíram significativamente para assegurar a qualidade e diversidade dos empreendimentos, promovendo, assim, uma base sólida para o fortalecimento da economia solidária na Paraíba.

O Centro Público Estadual de Economia Solidária desempenhou um papel crucial ao colaborar de maneira significativa com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Sua atuação proativa e engajamento em eventos e iniciativas conjuntas fortaleceram os laços de solidariedade e de colaboração. A realização diversas atividades, proporcionou um espaço valioso para a troca de experiências e a construção coletiva de conhecimento. Essa parceria não apenas fortaleceu a integração da Rede, mas também contribuiu para a formulação e implementação de estratégias mais eficazes ao promover práticas inclusivas e sustentáveis no contexto das políticas públicas de economia solidária.

Foi desempenhado um papel ativo também na articulação com as finanças solidárias, a exemplo das atividades de formação, capacitação e trocas de experiências em comemoração aos 25 anos do Banco Palmas, evidenciando seu comprometimento em fortalecer laços e compartilhar práticas exitosas com outros agentes nacionais da economia solidária. Participar de eventos comemorativos e formativos é crucial para a construção de uma rede sólida e para o intercâmbio de conhecimentos. O Centro Público, ao integrar-se ativamente nessas atividades, celebrou as conquistas do Banco Palmas e também contribuiu para a disseminação de estratégias eficazes, enriquecendo o repertório de práticas da economia solidária em nível nacional.

A organização da II FENAFES, que contou com a colaboração essencial do Governo do Estado da Paraíba, da SEAFDS, da SESAES no âmbito da SEDH e do Consórcio Nordeste, representou uma significativa conquista realizada pelo Centro Público Estadual de Economia Solidária em sua participação efetiva para a organização do evento. Tendo participado desde a I FENAFES em Natal/RN, o evento celebrou e ressaltou de maneira destacada a relevância da agricultura familiar e da economia solidária para o desenvolvimento regional, proporcionando um espaço vital para a promoção e valorização desses setores, destacando suas contribuições fundamentais para a construção de uma economia mais justa e solidária.

Como espaço multifuncional, o espaço desempenhou um papel fundamental ao acolher diversas reuniões do Governo do Estado. Essa prática evidencia o seu caráter colaborativo e integrador, que se tornou um ambiente propício para a realização de encontros que fomentam

atividades e parcerias intersetoriais. Essas iniciativas promovem uma colaboração entre diferentes setores, proporcionando oportunidades para o estabelecimento de objetivos comuns e a busca de soluções coletivas em diversas áreas de atuação, que o tornam um ponto de convergência para essas interações, fortalecendo a interdisciplinaridade e a cooperação entre as esferas governamentais, potencializando impactos positivos para a comunidade e a sociedade como um todo.

Apesar de sua construção coletiva e de suas práticas autogestionárias alinhadas aos princípios da economia solidária, o espaço enfrenta desafios e fragilidades inerentes ao seu funcionamento. A busca pela sustentabilidade, obstáculos tributários e fiscais, a dependência do voluntariado no atendimento ao público, gestão de conflitos, necessidade de inovação, a constante melhoria na qualidade de atendimento e produtos, ações de formação, divulgação efetiva, maior inserção no mercado local e o empoderamento e fortalecimento dos EES, são áreas prioritárias que demandam atenção constante, ao ponto dessas pautas serem abordadas em reuniões e práticas cotidianas, buscando colaboração contínua com parceiros para aprofundar sua organização e aprimorar seu papel como equipamento público de economia solidária.

Em conclusão, a análise apresentada neste capítulo oferece uma visão abrangente do papel desempenhado pelo Centro Público Estadual de Economia Solidária - Eco Paraíba, na implementação da política pública de economia solidária na Paraíba. Ao mesmo tempo, destaca a importância de uma abordagem participativa e inclusiva na gestão da economia solidária, bem como a necessidade de uma análise cuidadosa e sistemática do percurso da política pública para entender seu desenho e implementação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, tratamos sobre a economia solidária e o papel do Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba na implementação dessa política pública de geração de trabalho e renda no contexto paraibano. Durante essa jornada de pesquisa e reflexão, mergulhamos nas raízes da economia solidária, explorando seus princípios, fundamentos e práticas, a partir de diferentes concepções que permeiam esse campo multidisciplinar, que se identifica como um processo em constante evolução, influenciado em aspectos históricos, sociais, políticos e culturais.

Durante a elaboração dessa dissertação, nos deparamos com obstáculos e adversidades na busca pelos objetivos, em parte devido ao tempo limitado para compreender a complexidade da economia solidária. Isso nos levou a ter cautela na elaboração de conexões durante o estudo, buscando sempre considerar diferentes perspectivas e abordagens, fundamentais para garantir a solidez e a crítica, assim como para evitar generalizações simplistas ou interpretações equivocadas.

Através de análises detalhadas, pudemos compreender como a economia solidária prioriza a cooperação, a solidariedade e a valorização do trabalho humano. Essa perspectiva pode ser interpretada considerando seu aspecto político distintivo, ao enfatizar a luta contra a exploração do modo de produção, do desemprego, da exclusão social e da pobreza, diferenciando-se da economia popular e da economia informal, sendo contraponto à realidade de exploração do modelo econômico vigente.

Constatou-se também, a consolidação da economia solidária a partir da realização das três primeiras edições do Fórum Social Mundial – FSM, que tiveram papel significativo como espaço de articulação entre uma série de entidades para viabilizar a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Nessa conjuntura, foi possível a implementação de uma série de iniciativas que visavam fomentar e fortalecer práticas de economia solidária, que envolvem organizações do trabalho associado, através de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais e com organizações da sociedade civil.

Outro ponto relevante abordado, foi o delineamento sobre os três segmentos do campo da economia solidária, representados formalmente no FBES: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento e Gestores Públicos. Nesse enquadramento, cada segmento tem uma representatividade e desempenha um papel no sentido de articular a promoção da política de pública de economia solidária. Para compreender esses segmentos e visando a criação de um perfil da economia solidária no Brasil, tratamos sobre como foram realizados dois mapeamentos da economia solidária, que tinham a intenção de superar a falta de dados representativos e sistematizados sobre a Economia Solidária.

Ainda sobre as perspectiva abordadas por essa dissertação, o Projeto de Promoção de Ações Integradas de Economia Solidária se destacou na consolidação e fortalecimento da política estadual de economia solidária na Paraíba, que desempenhou um papel crucial na estruturação das ações voltadas para empreendimentos econômicos solidários e que ainda se

revelou como um catalisador para a formação e capacitação de gestores públicos, impulsionando a transformação para a economia solidária no âmbito estadual. Por meio de suas etapas e metas, o PAIES contribuiu significativamente para a formação e fortalecimento dos empreendimentos, promovendo a geração de trabalho e renda e construindo uma base sólida na Paraíba. E desse modo, influenciou de maneira significativa na criação da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES, evidenciando a capacidade do PAIES de transcender fronteiras e moldar estruturas organizacionais.

Sob a perspectiva desses fatos, o Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba foi concebido como resultado do PAIES, atendendo a uma demanda do movimento de economia solidária do Estado da Paraíba. Sua implementação foi pautada pelo diálogo com a sociedade civil, por meio de comissões gestoras criadas para este fim, demonstrando um processo participativo e inclusivo desde a sua propositura, visando garantir que todas as demandas pautadas, estejam alinhadas com suas demandas e aspirações coletivas.

Assim, o Centro Público Estadual de Economia Solidária – Eco Paraíba, desempenhou um papel crucial na implementação da política pública na Paraíba, através de parceria com as entidades de apoio junto aos empreendimentos econômicos solidários. Por meio de suas iniciativas, o Eco Paraíba estimulou o crescimento e a consolidação de empreendimentos, fornecendo capacitação, buscando viabilizar o escoamento de suas produções e estabelecendo redes de cooperação entre os diversos atores envolvidos. Além disso, sua presença ativa e engajada na articulação com outros órgãos governamentais e entidades da sociedade civil foi fundamental para a integração da economia solidária nas políticas públicas mais amplas, fortalecendo assim o desenvolvimento sustentável e inclusivo da Paraíba.

O processo de análise também revelou a importância da gestão pública comprometida com as competências dos gestores públicos para coordenar e implementar suas políticas públicas, bem como suas aptidões para ampliar a colaboração e o diálogo com diversos segmentos da sociedade. A ausência desse pressuposto, pode acarretar em uma série de consequências adversas para a gestão pública, tais como a ineficiência na utilização de recursos, a baixa qualidade na prestação de serviços públicos, a falta de alinhamento entre as ações governamentais e as necessidades da população, e a perda de análise das instituições públicas perante os cidadãos. Além disso, pode dificultar a formulação de políticas coerentes e eficazes, bem como a avaliação adequada dos resultados alcançados.

A implementação do Centro Público Estadual de Economia Solidária aproximou-se da coprodução do bem público, com os atores envolvidos na implementação do Eco Paraíba, atuando conjuntamente, em uma relação aproximada de cooperação e interdependência, dentro de uma abordagem que envolve a construção de espaços de diálogo e construção coletiva, nos quais os diferentes atores podem contribuir com suas experiências, conhecimentos e perspectivas. Assim, a implementação do Centro Público Estadual de Economia Solidária representa um exemplo de como a coprodução do bem público pode ser uma estratégia eficaz para promover formulação e implementação de políticas públicas.

No cenário paraibano, observamos a diversidade e a riqueza das experiências da economia solidária. As feiras agroecológicas, os bancos comunitários, as cooperativas de catadores de material reciclável e outros empreendimentos são exemplos concretos de como a economia solidária está enraizada na realidade local. Essas iniciativas geram trabalho e renda, fortalecem os laços sociais, promovem a inclusão e contribuem para a construção de uma sociedade que busca o caminho da emancipação social.

Quanto a esse aspecto estudado, destacamos a relevância dos empreendimentos econômicos solidários como protagonistas desse processo de implementação. Esses grupos, baseados na autogestão, na participação igualitária e na busca pelo desenvolvimento local, têm se mostrado resilientes e capazes de enfrentar os desafios da ausência de assessoramento técnico contínuo, impulsionando a cidadania ativa dos seus membros, evidenciando que a economia solidária não se trata apenas de questões materiais, mas também da oportunidade de reivindicar direitos sociais por meio de novas demandas.

Por fim, reforçamos a importância desses equipamentos públicos de economia solidária, que possuem como objetivo, fortalecer e promover a economia solidária em nível territorial, disponibilizando espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades através da promoção de formação e organização de trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários, acolhendo em suas dependências diversas iniciativas e programas voltados para o fortalecimento da economia solidária, onde o trabalho digno e a cooperação sejam pilares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, C. C.; MARTINS, S. **Conselhos Municipais de Saúde: Espaço inclusivo de discussão política?** GIGAPP Estudos Working Papers. Núm.75, págs. 399-416, 2017.

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. **Da economia social para a economia solidária**. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acesso: 02 nov 2023.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

ALMEIDA, J. **Memória e ditadura militar**: Lembrando as violações de direitos humanos. *Tempo soc.*, 33(2), 2007.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 23.

ARCANJO, Maria Antonia Silva de; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de Oliveira. **A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária**: avanços e retrocessos. *Perseu*, São Paulo, n. 13, Ano 11, p. 232-249, 2017.

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Planning Association*, 35(4), 216-224, 1969.

ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. *Educação & Sociedade* (Impresso), Campinas, v. 23, n.80, p. 25-48, 2002.

ARRUDA, José Robson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a história**: história gerale história do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2000. p. 271 e 272.

AVRITZER, L. **A moralidade da democracia**: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

AVRITZER, L. **Sociedade civil, participação e cidadania**: da teoria à prática. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 9(2), 9-35, 2012.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. Qualificação é Fundamental. *GV Executivo*, v. 17, p. 21-23, 2018.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

BARBOSA, R.N.C. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo, Cortez, p. 317, 2007.

BARDACH, Eugene. **A practical guide for policy analysis**: the eighfold path for more effective problem solving. 3. Ed. Washington: CQ Press, 2009.

BARRETO, R. P. G.; TEIXEIRA, M. A. C. **Implementação de políticas públicas**: conceitos, abordagens e tipologias. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 12, n. 3, p. 671-691, 2014.

BARROSO, L.R. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Tradução de Humberto Laport de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BISPO JÚNIOR, J. P.; GERSCHMAN, S. **Potencial participativo e função deliberativa:** um debate sobre a ampliação da democracia por meio dos Conselhos de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 7-16, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** Para uma teoria geral da política. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOVAIRD, Tony. **Beyond Engagement and Participation:** User and Community Coproduction of Public Services. *Public Administration Review*, v. 67, n. 5, p. 846-860, 2007.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de economia solidária. **Economia solidária, outra economia acontece:** Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. 36 p. Disponível em http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DD948C22F07/impresso3_cartilha_32pg_web.pdf. Acesso em 28 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 de setembro de 1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Diretrizes para a elaboração do mapeamento nacional de economia solidária. Brasília: MT, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), 1995.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma do aparelho do Estado e a Constituição Brasileira. Brasília: ENAP, 1995. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/384/1/1texto.pdf> Acesso em: 04 out. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. 2015. *Revista do Serviço Público*, a. 47, v. 120. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v47i1.702>

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Editora: FGV 2007

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90:** Lógica e Mecanismos de Controle. Brasília: Cadernos MARE da Reforma do Estado, Caderno 1, 2001.

CARNEIRO, V G. Políticas Públicas Municipais de Economia Solidária e a Dimensão Sociopolítica dos Empreendimentos Econômicos Solidários. Belo Horizonte, MG. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

CARNEIRO, Vanderson. & SANTOS, Aline. M. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade de unidade através da diversidade. In: Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, v. 2, 2008.

CARNEIRO, Vanderson G. **Da Dimensão Econômica à Dimensão Política:** A economia solidária sob a perspectiva do conflito social. Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Ciência Política da FAFICH/UFMG, 2006.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 21. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CARVALHO, J. M. **As reformas administrativas no Brasil:** uma análise histórica. Revista de Administração Pública, 41(1), 95-118, 2007.

CHAEBO, M. S., & MEDEIROS, M. **Participação e coprodução nas políticas sociais:** desafios e perspectivas. In Anais do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais. Recife, PE: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2018.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. Economia solidária no Brasil – Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, p.120, 2010.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do Governo Federal voltadas à Economia Solidária (2003-2010). p. 460. Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia. Brasília, 2012.

DAGNINO, E. **Os anos 90:** política e sociedade no Brasil. Série Antropologia, 348. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.

DAGNINO, R.. A gestão estratégica pública e os desafios da retomada. In: SILVA, R. B.; TAIT, M.; NOVAES, H. T.; FRAGA, L. S. Suleando a retomada com tecnociência social: o pensamento de Renato Dagnino. Florianópolis: Insular, 2018. p. 171-195.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DOBB, M. A evolução do capitalismo (7a ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DONAHUE, John D. The privatization decision: public ends, private means. New York: Basic Books, 1989.

DOWNS, Robert B.; Tradução: Hilda P. S. Maciel e Maria Celina D. Hahn. **OBRAS BÁSICAS: Fundamentos do pensamento moderno.** Rio de Janeiro: Editora Renes, Biblioteca do Exército, Coleção General Benício, v. 76, 1969. p. 188,189.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL
<https://www.redegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/economia-solid%C3%A1ria-na-pol%C3%ADtica-p%C3%ABlica-municipal.pdf> . Acesso em: 10 dez. 2023.

ELMORE, Richard F. *Backward Mapping: Implementation Research and Policy Decisions.* Political Science Quarterly, v. 94, n. 4, p. 601-616, 1985.

FARIA, M. S.; SANCHEZ, F.. A. **Economia solidária no Governo federal: intersetorialidade, transversalidade e cooperação internacional.** In: BENINI, E. et al. *Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária.* São Paulo: Outras Expressões, 2011, p.413-425.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de princípios. 2005
 Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60> Acesso em: 12 de jun. de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. FÓRUM PARAIBANO DÁ EXEMPLO NA APROVAÇÃO DE EMENDA NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS NO ESTADO. 2011. Disponível em:
<https://fbes.org.br/2011/06/30/forum-paraibano-da-exemplo-na-aprovacao-de-emenda-na-lei-de-diretrizes-orcamentarias-no-estado/>. Acesso em: 07 jan. 2024.

FRANÇA FILHO, G. C. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteira conceituais.** Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G.C. de. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G.C. de; LAVILLE, J.L.; MAGNEN, J.P. (Orgs). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.* v.1, p. 57-71, 2006. Porto Alegre: UFRGS.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 200.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e políticas públicas, n.21, jun de 2000.
 GADOTTI, Moacir. *Economia solidária como práxis pedagógica.* São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. **A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas.** Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura, n. 15, Porto Alegre: 1999.

GAIGER, L.e LAVILLE, J-L. Economia solidária. En Cattani, A., Hespanha, P., Gaiger, L. e Laville, J-L. (Ed.), *Dicionário internacional da outra economia* (p. 162-168). Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo:** na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 16. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRINDLE, Merilee S. Politics and Policy Implementation in the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1980.

GUIMARÃES, G.; SCHWENGBER, Â. (org.). **Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária:** A contribuição dos gestores públicos. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

GUIMARÃES, Lurdinéia Almeida; DE BRITO OLIVEIRA, Ana Flávia Ferreira. A Importância da Formação em Gestão Pública Municipal para os Gestores Públicos no Exercício de suas Funções/The Importance of Municipal Public Management training for Public Managers in the Exercise of their Functions. ID on line. Revista de psicologia, v. 13, n. 45, p. 356-372, 2019.

HABIB, Sérgio. **Brasil:** quinhentos anos de corrupção – enfoque sócio-histórico- jurídico penal. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1994.

HEIDEMANN, F. G; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento:** bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

HEIDEMANN, Francisco G. "Models of Politics: Some Help in Thinking about Public Policy". In: DYE, Thomas R. "Understanding Public Policy". 11. Ed. New Jersey: Prentice Hall, 2005. P. 11-30

HENRIQUES, F. C. Os conceitos de autogestão e de assessoria. In: ADDOR, F.;

HENRIQUES, F. C. (Orgs.). **Tecnologia, participação e território:** reflexões a partir da prática extensionista. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995

HOWLETT, Michael, 1955. **Política pública:** seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora / Michael Howlett, M. Ramesh, Anthony Perl; tradução técnica Francisco G. Heidemann Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BANCO PALMAS (Brasil). Site do Instituto Banco Palmas. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, v. 22, 2014.

JENKINS, W. I. **Policy analysis:** A political and organisational perspective. [S.l.]: London: M. Robertson, 1978.

KETTL, Donald F. **The Global Public Management Revolution:** A Report on the Transformation of Governance. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2000.

LECHAT, N.M.P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. Anais de II SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES. Campinas: UNICAMP, 2016, p. 1-12. Disponível em <http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf> Acesso em: 26 mar. 2023.

LINHARES, Mabel Joas de Moura; DIAS, Maiara Marques Barbosa. A necessidade da qualificação dos gestores públicos municipais das cidades interioranas do Estado do Rio de Janeiro. 2020.

LIPSKY, Michael. **Street level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 1980.

MALINOWSKI, B. K. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. In: Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. **Governança Pública Contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual**. Revista do TCU, n. 130, p. 42-53, 2014.

MATIAS PEREIRA, José. **Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia**. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 1, 2008.

MAYNE, John. **Addressing Attribution Through Contribution Analysis: Using Performance Measures Sensibly**. The Canadian Journal of Program Evaluation, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2007.

MCGANN, Michael; BLUMENSTOCK, Joshua; BLOOM, Tarek. Why Do Defaults Affect Behavior? Experimental Evidence from Afghanistan. American Economic Review, v. 108, n. 10, p. 2868-2901, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MÉLO, Heverton Felinto Pedrosa de. **Capacidade estatal: diagnóstico da implementação da política pública de economia solidária no estado da Paraíba**. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18477>>. Acesso em: 30 dez 2023.

MILANI, C. R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias**. Revista De Administração Pública, 42(3), 551–579, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa:** teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MULGAN, Geoff. **The Art of Public Strategy:** Mobilizing Power and Knowledge for the Common Good. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ÖBERG, P. Deliberation. In: *Handbook on theories of governance*. Edward Elgar Publishing, 2016.

OLIVEIRA, V. A.; TEIXEIRA, M. A. C. Obstáculos à implementação de políticas públicas: uma revisão da literatura. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 5, p. 1199-1224, 2014.

OLLAIK, L. G.; MEDEIROS, J. J. **Instrumentos governamentais:** reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, vol. 45, n. 6, nov-dez., 2011, p. 1.943-1.967.

OSBORNE, D. GAEBLER, T. **Reinventing Government:** How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector. Addison-Wesley, 1992.

OSTROM, E. **Crossing the great divide:** coproduction, synergy, and development. *World Development*, 24(6), 1073-1087, 1996.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons:** The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PARAG, Yael. Who governs the air breathes? Lessons from Israel's industrialist covenant. *Journal of Environmental Policy and Planning*, v. 10, n. 2, p. 133-52, 2008.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. Estudo exploratório de bancos comunitários: conceitos, características e sustentabilidade. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública:** Limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PETERS, B. G. **Pursuing horizontal management:** the politics of public sector coordination. Lawrence: University Press of Kansas, 2015.

PIERSON, Paul. *The New Politics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PAULA, Ana Paula Paes de. **Para uma discussão da eficiência na economia solidária:** algumas implicações teóricas e empíricas. *ORG & DEMO*, Marília, v. 16, n. 2, p. 25-44, Jul./Dez., 2015.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRAXEDES, S. F. **Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias**, 2009.

PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron B. *Implementation*. Berkeley: University of California Press, 1973.

QUIJANO, Aníbal. *Sistemas alternativos de produção?* In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RATTNER, H. **Das origens: do socialismo utópico ao científico e ao “real”**. Disponível em: <http://www.espaçocadêmico.com.br/012/12rattber-htm>. Acesso em: 26 fev. 2023.

RHODES, R. A. W. **Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability**. Buckingham: Open University Press, 1997.

ROSA, C. A. *Como elaborar um plano de negócio*. Brasília: Sebrae, 2013

RUTKOWSKI, J. E. *Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários – uma Abordagem na Engenharia de Produção*. Rio de Janeiro, 2008. 250 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SABATIER, Paul; MAZMANIAN, Daniel. *The Implementation of Public Policy: A Framework of Analysis*. *Policy Studies Journal*, v. 8, n. 4, p. 538-560, 1980.

SALLES, Ricardo Henrique, 1950. *Plano de Negócios para cooperativas e Associações*. Rio de Janeiro: DP&A: fase, 2001.

SALM, José Francisco. **Co-produção do bem público e o desenvolvimento da cidadania: o caso do Proerd em Santa Catarina**. *Revista Alcance - UNIVALI* – v. 14 - n.2 p.231 - 246 - maio/ago. 2007.

SANTOS, C. C. M., & CEBALLOS, Z. H. D. M. *A importância do cooperativismo*. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 1144-1147, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de Movimentos sociais*. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr, 2006.

SCHIOCHET, V. **Da democracia à autogestão: a economia solidária no Brasil**. In: BENINI, E. A. et al. (Orgs.). *Gestão pública e sociedade*. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHIOCHET, Valmor, SCHWENGBER, Ângela e MEDEIROS, Alzira (orgs). **Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2008.

SCHWENGBER, A. M., SANTOS, D. S., LIMA, E. B., & ALMEIDA FILHO, M. B. D. **A política pública de economia solidária da Bahia: estratégia de desenvolvimento sustentável e democrático**, 2020.

SCOTT, Claudia, BAHLER, Karen. Adding value to policy analysis and advice. Sydney: UNSW Press, 2010.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas Digital da Economia Solidária: Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**. Disponível em: <http://atlas.sies.org.br/>. Acesso em: 05 de mar. de 2023.

SILVA, M. A. A mídia e o golpe militar. Estud. av., 28(80), 122, 1987.

SILVA, S. P. **Laços na diversidade: análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil**. Brasília: Ipea, 2017.

SILVA, T. D.; CALMON, P. C. do P. **Buscando o caminho das pedras: notas sobre process tracing e seu uso na abordagem ideacional**. XXI SEMEAD Seminários em Administração, São Paulo, 2018.

SILVA, T. D.; CALMON, P. C. do P. **Buscando o caminho das pedras: notas sobre process tracing e seu uso na abordagem ideacional**. XXI SEMEAD Seminários em Administração, São Paulo, 2018.

SINGER, Paul. Economia Solidária. (P. S. OLIVEIRA, Entrevistador). São Paulo, Estudos Avançados, vol.22 no.62, 2008.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho Alves; SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria. O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.

SOBECK, Joanne. **Comparing policy process frameworks: what do they tell us about group membership and participations for policy development?** Administration and Society, v. 35, n.3, p. 350-74, 2003.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Uma revisão da literatura”. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº16, pag. 20-25, 2006.

TENÓRIO, F. G. (Org.). Dicionário para a formação em gestão social. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2011.

TENÓRIO, F. G. Inovando com democracia, ainda uma utopia. In: Novos Cadernos NAEA Belém, NAEA (Núcleo de Altos Estudos da Amazônia)/UFPA, v. 2, n. 1, p. 149 -162, jun. 1999.

TIRIBA, Lia Vargas. **Economia popular e cultura do trabalho: Pedagogia(s) da produção associada.** Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

TRAGTENBERG, Maurício. Reflexões sobre o Socialismo. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1986.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília/DF: UnB. 2015. v. 1.

WEIMER, D. L., VINING, A. R. **Policy analysis: concept and practice.** 3. Ed. Upper Saddle River, N. J. Prentice Hall, 1999.

WILSON, W. The study of administration. *Political Science Quarterly*, v.2, n. 2, p. 197-222, 1887.

ZANCANARO, Antônio Frederico. **A Corrupção Político-Administrativa no Brasil.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.